



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE



NÍVEL MESTRADO

MARIA EDUARDA LISBOA SANTOS

MULHERES NA LIDERANÇA RURAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EM
ASSOCIAÇÕES DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO

São Cristóvão/SE
2026

**MULHERES NA LIDERANÇA RURAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EM
ASSOCIAÇÕES DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestra pelo
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente -
PRODEMA da Universidade Federal de
Sergipe – UFS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula
Schervinski Villwock

Linha de Pesquisa: Dinâmica e Avaliação
Ambiental

**São Cristóvão/SE
2026**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237m Santos, Maria Eduarda Lisboa.
Mulheres na liderança rural: desafios e estratégias em associações do agreste central sergipano / Maria Eduarda Lisboa Santos; orientadora Ana Paula Schervinski Villwock. – São Cristóvão, SE, 2026.
132 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e meio ambiente)
– Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. Meio ambiente. 2. Trabalhadoras rurais. 3. Identidade de gênero. 4. Liderança em mulheres. 5. Agricultura – Sociedades, etc. 6. Agricultura familiar. I. Villwock, Ana Paula Schervinski, orient. II. Título.

CDU 502.11-055.2

MULHERES NA LIDERANÇA RURAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EM ASSOCIAÇÕES DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Aprovado em 25 de fevereiro de 2026 às 09h00.

Documento assinado digitalmente
 **ANA PAULA SCHERVINSKI VILLWOCK**
Data: 30/03/2026 16:48:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Paula Schervinski Villwock
PRODEMA/UFS
Presidenta-Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **NUBIA DIAS DOS SANTOS**
Data: 30/03/2026 21:25:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Núbia Dias dos Santos
PRODEMA/UFS
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 **RUTH HELENA CRISTO ALMEIDA**
Data: 31/03/2026 14:36:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ruth Helena Cristo Almeida
Universidade Federal Rural da Amazônia/UFRA
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente
 **RENATA SILVA MANN**
Data: 31/03/2026 19:10:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Renata Silva-Mann
Universidade Federal de Sergipe/UFS
Examinadora Externa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha avó Antônia Pereira, mulher amorosa e forte, que do trabalho no campo ao crochê aprendeu a tecer a vida com resistência, cuidado e sabedoria. Sua trajetória inspira este estudo e quem eu sou.

AGRADECIMENTOS

Uma pessoa especial certa vez me disse que escrever é um ato solitário. Embora concorde com essa afirmação, não posso deixar de reconhecer que esta dissertação é, sobretudo, fruto de uma construção coletiva, tecida a muitas vozes, histórias e presenças que caminharam comigo, sustentando, incentivando e tornando possível cada etapa deste percurso.

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me sustenta e guia, fortalecendo meus passos e dando sentido às escolhas feitas ao longo do caminho. Sem Ele, nada do que foi construído teria sido possível.

À minha família, minha base: à minha mãe, Maria do Carmo, e ao meu pai, João Batista, pelo amor incondicional, pelo apoio constante e pela confiança que sempre depositaram em mim.

Aos meus avós, Antônia Pereira e José Pereira (*in memoriam*), referências de humanidade, trabalho e dignidade. Suas histórias seguem orientando meus caminhos e se refletem, ainda que silenciosamente, na construção deste trabalho.

Desde cedo, fui rodeada por mulheres fortes, cujas trajetórias moldaram meu olhar sobre o mundo. Muito do que sou e do que escrevo nasce dessas presenças. Às minhas tias, exemplos de amor e cuidado: Marina, minha primeira e eterna professora da vida; Isabel, cuja fé transborda e inspira; Marlene, pela serenidade que ensina a resistir com calma; e Josefa (*in memoriam*), cuja força permanece sempre em nós.

À Laís, por inspirar com sua força, inteligência e sensibilidade.

À Maria Antônia, por me inspirar a não desistir dos meus sonhos.

Às minhas amigas que me acompanham desde a primeira formação: Ana Clara, Bárbara Raianne, Vitória Regina e Yaritza. Por compartilharem sonhos, angústias e conquistas, sendo apoio ao longo da caminhada.

À minha orientadora, Ana Paula, pela escuta sensível, pela acolhida e pela generosidade no ensino. Seu compromisso e disponibilidade foram fundamentais, importantes para além da minha formação acadêmica.

Às professoras que integraram a banca examinadora: Núbia Dias, Ruth Helena e Renata Mann, pelo tempo dedicado, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições que enriqueceram esta pesquisa.

Ao GEDRUFES (Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Rural), espaço de trocas e construção coletiva, pelo apoio e parceria ao longo desta trajetória. Em especial, a Emilly, Jeangela, Júlia e Sofia, pela caminhada compartilhada, pelo diálogo e pela colaboração.

À Camilla Xavier, pela disponibilidade e apoio, sobretudo nos momentos iniciais deste processo, quando toda ajuda fez diferença.

Às mulheres do grupo Mulheres Sergipanas do Agro, pela abertura, que reforçam a importância da união e da organização coletiva feminina no meio rural.

E, de forma especial, às líderes de associações que aceitaram participar desta pesquisa. Suas trajetórias, vozes e experiências são o coração deste trabalho. Sem a confiança, a generosidade e a coragem de vocês em compartilhar histórias e desafios, esta dissertação não existiria.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

PREFÁCIO INICIAL

Inicialmente, gostaria de me apresentar não apenas pelo meu nome ou pelo curso que me formei, mas pelas vivências que me trouxeram até aqui. Ser mulher sempre me atravessou de forma intensa, e o desconforto em discutir sobre isso começou antes mesmo da graduação.

Nasci em Tucano, um município no interior do estado da Bahia, localizado no Nordeste Baiano e aos 15 anos participava do Coletivo Ação Juvenil de Tucano (COAJ), que tinha como objetivo mobilizar e atuar em políticas públicas voltadas para a juventude da região. Dentro do coletivo, realizávamos diversas atividades, dentre elas, o “Sarau na Rua”, com o objetivo de organizar, valorizar e reconhecer a cultura local. Jovens ocupavam a rua, que se configura historicamente como espaço de transformação social e debatiam sobre questões como gênero, sexualidade, identidade, raça, entre outros. Essa troca me mostrou que o debate sobre gênero não era uma pauta distante, pelo contrário, sempre esteve presente no cotidiano.

Ao entrar no curso de Engenharia Agrônoma tive a experiência enriquecedora de participar da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), entidade nacional que organiza e articula as (os) estudantes de agronomia, e aborda reflexões que permeiam a formação de profissionais que compreendem profundamente a dinâmica dos sistemas agrários e a realidade do campo brasileiro. Uma das campanhas levantadas pela Federação “Há braços de luta construindo a igualdade – gênero e sexualidade”, na qual fui responsável por organizar e mediar debates na FEAB – Aracaju. Essas experiências reafirmaram a importância de reconhecer o ser mulher dentro do curso, aproximando o conhecimento acadêmico das vivências e da realidade popular.

A partir dessa experiência, surgiu o interesse em me inscrever em um projeto de iniciação científica voltado à temática de gênero, com foco nas trajetórias de mulheres cientistas da Universidade Federal de Sergipe no campo das Ciências Naturais, sob orientação da professora Aline Lima. Experiência, que, além de uma prática acadêmica, se transformou em um espaço de escuta, aprendizado e construção coletiva. Uma vivência atravessada por empatia, respeito e afeto, essencial para que eu me sentisse incentivada a aprofundar minhas reflexões sobre desigualdades de gênero.

Foi então que tive o privilégio estreitar o contato com a professora Ana Paula, minha orientadora, por meio de debates no grupo de pesquisa liderado por ela, o GEDRUF (Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Rural). Além disso, sua presença na banca do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trouxe contribuições de muita importância. Foi nesse momento que acendeu ainda mais o desejo de estudar gênero, e aprofundar no contexto rural,

uma área historicamente masculinizada, na qual as desigualdades de gênero são frequentemente silenciadas.

Dessa forma, a pesquisa que desenvolvo atualmente é resultado desse caminho: uma mistura de vivências, afetos e inquietações. Compreendo ainda, que essas questões ultrapassam minhas experiências pessoais, ao trabalhar com relatos femininos, percebo que as experiências singulares se conectam com as experiências coletivas. Ao entrevistar mulheres e transcrever suas narrativas, não relato apenas a história de uma delas, mas também a minha própria trajetória e de tantas outras mulheres que compartilham esse mesmo contexto. Aqui, é fundamental não inviabilizar os contextos específicos, atravessados por recortes de classe, raça, território, religião, geração entre outros. Com isso, busco mais do que cumprir uma etapa acadêmica, procuro, sobretudo, expressar meu reconhecimento e minha valorização das mulheres do campo.

RESUMO

A questão da representatividade feminina em cargos de liderança tem sido objeto de crescente atenção e análise em todo mundo, inserindo-se no debate teórico sobre as relações de gênero e o desenvolvimento rural sustentável. Embora as mulheres ocupem posições relevantes no mercado de trabalho, as desigualdades persistem, especialmente em contextos agrários. Esta pesquisa, vinculada à linha de pesquisa Dinâmica e Avaliação Ambiental, tem-se como objetivo analisar os principais desafios enfrentados por mulheres em posição de liderança em associações rurais do Agreste Central de Sergipe, bem como as estratégias para o enfrentamento dessas dificuldades. A delimitação espacial no Agreste Central justifica-se pela identificação prévia de um perfil engajado de lideranças femininas nas associações dessa região, o que proporcionou um campo fértil para a análise das dinâmicas de poder. As nove (9) mulheres entrevistadas foram selecionadas devido ao papel central que desempenham nas associações locais através de indicações. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, composto pelas seguintes etapas metodológicas: caracterização da área de estudo; pesquisa bibliográfica e documental; levantamento de dados por meio da aplicação de entrevistas; e análise qualitativa dos dados, realizada a partir da técnica de análise de conteúdo. Revela-se o protagonismo das mulheres com média de idade acima de 40 anos, com histórico de participação social e escolaridade predominante no ensino médio. No que tange aos desafios, embora as barreiras burocráticas e financeiras sejam as mais citadas, a análise qualitativa evidenciou que os obstáculos de gênero operam de forma naturalizada e velada. As falas persistem da dupla jornada de trabalho, do machismo e da necessidade de adotar comportamentos associados ao masculino para garantir legitimidade. Em contrapartida, as estratégias de resistência identificadas, como as rodas de conversa, o incentivo mútuo entre mulheres, a adoção de práticas sustentáveis e o uso de ferramentas digitais, demonstram a atuação das líderes na construção de ambientes associativos acolhedores. O estudo possui originalidade ao ampliar o debate sobre liderança feminina no meio rural associativo, ainda pouco explorado na literatura. A pesquisa demonstra relevância científica e social ao alinhar-se às metas do ODS 5 (Igualdade de Gênero). Conclui-se que, embora as lideranças femininas enfrentem desafios estruturais e de gênero, naturalizados no ambiente rural, elas articulam estratégias eficazes de resistência baseadas no suporte coletivo e na gestão compartilhada.

Palavras-chave: Gênero. Representatividade feminina. Patriarcado. Associativismo. Dupla jornada.

ABSTRACT

The issue of female representation in leadership positions has been the subject of increasing attention and analysis worldwide, becoming part of the theoretical debate on gender relations and sustainable rural development. Although women occupy relevant positions in the labor market, inequalities persist, especially in agrarian contexts. This research, linked to the Environmental Dynamics and Evaluation research line, aims to analyze the main challenges faced by women in leadership positions in rural associations in the Central Agreste region of Sergipe, as well as the strategies for overcoming these difficulties. The spatial delimitation in the Central Agreste region is justified by the prior identification of an engaged profile of female leaders in the associations of this region, which provided a fertile field for the analysis of power dynamics. The nine (9) women interviewed were selected due to the central role they play in local associations through nominations. This is a qualitative study, composed of the following methodological steps: characterization of the study area; bibliographic and documentary research; data collection through the application of interviews; This study presents a qualitative analysis of the data, conducted using content analysis techniques. It reveals the leading role of women, with an average age over 40, a history of social participation, and predominantly secondary education. Regarding challenges, although bureaucratic and financial barriers are the most frequently cited, the qualitative analysis showed that gender-related obstacles operate in a naturalized and veiled way. The narratives persist regarding the double burden of work, sexism, and the need to adopt masculine behaviors to ensure legitimacy. Conversely, the identified resistance strategies, such as discussion groups, mutual encouragement among women, the adoption of sustainable practices, and the use of digital tools, demonstrate the role of female leaders in building welcoming associative environments. The study is original in expanding the debate on female leadership in rural associative settings, a topic still underexplored in the literature. The research demonstrates scientific and social relevance by aligning with the goals of SDG 5 (Gender Equality). It can be concluded that, although female leaders face structural and gender-related challenges that are naturalized in the rural environment, they articulate effective resistance strategies based on collective support and shared management.

Keywords: Gender. Female representation. Patriarchy. Associational activism. Double shift.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Caminhos metodológicos da pesquisa	36
Figura 2. Trajetória de seleção dos estudos analisados.	37
Figura 3. Localização do estudo – Agreste Sergipano.	40
Figura 4. Localidade das associações das entrevistadas.	41
Figura 5. Organização da análise de conteúdo.....	47
Figura 6. Quantidade de artigos por território encontrados através da string (“women” AND “rural association” AND “leadership”) nas bases Web of Science e Scopus.....	49
Figura 7. Quantitativo de artigos por área de conhecimento nas bases Scopus e Web of Science.	51
Figura 8. Resultados quantitativos da pesquisa bibliométrica	52
Figura 9. Resultado da Análise Fatorial de Correspondência.	56
Figura 10. Dendrograma resultante da Categorização Hierárquica Descendente (CHD).	58
Figura 11. Análise de similitude	62
Figura 12. Idade das entrevistadas.....	64
Figura 13. Escolaridade das entrevistadas.	66
Figura 14. Atividades desempenhadas pelas mulheres líderes.	67
Figura 15. Caracterização das associações em que as entrevistadas estão inseridas.....	68
Figura 16. Principais desafios vivenciados pelas entrevistadas.	77
Figura 17. Desafios relacionados a ser mulher.	78
Figura 18. Diferença de tratamento após o cargo de liderança	84
Figura 19. Influência da maternidade na posição de liderança	87
Figura 20. Mulheres que já pensaram em desistir da posição de liderança	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Artigos aceitos após a seleção dos critérios.....	53
Quadro 2. Cargo e tempo de participação das entrevistas.....	69
Quadro 3. Experiências com lideranças anteriores	71
Quadro 4. Atividades coletivas desempenhadas pelas mulheres.	73
Quadro 5. Desafios enfrentados na inserção da liderança	75
Quadro 6. Desafios enfrentados após inserção da liderança.....	76
Quadro 7. Estratégias desenvolvidas pelas líderes da associação.....	89
Quadro 8. Incentivo das líderes a participação feminina.	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – Agricultura Familiar

AFC - Análise Fatorial de Correspondência

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro

BDTD - Biblioteca Digital de Teses de Dissertações

CEO - Chief Executive Officer (diretora executiva)

CFO - Chief Financial Officer (diretora financeira)

CHD - Categorização Hierárquica Descendente

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COO - Chief Operations Officer (diretora de operações)

DENACOOP - Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural

DS – Desenvolvimento Sustentável

EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MST – Movimento Sem Terra

NAF – Não Agricultura Familiar

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OGMs - Organismos Geneticamente Modificados

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRODEMA – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

VSLAs – Village Savings and Loan Associations Associações de Poupança e Empréstimo da Vila

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVOS.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	Mulheres no Rural: Contexto histórico, relações de gênero e o desenvolvimento sustentável	15
2.2	Divisão Sexual do Trabalho na Agricultura.....	21
2.3	Associações rurais de agricultores familiares e representatividade feminina	26
3	PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	35
3.1	Abordagem metodológica	35
3.2	Procedimentos metodológicos.....	36
3.2.1.	Revisão Bibliográfica	36
3.2.2.	Revisão Integrativa.....	37
3.2.3.	Análise documental	38
3.2.4	Localização da área de estudo e sujeitas da pesquisa.....	39
3.2.5	Pesquisa de levantamento de dados primários	42
3.2.5.1	Critérios de inclusão e exclusão das participantes na pesquisa	43
3.2.5.2	Instrumento de coleta de dados	44
3.2.5.3	Informantes chave e Amostragem	44
3.2.5.4	Aplicação da entrevista em campo.....	46
3.3	Análise de dados.....	46
4	PARTICIPAÇÃO FEMININA EM ASSOCIAÇÕES RURAIS: TENDÊNCIAS E DESAFIOS NA LITERATURA.....	48
5	ENTRE A PRODUÇÃO E A REPRESENTAÇÃO: QUEM SÃO AS MULHERES LÍDERES DE ASSOCIAÇÃO?	63
5.1	Questões sociodemográficas	64
5.2	Questões de liderança nas associações	67

6	O LABIRINTO DA GESTÃO: DESAFIOS NA LIDERANÇA FEMININA RURAL...	74
7	PARA ALÉM DO LABIRINTO: ESTRATÉGIAS E FORTALECIMENTO DA LIDERANÇA FEMININA	88
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
	APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	119
	APÊNDICE II – Roteiro da Entrevista.....	124

1. INTRODUÇÃO

As questões de gênero têm ganhado destaque no meio rural, especialmente no que diz respeito à promoção da igualdade e à busca por maior representatividade em diferentes espaços sociais. Por isso, inicialmente, é importante conceituar o entendimento de gênero que se dará nesse estudo a partir da definição de Scott (1995, p. 86), que afirma que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Nesse sentido, Foucault (1978) relata o poder como uma rede complexa de relações sociais, não sendo exercido apenas de cima para baixo, mas sendo constantemente articulado em todas as esferas da vida social. Dessa forma, percebe-se que as noções de masculinidade e feminilidade não estão ligadas ao sexo; e, não são apenas construções sociais, mas também mecanismos de poder que influenciam a forma como indivíduos se relacionam e se posicionam dentro das estruturas sociais.

No contexto rural, essa temática adquire contornos particulares, uma vez que o meio rural é historicamente marcado por relações de poder desiguais, e por uma divisão sexual do trabalho que frequentemente invisibiliza a atuação das mulheres (Alves, 2013). Como afirma Paulilo (1987), a carência de estudos sobre a mulher no campo explica o relativo descaso com que essa realidade tem sido tratada no meio rural, apesar de estar ali amplamente disseminada. Embora os movimentos e coletivos de mulheres tenham promovido avanços nas últimas décadas, as produtoras rurais ainda permanecem invisíveis em muitas das estatísticas oficiais. Além disso, a escassez de dados sistematizados sobre as relações de gênero na produção rural, especialmente no contexto da agricultura familiar, permanece como um desafio relevante a ser enfrentado (Litre; Matte; Courdin; Ribeiro, 2023). Embora o reconhecimento legal das mulheres como sujeitos da produção agrícola represente um avanço significativo, faz-se necessário ir além do marco normativo, por meio da implementação de um conjunto articulado de ações que promovam o empoderamento feminino, de modo a possibilitar a efetiva apropriação e exercício dos direitos conquistados (Sales, 2007).

Para refletir sobre a construção social ocupada por essas mulheres no rural brasileiro, torna-se essencial conhecer as narrativas sobre suas trajetórias de vida, resgatando memórias e experiências que contribuíram para a construção de suas identidades, frente as questões de gênero presentes no tecido social. Isto é, necessita-se entender quais são as estratégias utilizadas pelas mulheres rurais na construção social frente as estruturas sociais em que estão inseridas. Nesse contexto, adotou-se para esse estudo a noção de estratégia de Pierre Bourdieu (2020), que se refere às ações dos agentes que, embora influenciadas por restrições estruturais, não são meramente mecanicistas. Essa noção destaca que as possibilidades de ação dependem do capital disponível e da posição do agente na estrutura social. Diferente da visão tradicional, que associa

estratégia a intenções individuais e conscientes de longo prazo, Bourdieu a entende como um conjunto de práticas orientadas por objetivos, nem sempre deliberados, e muitas vezes compartilhadas por membros de um coletivo. Assim, a estratégia não se limita a um planejamento consciente, mas reflete o senso prático dos sujeitos em responder às adversidades e reproduzir suas práticas dentro de um contexto social específico.

Ao compreender as estratégias adotadas pelas mulheres na construção social, torna-se possível identificar os desafios enfrentados em suas trajetórias de vida. Esse debate ganha ainda mais relevância ao analisarmos a inserção feminina em posições de liderança, um tema que vem recebendo crescente atenção em diversas áreas, como a gestão empresarial (Metz, 2015), as ciências médicas e da saúde (Aquino et al., 2021), a atuação no campo (Campos; Ferreira, 2021), a economia solidária (Neto et al., 2024), o cooperativismo (Cabral; Lopes; Londero, 2024) entre outros.

Problematizando os desafios e estratégias das construções sociais de mulheres em lideranças, percebe-se que ao longo dos anos, as mulheres têm conquistado posições importantes no mercado de trabalho. No entanto, as desigualdades de gênero ainda são evidentes, especialmente quando se trata de cargos de liderança. As mulheres continuam sendo minoria em funções de prestígio, como os cargos de CEO - *Chief Executive Officer* (diretora executiva), CFO - *Chief Financial Officer* (diretora financeira), COO - *Chief Operations Officer* (diretora de operações) e nos conselhos de administração (Hryniewicz, 2018).

Apesar da proporção de mulheres que ocupam cargos de liderança aumentar em nível global, no Brasil, houve um recuo de 2% entre 2023 e 2024, esse cenário posiciona o país em 11º lugar em um ranking internacional que abrange 15 mil empresas de médio porte em 35 países (Almeida, 2024). De acordo com dados do IBGE, em 2019, as mulheres ocupavam 37,4% dos cargos gerenciais, enquanto os homens detinham 62,6% desses postos. Essa disparidade torna-se ainda mais evidente nos níveis mais altos de renda, pois, entre os 20% da população com os maiores rendimentos, 77,7% eram homens e apenas 22,3% eram mulheres (IBGE, 2019).

Quando se analisam os dados de participação feminina na política e em posições de tomada de decisão, a sub-representação também é pronunciada. Em 2020, apenas 14,8% dos deputados federais, 16% dos vereadores e 7,1% dos ministros eram mulheres (IBGE, 2021). Essa sub-representação feminina em posições de liderança e tomada de decisão é um reflexo de barreiras estruturais que limitam seu avanço, mesmo em contextos nos quais as mulheres apresentam níveis mais elevados de educação e a qualificação feminina. Ainda assim, apesar

de melhores condições educacionais, de saúde e de longevidade, permanecem em desvantagem no que se refere à renda (Queiroz; Gonçalves; Kruger, 2017).

Ao direcionar esse olhar para o meio rural, observa-se que a participação e a liderança feminina na gestão de estabelecimentos, associações e cooperativas rurais são ainda mais escassas, sobretudo por se tratar de um ambiente historicamente marcado pelo predomínio masculino (Santana et al., 2020). De acordo com Quaresma (2015), a construção histórica do papel da mulher em determinadas profissões e setores contribuiu para que as atividades desempenhadas pelas trabalhadoras do campo fossem consideradas coadjuvantes. Desse modo, no passado, muitas mulheres sequer foram reconhecidas como trabalhadoras, embora realizassem tarefas produtivas no espaço da agricultura familiar, e ainda hoje correm o risco de permanecerem invisibilizadas, mesmo diante da redefinição de valores e da reconfiguração desse sistema de produção (Villwock; Germani; Roncato, 2016).

Historicamente as mulheres rurais sempre estiveram envolvidas com a agricultura, desempenhando uma variedade de tarefas. No entanto, apesar de sua contribuição, seu papel não é devidamente reconhecido. As mulheres têm participação central nos sistemas agroalimentares e na gestão de recursos naturais, contribuindo de forma decisiva para a segurança alimentar e para a conservação da biodiversidade (FAO, 2025). Entretanto, mesmo diante de todo o esforço e resultados que apresentam, muitas delas vivem em situação de desigualdade social, política e econômica; além disso, contam com a titularidade de somente 30% das terras, 10% dos créditos e 5% da assistência técnica (Zavala, 2019).

Além disso, as mulheres rurais enfrentam obstáculos em relação a “ser mulher”, ligado a fatores como a divisão sexual do trabalho (Saffioti, 2015), dupla jornada de trabalho (Alves, 2016; Balbo, 2019), invisibilidade da mulher no rural (Siliprandi, 2000; Grossi et al., 2015), impacto da maternidade (Yannoulas, 2002), sexualização da mulher (Daniel, 2011), masculinização da profissão (Carneiro; Villwock; Matte, 2022). Dessa forma, é essencial compreender como as mulheres rurais vêm ocupando cargos de liderança, sobretudo, em associações rurais, não se restringindo apenas em analisar suas trajetórias profissionais, mas também os caminhos percorridos por essas mulheres, os desafios, perspectivas e estratégias usadas por elas para a construção de suas identidades pessoais e profissionais, desvelando histórias de sujeitas ocultas e silenciadas, muitas vezes, por questões de gênero.

Estudar as lideranças femininas em associações permite identificar não apenas os desafios específicos enfrentados em ambientes historicamente dominados por estruturas masculinas, mas também as potencialidades de mobilização e inovação que essas lideranças promovem. As associações constituem uma das formas organizativas mais comuns no meio

rural brasileiro, sendo entidades sem fins lucrativos, de estrutura flexível, que possibilitam a realização de diversas atividades, desde iniciativas comunitárias e culturais até a representação política e a dinamização de atividades econômicas (Christoffoli, 2019). Assim, analisar essas organizações revela importantes espaços de resistência e transformação, nos quais as mulheres podem assumir papéis decisivos na condução de processos de mudança social.

A inquietação desta pesquisa foi motivada pelo convívio com mulheres que atuam na linha de frente do setor rural em Sergipe, abrangendo desde profissionais das ciências agrárias até produtoras rurais. Durante essas interações e diálogos com lideranças femininas, observou-se uma presença crescente de mulheres ocupando cargos de gestão em associações rurais do estado, o que despertou o interesse em investigar, de forma sistemática, as nuances dessa representatividade. A escolha do Agreste Central como área de estudo justifica-se, portanto, pela identificação prévia de um perfil engajado de lideranças femininas em associações dessa região, o que permitiu um campo fértil para a análise dos desafios e estratégias que permeiam o exercício de suas funções.

Com um caráter interdisciplinar, nesse estudo se articula perspectivas que dialogam com a sociologia, a economia, os estudos de gênero e as ciências agrárias, demonstrando a complexidade das dinâmicas de poder e desigualdade no meio rural. Nesse sentido, este tema está alinhado à Agenda 2030, ao reconhecer que a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável (DS), conforme aponta a FAO (2017).

A análise das estruturas de poder no meio rural, historicamente marcadas pelo acesso limitado das mulheres a recursos, à participação política e a oportunidades econômicas, insere-se diretamente nas metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5).

Em especial, destaca-se a meta 5.5, que visa assegurar a participação plena e efetiva das mulheres, bem como a igualdade de oportunidades de liderança em todos os níveis de tomada de decisão, nas esferas política e econômica. Esse enfoque incorpora uma perspectiva interseccional, considerando marcadores como raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, com atenção especial às mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, cujas vivências são centrais para a construção de um olhar integrado e transformador sobre os desafios e avanços no meio rural.

Tal discussão também encontra ressonância na produção acadêmica do PRODEMA/UFS, na qual foram identificados sete trabalhos que dialogam com as temáticas de mulheres e gênero. Entre eles, Martins (2013) aborda a atuação da mulher na pesca artesanal;

Suzart (2015), Bezerra (2015) e Jesus (2017) analisam as experiências e territorialidades de catadoras de mangaba; Silva (2018) discute as questões de gênero no campo da educação ambiental crítica; Santana (2022) trata do protagonismo feminino articulado à Agenda 2030; e Moura (2026) enfoca as marisqueiras em meio a processos de resistência socioecológica. Contudo, embora essas produções evidenciem a relevância das experiências femininas em distintos contextos socioambientais, não foram identificados estudos voltados especificamente à liderança de mulheres em associações rurais, o que reforça o caráter inédito e a relevância desta pesquisa no âmbito do programa.

Dessa forma, com o objetivo de conhecer as narrativas de mulheres que atuam em cargos de liderança em associações rurais em Sergipe, esta pesquisa propõe a refletir sobre trajetórias conferindo um olhar aos relatos acerca dos caminhos percorridos, aos papéis desempenhados e das relações de gênero que perpassaram, e ainda perpassam, suas histórias, bem como aos reflexos dessas experiências em sua inserção e atuação em espaços de espaços de poder. Dessa forma, busca-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: **quais os principais desafios vivenciados por mulheres em cargos de liderança em associações rurais do Agreste Central de Sergipe e quais estratégias mobilizam para enfrentá-los?**

1.1 OBJETIVOS

Geral:

Analisar os principais desafios enfrentados por mulheres em posição de liderança em associações rurais do Agreste Central de Sergipe, bem como as estratégias para o enfrentamento dessas dificuldades.

Específicos:

- Sistematizar as bases teóricas e a produção bibliográfica acerca das intersecções entre gênero, liderança feminina e associativismo rural no período de 2015-2024;
- Caracterizar o perfil das mulheres que ocupam cargos de liderança nas associações rurais do Agreste Central de Sergipe;
- Investigar os desafios enfrentados por mulheres em cargos de liderança em associações rurais do Agreste Central em Sergipe;
- Compreender as estratégias e práticas utilizadas pelas mulheres para enfrentar e superar os desafios em cargos de liderança em associações rurais do Agreste Central em Sergipe.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo visa fornecer a fundamentação teórica que orienta a construção da presente pesquisa. Inicialmente, será apresentado um recorte histórico sobre a relação entre ser mulher e o contexto rural; seguido por uma análise da divisão sexual do trabalho na agricultura. Por fim, discute-se a representatividade feminina em cargos de liderança, com foco nas associações rurais.

2.1 Mulheres no Rural: Contexto histórico, relações de gênero e o desenvolvimento sustentável

As relações de gênero podem ser compreendidas como um conjunto de dinâmicas sociais, culturais e históricas que estabelecem e regulam os papéis, comportamentos e expectativas atribuídos a homens e mulheres na sociedade. Segundo Scott (1995, p. 75), o conceito de gênero, “além de substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro”. Nessa perspectiva, a divisão sexual do trabalho não pode ser entendida como determinante dos comportamentos, uma vez que, embora existam diferenças biológicas entre os corpos, estas não justificam nem explicam as desigualdades sociais e comportamentais. Ao contrário, tais diferenças são culturalmente interpretadas e socialmente construídas, o que torna insustentável a ideia de que as diferenças biológicas, por si sós, determinem comportamentos inatos e predeterminados. Essa compreensão desafia explicações que, a partir da natureza, buscam legitimar papéis e funções diferenciadas para homens e mulheres na sociedade (Scott, 1995).

Nesse sentido, o termo “gênero” é utilizado para indicar “construções culturais”, isto é explicam uma criação social de papéis denominados “masculinos” e “femininos” (Scott, 1995). Assim, compreende-se gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p.14).

Nesse contexto, no meio rural, as relações de gênero tornam-se ainda mais evidentes, pois refletem não apenas as dinâmicas de produção econômica, mas também as práticas culturais e familiares que estruturam o cotidiano das comunidades. Dessa forma, as relações de poder entre homens e mulheres manifestam-se de maneira específica na sociedade rural, influenciando a organização do trabalho e a distribuição de recursos (Heck; Langdon, 2002).

Essa desigualdade pode ser observada nos dados do Censo Agropecuário de 2017, que indicam que quase 1 milhão de mulheres gerenciam estabelecimentos agropecuários no Brasil. No entanto, apesar do número expressivo, o IBGE apontou que, de um total de 5,07 milhões de propriedades, apenas 947 mil são dirigidas por mulheres. Além disso, há uma distribuição regional desigual, com maior concentração no Nordeste (57%), seguido pelo Sudeste (14%), Norte (12%), Sul (11%) e Centro-Oeste, que representa apenas 6% (Hora; Nobre; Butto, 2021). Ainda assim, mesmo com essa presença significativa no setor, as mulheres não estão inseridas nesse espaço de maneira igualitária (Santana; Silva; Pessoa, 2020).

A desigualdade de gênero na agropecuária também se manifesta no tipo de atividade desempenhada pelas mulheres, fortemente influenciado por padrões culturais e sociais específicos de cada grupo. De modo geral, sua participação é mais expressiva nas lavouras, pecuária, horticultura e na criação de aves e pequenos animais, frequentemente voltadas ao autoconsumo da família (Medeiros; Ribeiro; 2011).

Entretanto, ressalta-se que além das atividades produtivas da agropecuária, as mulheres realizam trabalhos domésticos e de cuidado (*care*¹) (Neves; Medeiros, 2013). Tais tarefas, embora essenciais, são frequentemente invisibilizadas ou vistas como “normais de serem realizadas pelas mulheres”, reforçando a ideia de que o trabalho feminino estaria mais relacionado à manutenção da família do que à produção agropecuária, que leva ao ganho financeiro. Nesse sentido, Herrera (2013) afirma que apesar de fundamentais para reprodução social das famílias no meio rural, essas atividades são compreendidas como um conjunto de tarefas invisíveis à sociedade.

Isto é, as atividades desempenhadas pelas mulheres rurais não se restringem ao trabalho reprodutivo, já amplamente invisibilizado, mas incluem também a atuação em lavouras e pastagens para a produção de alimentos (Pimentel; Suassuna, 2024; Herrera, 2016; Neves; Medeiros, 2013). O estudo corrobora os resultados anteriores, destaca-se que as mulheres no meio rural raramente são reconhecidas como agricultoras, sendo mais frequentemente identificadas como esposas ou filhas de determinado agricultor. Além disso, muitas vezes não são reconhecidas como “chefes” de família, e ingressam nestas atividades muitas vezes pelo casamento (Brumer; Anjos, 2008).

Faria (2009) enfatiza que a jornada feminina no rural é frequentemente subestimada pela sociedade, uma vez que muitas das atividades desempenhadas pelas mulheres não se enquadram

¹ “O termo *care* é dificilmente traduzível, porque polissêmico. Cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição do *care*” (Hirata, 2010, p. 43).

nas categorias formalmente aceitas e reconhecidas como trabalho. Tal situação reflete uma realidade de opressão e subordinação, influenciada pela naturalização dos papéis de gênero e pela hierarquia presente nas famílias rurais, cuja base material se fundamenta na divisão sexual do trabalho (Herrera, 2013). No âmbito rural, em razão de características históricas e culturais, as mudanças nas relações de gênero tendem a ocorrer de forma ainda mais lenta quando comparadas a outros ambientes de trabalho (Santana; Silva; Pessoa, 2020).

Dessa forma, para compreender melhor o papel das mulheres no meio rural, é necessário considerar que o patriarcado², presente em diversos segmentos sociais, também está presente no meio rural. Um exemplo disso pode ser observado na maneira como as relações de poder se legitimam nesse espaço. Alves (2016) e Paulilo (2016) apontam que, embora as mulheres sempre tenham desempenhado papel fundamental no desenvolvimento da sociedade sua presença foi historicamente pouco retratada, e quando mencionada, aparecia à sombra do marido ou outra figura masculina que exercia certo grau de poder e dominação. Essa dinâmica decorre de estruturas e práticas sociais por meio das quais os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres, caracterizando o sistema patriarcal. Scott (1986) aponta que as relações de gênero são historicamente construídas e variam conforme as sociedades e períodos históricos. Desse modo, as manifestações do patriarcado no meio rural se transformam ao longo do tempo, assumindo configurações distintas em diferentes contextos sociais e históricos.

Estudos sobre as questões de gênero têm formulado críticas à atribuição de naturezas femininas e masculinas, ao partirem da compreensão de que as diferenças entre mulheres e homens foram culturalmente construídas baseando-se em aspectos biológicos, como a atividade reprodutiva da mulher, para naturalizar responsabilidades socialmente construídas (Zulato-Barbosa; Rocha-Coutinho, 2012). Herrera (2015) afirma que essa perspectiva possibilita a análise da situação da mulher rural sob a ótica de naturalização dos papéis de homens e de mulheres, conectada à uma hierarquia estabelecida nas famílias rurais, com base na divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, torna-se necessário repensar a forma como esses papéis são socialmente atribuídos, à luz de novas perspectivas e dos avanços na análise crítica das relações de gênero.

A partir da década de 1970, verificou-se uma revolução nos estudos relacionados a gênero influenciados por transformações importantes no Estado brasileiro, como o processo de

² “Um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (Morgante; Nader, 2014).

democratização, transformação geográfica e crises econômicas que resultaram em uma agenda de reformas (Farah, 2001). Com isso, passou-se a repensar o feminino e as suas relações com questões sociais, culturais, de classe, de etnia e de gênero (Benoit, 2000).

A partir desse novo contexto de pensamento, é importante destacar que, no meio rural, as consequências desse sistema são ainda mais pronunciadas e difíceis de serem alteradas, pois o perfil tradicional permanece forte e a ruptura das relações sociais tende a ser mais complexa (Dornela; Menezes, 2017). Isso contribui para a manutenção de discursos e ações que reforçam os papéis atribuídos aos sexos e as relações de gênero estabelecidas socialmente a décadas.

Entretanto, na década de 1980, a participação de mulheres em movimentos sociais no campo tomou uma característica singular. Nessa época, foram realizados os primeiros encontros voltados para problemas que lhes são específicos, como à intensificação da exploração e da expropriação a que estão submetidas (Carneiro, 1994). Além disso, a presença e participação ativa das mulheres rurais foram importantes além da produção no campo, mas como agentes de mudança e defensoras dos direitos das comunidades rurais. Carneiro (1994, p. 14) argumenta que “é do produto desses dois fatores - o de pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica - que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural”.

Assim, salienta-se que as mulheres sempre desempenharam um papel fundamental no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural. Sua importância não se limita à participação nas atividades agrícolas ou não agrícolas, mas está intimamente ligada aos costumes, tradições e valores (Carneiro, 2001 p. 01). Dessa forma, é válido ressaltar sua importância como guardiãs de saberes tradicionais e promotoras da sustentabilidade. Esses conhecimentos não apenas sustentam a produção, mas também promovem a resiliência das comunidades rurais diante de desafios como mudanças climáticas e pressões econômicas, bem como, aos cuidados com o bem-estar. Nesse sentido, Karam (2004) verificou um predomínio do papel da mulher quanto ao conhecimento sobre os cuidados com a saúde no meio rural transmitidos pelas mães, pelas avós, pelas antepassadas.

Em pesquisa realizada por Lovatto (2007), a autora verificou que em muitos casos as mulheres incentivavam a mudança produtiva (convencional para base ecológica), buscando influenciar a família a abandonarem as práticas convencionais e partirem para a produção ecológica. Bem como, foi observado que algumas mulheres ao assumirem o papel de chefes de família, em função de perda ou ausência do companheiro, passaram a optar pela agricultura orgânica por entender que esta é uma forma mais social e ambientalmente correta de produção

(Lovatto, 2007). Com isso, as mulheres contribuem para a segurança alimentar das famílias e sociedade, além de preservar saberes tradicionais que fortalecem as comunidades rurais.

No Norte e Nordeste, as ações políticas das mulheres nos contextos rurais contemplam uma agenda ampla. Além das questões agrárias, trabalhistas e previdenciárias, as mulheres realizam encontros, seminários e oficinas sobre violência, saúde, geração de renda, meio ambiente, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros temas (Cordeiro, 2007). Essas iniciativas são de suma importância para o empoderamento e a inclusão das mulheres rurais. Além disso, Cordeiro (2007) destaca a múltipla representatividade nesses espaços elaborados pelas próprias mulheres, como diferentes movimentos rurais, participantes de ONG's, estudiosas e gestores públicos nos planos municipal, estadual e nacional. Essas ações criam espaços seguros para compartilhar conhecimentos, experiências, bem como possíveis estratégias de enfrentamento para desafios específicos enfrentados pelas mulheres no meio rural.

A participação de grupos de mulheres em redes apresenta uma grande oportunidade para o crescimento de uma política afirmativa relacionadas às populações tradicionais em nível nacional (Mota et al., 2011). Um exemplo disso é o grupo de catadoras de mangaba em Sergipe, relatado na pesquisa de Eline Santos (2015), formado, predominantemente, por mulheres negras e pobres. Essas mulheres desenvolvem outras atividades em paralelo ao extrativismo da mangaba, como a pesca, criação de animais e artesanato, também tem contribuído para a conservação dos remanescentes dessa cultura (Santos, 2015), corroborando com os argumentos trazidos anteriormente sobre a importância do fortalecimento e união feminina.

Outra experiência é apresentada por Santos (2020), que relata as práticas produtivas das Guardiãs de sementes do Alto Sertão de Sergipe, dividindo-o em dois níveis: o primeiro de manutenção familiar, onde, a produção de alimentos serve para o consumo interno e essa é uma prática comum entre as mulheres, aprendidas com suas antepassadas; já o segundo, envolve um confronto direto com os conceitos do agronegócio, se aproximando da produção de alimentos saudáveis com base agroecológica.

Ademais, as agricultoras que preservam as habilidades necessárias aos diferentes tipos de cultivos da alimentação básica de cada país, a criação de diversas espécies de animais de pequeno porte, bem como o manejo do gado leiteiro no espaço da agricultura familiar ou comunitária (IICA, 2003).

O trabalho artesanal feito por mulheres também tem papel importante no desenvolvimento econômico, fortalecendo suas identidades e promovendo a autonomia dentro dos seus contextos familiares e comunitários. Em uma pesquisa feita por Albuquerque e Menezes (2007), a atividade artesanal foi representada como uma importante fonte de renda

para muitas famílias de agricultores no município de Camalaú, situado no Cariri paraibano. Essa situação também ocorre em outros países da América Latina, como é o caso do México, que, “devido ao empobrecimento e ao caráter estacionário da produção agrícola, o artesanato aparece como um recurso complementar apropriado, tendo se convertido, em alguns povoados, na principal fonte de rendimentos” (Canclini, 1983, p. 63).

Dessa forma, o papel das mulheres no rural perpassa o âmbito econômico, valorizando questões ambientais, sociais, éticas, culturais, entre outras. Com isso, se torna um ponto primordial para construção de um desenvolvimento sustentável no meio rural.

Frente a isso, é importante explicitar que a noção de desenvolvimento sustentável vem sendo aprimorada ao longo dos anos, inicialmente envolvendo os horizontes: econômico, social e ambiental (Bilar et al., 2021). Porém, alguns autores acreditam que é necessário envolver outros aspectos para suprir a complexidade da questão, incorporando assim as dimensões política, cultural, territorial e ética ao conceito (Pasqualotto et al., 2019). Lagarde (1996) traz a perspectiva de gênero como uma nova perspectiva para o desenvolvimento, e deve:

incluir as necessidades das mulheres e considerá-las prioritárias; modificar as necessidades humanas dos homens, uma vez que muitas delas concretizam formas e mecanismos de opressão sobre as mulheres; modificar as necessidades comunitárias, nacionais e mundiais ao requerer um caminho de desenvolvimento com sentido mais humano, ou seja, centrado na escala humana (Lagarde, 1996, p. 123).

Assim, à medida que as mulheres buscam alternativas sustentáveis e justas para a produção de alimentos, enfrentam não apenas desafios práticos, mas também confrontam questões profundas relacionadas aos modelos dominantes de agricultura e suas ramificações socioeconômicas e ambientais (Backes; Giongo; Cúnico, 2023). Tanto na produção agroecológica quanto na luta pela justiça de gênero há um foco na participação e no empoderamento das comunidades locais, incluindo mulheres. É necessário reconhecer a importância de garantir que as mulheres agricultoras tenham acesso igualitário a recursos, tomada de decisões e oportunidades de liderança. Dessa forma, é crucial entender como a divisão sexual do trabalho na agricultura influencia essas dinâmicas e molda as experiências e oportunidades das mulheres em cargos de liderança no meio rural (Fonzar; Almeida, 2019).

Com isso, é evidente a complexidade da temática abordada e a relevância de uma análise interdisciplinar, que integra aspectos como gênero, sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Ao conectar dimensões econômicas,

sociais, culturais, políticas e ambientais, essa pesquisa contribui para uma compreensão ampliada das dinâmicas rurais e das desigualdades de gênero, essencial para a formulação de ações e políticas que promovam o Desenvolvimento Rural Sustentável.

2.2 Divisão Sexual do Trabalho na Agricultura

A divisão sexual do trabalho no meio rural não é um tema novo ou que tenha sido pouco discutido nas últimas décadas (Biroli, 2016). Ao longo da história, as atividades agrícolas têm sido influenciadas por normas de gênero que ditam quais tarefas são consideradas adequadas para homens e mulheres. Esta divisão não apenas molda as responsabilidades e oportunidades de cada gênero, mas também influencia diretamente o acesso a recursos, tomada de decisões e poder dentro das comunidades rurais. Para Brumer (2004) a divisão do trabalho entre homens e mulheres no rural pode ser explicada a partir de dois aspectos:

O primeiro é que a unidade familiar de produção se caracteriza por reunir os esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família (Brumer 2004. p. 8).

Além disso, no fim do século XIX, emergiu a concepção do “ofício de mulher”, uma ideia que definiu as responsabilidades das mulheres em torno de qualidades consideradas 'naturais e inatas', como cuidado com o outro, amor e maternidade (Kergoat, 2011). Essa noção, embora baseada em estereótipos de gênero arraigados na sociedade, teve um impacto significativo na forma como o trabalho das mulheres foi percebido e valorizado. Abreu (2011) argumenta que a desvalorização do trabalho feminino estava intrinsecamente ligada à falta de necessidade de aprendizagem e de qualificação.

A divisão sexual do trabalho, mediada por situações historicamente dadas entre pessoas de sexo oposto, fundamenta-se na ideia da relação antagônica entre homens e mulheres, mas também nas relações de exploração que sofrem os sexos (Alves, 2013, p. 4). A influência do patriarcado na sociedade também teve profundas ramificações na construção da imagem e posição da mulher, perpetuando estereótipos que a colocam em uma posição culturalmente inferior.

Uma das suas principais características é situar os homens no campo produtivo e as mulheres no campo reprodutivo, associando aos primeiros as funções com forte valor social,

como na esfera política, religiosa e militar, baseando-se em dois pressupostos organizadores, o da ‘separação’, que distingue trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o da ‘hierarquização’, que indica ser maior o valor do trabalho de homens (Kergoat, 2003, p. 67).

Paulilo (2016) considera que o trabalho das mulheres no meio rural abrange tanto o serviço doméstico quanto o trabalho produtivo realizado dentro e fora de casa. O serviço doméstico envolve lavar e passar roupas, cozinhar, lavar a louça, organizar a casa, cuidar das crianças, costurar e, em alguns casos, buscar água e lenha. O trabalho produtivo dentro de casa inclui cuidados com a horta e os animais domésticos, enquanto o trabalho produtivo fora de casa se refere às atividades realizadas nas áreas agrícolas com retorno financeiro.

Esse processo contribuiu para a visão da mulher como o “sexo frágil”, uma imagem limitadora que negligencia sua força e capacidade, especialmente considerando que os trabalhos realizados por elas, como os cuidados domésticos e a criação dos filhos, são frequentemente vistos como não produtivos e sem valor econômico, apesar de serem essenciais para o funcionamento da sociedade e da economia. Além disso, para Paulilo (2016), existe uma distinção entre o “trabalho leve” e “trabalho pesado” no meio rural, e que o “trabalho leve” está sempre relacionado ao feminino, caracterizado pela baixa rentabilidade, mesmo trabalhando o mesmo número de horas que os homens; já o “trabalho pesado” está relacionado à figura masculina, trabalho esse que exige maior esforço físico e por isso tem maior remuneração e prestígio.

Como observado por Pereira e Favaro (2017), essa construção social da feminilidade reflete não apenas a subordinação das mulheres, mas também uma estrutura de poder que perpetua desigualdades de gênero e limita as oportunidades das mulheres na sociedade. A desigualdade de gênero no meio rural é a realidade objetiva que um número expressivo de mulheres acaba enfrentando, em razão as formas de opressão decorrentes das diferenças de gênero que só pode ser entendida a partir do contexto sócio-histórico-cultural no qual está inserida, considerando o social, o individual, as relações de gênero e a vida social como um todo (Santos; Oliveira, 2010).

A divisão sexual do trabalho doméstico de acordo com Biroli (2016) afeta diretamente no acesso das mulheres a tempo livre e renda, de forma que impactam nas possibilidades de participação política e nos padrões que essa participação assume. As autoras Brumer e Anjos (2008) retratam que no processo de socialização profissional entre rapazes e moças, elas geralmente são “poupadas” ou “excluídas” da atividade agrícola principal, sendo-lhes reservadas atividades consideradas como “domésticas”. Estas, embora incluam a produção para o autoconsumo, são identificadas como tarefas de limpeza, preparo dos alimentos, cuidado das

crianças, trabalhos da horta e do quintal (cuidado de pequenos animais e ordenha) e transformação artesanal de produtos alimentícios para o consumo dos membros da família. Dessa maneira, atribui-se à mulher o trabalho considerado reprodutivo, que para Aguiar (2016, 9. 27), é conceituado como “não expresso em valores monetários, considerado improdutivo”, assim, refletindo em um tempo e energia desvalorizado e invisibilizado pela sociedade.

Historicamente e culturalmente, o trabalho de responsável pelo lar foi associado as mulheres, embasados no discurso (embora arcaico, ainda presente) do “dom” destinados a elas. Como afirmam Sousa e Guedes (2016), essa atribuição social do cuidado ao feminino, inicialmente, trouxe limitações ao espaço privado, bem como, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social. A naturalização feminina ao cuidado apresenta uma construção limitada do papel feminino, restringindo sua atuação a funções domésticas e dificultando suas contribuições em outras esferas. Essa lógica patriarcal perpetua desvantagens históricas enfrentadas pelas mulheres.

Flávia Biroli (2016) destaca que a distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é um dos mecanismos de exploração características do sistema patriarcal no mundo capitalista. Assim, essa divisão destina as mulheres uma responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e de cuidado, atividades que, embora essenciais, não possuem remuneração e por isso são invisibilizadas. Em contradição com o trabalho produtivo e remunerado, historicamente associado aos homens, que possui grande valorização. Especialmente dentro da sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda (Sousa; Guedes, 2016).

Nesse contexto, traz à luz uma dicotomia existente: o desempenho dessas mulheres em atividades domésticas e reprodutivas não ser considerado como trabalho, uma vez que não se inclui no mercado de bens e serviços e, assim, não envolve a circulação de recursos monetários, apesar de possuírem valores econômicos; ao mesmo tempo, que elas podem assumir um papel auxiliar nas atividades produtivas, especialmente em momentos de falta de mão de obra masculina, indicando que seu trabalho é necessário e valioso, mas ainda assim não é devidamente reconhecido ou remunerado. Este papel, o qual também é assumido por outros membros “não chefe” da unidade produtiva, como filhos e filhas, é subsumido como “ajuda”, com base na gratuidade própria às relações familiares (Lagrove; Caniou, 1987, p. 124; Brumer, 2004, p. 210; Cardon, 2004, p. 48) *apud* (Brumer e Anjos, 2008).

Portanto, essa divisão está ligada à organização do ambiente familiar e das tarefas sociais e domésticas que cada membro desenvolve. Logo, as famílias que são marcadas por

uma reprodução muito tradicional irão atribuir papéis diferentes para as filhas e filhos. Uma vez que, as tarefas pesadas são consideradas dos homens e as tarefas de origem “leves” são desempenhadas pelas mulheres (Costa, 2018). Essas tarefas 'leves' incluem atividades como carregar água, buscar animais, cuidar da horta doméstica e preparar alimentos, que embora sejam denominadas 'leves', essas atividades demandam tempo e esforço significativo e são essenciais para o funcionamento da casa e da vida rural. Assim, essa divisão de trabalho não só reflete as normas culturais e sociais, mas também influencia a formação das identidades de gênero desde cedo, moldando as expectativas e oportunidades para meninas e mulheres ao longo de suas vidas.

De acordo com Bruschini (2006), o tempo econômico masculino é maior do que o feminino. Ao contrário do tempo na reprodução social, onde o feminino é maior do que o masculino. Sendo assim, Costa (2018) pensa na sucessão familiar na qual os filhos ficam com as terras da família; e as filhas, quando recebiam ou recebem herança, são imóveis para residir na cidade e estudar, ou elas se casam com homens que já trabalham na zona rural e permanecem no campo, pois os pais veem os filhos (homens) como futuros herdeiros e disseminadores da continuidade da família. Inclusive, na maioria das vezes, as mulheres rurais sequer são consideradas agricultoras, sendo conhecidas como a mulher ou a filha de determinado agricultor (Alves, 2018).

Essa exclusão das mulheres da sucessão do patrimônio rural é sustentada por uma combinação de barreiras legais, culturais e sociais. Legalmente, mesmo que as leis de herança em muitos países garantam direitos iguais para homens e mulheres, na prática, as tradições e normas familiares frequentemente priorizam os filhos homens. Culturalmente, há uma percepção arraigada de que a agricultura é uma atividade masculina, e as mulheres são vistas como auxiliares, e não como protagonistas. Dessa forma, essa estrutura de sucessão gera maiores barreiras para que as mulheres possam gerir as propriedades rurais, perpetuando a desigualdade de gênero em todo meio rural. Ou seja, o sistema agrícola é baseado na lógica capitalista não só se sustenta na sobreposição de interesses particulares às necessidades coletivas, mas também na lógica segregadora e patriarcal que invisibiliza, desvaloriza e subordina a atuação da mulher (Esteve, 2017).

Segundo dados do IBGE, em 2017, os estabelecimentos da Agricultura Familiar (AF) dirigidos por mulheres representavam 19,7% do total, enquanto os Não Agricultura Familiar (NAF) eram 15,2%. A região nordeste apresenta maior percentual de mulheres dirigindo estabelecimentos, sendo 23,2% no total e 24,3% da AF.

Do total de estabelecimentos dirigidos por mulheres da AF, 46,2% (355.362) tem como atividade econômica predominante a pecuária e criação de outros animais, seguido de 35,6% (273.826) dos estabelecimentos com produção de lavouras temporárias e 9,7% (75.005) com lavouras permanentes. Em termos regionais a produção de lavouras temporárias é a atividade principal da maioria dos estabelecimentos de mulheres da AF nas regiões norte com 38,2% (36.999) e sul com 43,9% (35.935). No centro-oeste, sudeste e nordeste a pecuária e criação de outros animais abrangem 79% (32.466) e 53,4% (55.268) e 44,5% (198.770) dos estabelecimentos, respectivamente (Hora; Nobre; Butto, 2021).

Os dados mostram, que apesar de pequena representação em comparação com os homens, de forma crescente, a mulher tem assumido a chefia, vinculando-se às atividades fora do lar, deixando as atividades domésticas como secundárias (Rossini, 2006). Dessa forma, o meio rural não representa um espaço a ser conquistado, mas, espaço em que a atuação feminina precisa de mais visibilidade e reconhecimento. É relevante destacar a importância do seu trabalho na construção da identidade rural, estando presentes em diversos setores do campo, no entanto, a sociedade conferiu à mulher uma condição inferior e que reflete em todas as dimensões de sua vida, principalmente na divisão sexual dos papéis.

É válido ressaltar que o adensamento de mulheres nos espaços historicamente masculinos não significa alteração na essência da divisão social do trabalho, pois ainda há hierarquização do trabalho masculino como de maior valor do que o trabalho feminino (Sousa; Guedes, 2016). Apesar de ganhar espaço e visibilidade no rural, a mulher, em contrapartida, dobra a quantidade de afazeres a serem feitos. Assim, trazendo um novo desafio, o enfrentamento e a conciliação da dupla jornada de trabalho: as atividades domésticas e produtivas. A mulher deve se dedicar “integralmente” a carreira, mas ao chegar em casa o seu trabalho não é encerrado. Dessa forma, acabam tendo uma jornada excessiva de trabalho para conseguir dar conta das atividades, e ainda assim podem ter dificuldades em conseguir se destacar na carreira.

Com isso, para assegurar que as mulheres tenham acesso às novas oportunidades econômicas, são retratadas duas alternativas por Mutone-Smith (2011) que em primeiro lugar, usar a análise de gênero para ajudar a identificar aberturas e obstáculos; e em segundo lugar, assegurar que as mulheres tenham voz para falar por si mesmas. A análise de gênero pode revelar as dificuldades e as barreiras específicas que, tanto as mulheres quanto os homens, têm de enfrentar ao se moverem ao longo da cadeia de valor ao acessarem os mercados e fazerem crescer os seus empreendimentos.

A articulação feminina das trabalhadoras rurais na luta por direitos básicos sempre aconteceu, um exemplo é a atuação destas nas Ligas Camponesas, criadas em 1950 no Nordeste brasileiro (Tavares; Minuzzo; Santos, 2021). Esses movimentos lutavam pelo reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais (visando obter direitos sociais e previdenciários) e por acesso a políticas produtivas específicas (como terra, crédito, assistência técnica) e começaram a ganhar espaço no contexto da época (Siliprandi, 2009).

Nesse sentido, apenas partir da década de 1990 as organizações começaram a considerar as questões de gênero, sendo criado no Brasil o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop). Este departamento tinha como objetivo “promover a incorporação do componente gênero como política pública, apoiando ações de capacitação, divulgação, geração de renda e organização cooperativista e associativista com base no desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2009, p. 9). Em conformidade com essa proposta, em 2008, foi realizado em Brasília o I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo, além da II Exposição de Produtos e Serviços Cooperativos, que destacou as cooperativas de mulheres (BRASIL, 2009).

Cabe refletir que as pautas nas articulações femininas são direitos básicos. Os direitos conquistados pelas mulheres, inclusive no meio rural, são fruto de lutas históricas de anos atrás. Cada avanço, desde o reconhecimento do trabalho feminino até o acesso a políticas públicas, foi conquistado por meio de mobilizações e reivindicações constantes. No entanto, esses direitos não estão garantidos de forma permanente; ao contrário, necessitam de vigilância contínua para serem mantidos.

Essa luta constante pelas conquistas e manutenção dos direitos das mulheres no meio rural se entrelaça com outras formas de exploração, como a da própria natureza. Maria Pacheco (2002) estabelece uma conexão importante entre a exploração do trabalho feminino e a lógica de exploração ambiental. Nesse sentido, ela ressalta a necessidade de integrar os debates sobre sustentabilidade com as questões de gênero, destacando como ambas são contraditórias em relação à visão produtivista e economista que fundamenta o sistema econômico atual.

2.3 Associações rurais de agricultores familiares e representatividade feminina

O meio rural brasileiro é historicamente marcado por desigualdades não apenas em termos econômicos, mas também sociais, ambientais e culturais, pois o modelo de desenvolvimento adotado no país e a concentração fundiária só geraram mais dificuldades, intensificando a pobreza rural. Isso resultou em uma exclusão dos agricultores familiares de suas terras e dos meios de produção, uma vez que não conseguem concorrer com a produção

capitalista, seja por sua produção em menor escala ou por não ter acesso aos recursos para garantir essa produção (Bezerra, 2013).

Autores como Wanderley (1995), Schneider (2003; 2010) e Leite (2020) enfatizam a necessidade de novos estudos sobre as transformações no meio rural brasileiro, destacando que, apesar da relevância da agricultura familiar, ela sempre foi colocada em um papel secundário na sociedade brasileira, sendo necessário diversas lutas dos camponeses para alcançarem espaço na economia e na sociedade brasileira.

A agricultura familiar, segundo Wanderley (1999) possui um conceito genérico, incorporando múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares, por enfrentar os velhos problemas nunca resolvidos no Brasil, e ainda, estarem mais fragilizados nas condições da modernização da agricultura brasileira, contando, na maioria das vezes, com suas próprias forças e sorte.

Conforme ressalta Maria de Nazareth Baudel Wanderley, a categoria agricultura familiar é “[...] entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (Wanderley, 2009, p. 156). Entretanto, o conceito em ofício da agricultura familiar no Brasil foi impulsionado pela criação da Lei da Agricultura Familiar, a lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, cuja legislação estabeleceu as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos Familiares Rurais, definindo quem são os agricultores familiares, além de destacar a importância da sustentabilidade, da pesquisa e da extensão rural para o desenvolvimento deste setor.

Com isso, é considerado agricultor familiar, pela legislação brasileira, aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural (BRASIL, 2006).

Segundo o Censo Agropecuário brasileiro realizado em 2017, são contabilizados mais de cinco milhões de estabelecimentos rurais, dos quais 76,8% (3.897.408) são classificados como de agricultura familiar (IBGE, 2019), sendo que desses, apenas 19,7% (769.672) são atualmente dirigidos por mulheres (IBGE, 2019).

A agricultura familiar deve ser reconhecida, principalmente, pela importância na produção de alimentos, com a diversificação de atividades sendo o elemento central da sua reprodução econômica (Padovan, 2022). Essa diversidade contribui para a segurança alimentar

e nutricional (Leite; Leite, 2022) e fortalece a economia rural ao criar oportunidades de renda e ao promover a sustentabilidade ambiental (Quinto; Marchi; Soares, 2022). Contudo, apesar de sua relevância, os pequenos produtores frequentemente enfrentam desafios na comercialização de seus produtos e na obtenção de insumos de qualidade a preços competitivos, dificultando o acesso a mercados mais amplos e a modernização de suas produções (Vieira et al., 2023).

Nesse contexto, as cooperativas e associações surgem como instrumentos estratégicos que podem agrupar produtores, viabilizando a compra coletiva de insumos e a organização de esforços para melhorar a comercialização. Chayanov (2017) destaca os benefícios que as cooperativas poderiam trazer às unidades produtivas camponesas, possibilitando que estas tivessem mais controle sobre as etapas de produção, processamento e comercialização de seus produtos agrícolas. Em pesquisa feita por Silva e Nunes (2023) concluiu-se que as associações de agricultores familiares em cooperativas constituem um fator vantajoso para viabilizar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, com tendência no aumento da renda dos estabelecimentos, além de ampliar o acesso a serviços de assistência técnica, extensão rural e a um percentual mais elevado de acesso a financiamento.

Diante disso, durante os últimos anos, foram criadas inúmeras associações e cooperativas, em face da convicção de que estas organizações produzem, invariavelmente, efeitos positivos nos níveis local e regional (Pelegri et al., 2015). Portanto, a organização de produtores em associações e cooperativas destaca-se como uma das principais estratégias para alcance do desenvolvimento rural, valorizando o potencial do poder coletivo.

Sangalli et al. (2015) relatam que o associativismo pode ser entendido como uma estratégia essencial para enfrentar os desafios que permeiam o crescimento das atividades agrícolas. Ele atua como um mecanismo de redução de obstáculos, promovendo o aumento da renda e gerando uma série de efeitos diretos e indiretos. Essa prática, além de contribuir para o desenvolvimento econômico, também se configura como um caminho para a transformação social.

Historicamente, as primeiras ideias relacionadas à organização de trabalhadores pela ajuda mútua manifestaram-se através da corrente liberal dos socialistas utópicos do século XIX e primeira metade do século XX (Nami, 2001). Com isso, Oliveira e Lisboa (2012) destacam a frequência constante em que pautas como condições de vida, modelo de produção e suas consequências no contexto social eram trazidas. Nesse sentido, o cooperativismo e associativismo ganharam força no Brasil como um movimento de Estado, destacando a agricultura como base da economia brasileira (Oliveira; Lisboa, 2012).

As cooperativas de produtores rurais no Brasil antecederam o movimento associativo. No Brasil, as cooperativas rurais foram fundadas no final da década de 1920 por produtores de origem japonesa (Fagotti, 2017). As cooperativas foram formalizadas a partir da lei nº 22.239 em 19 de dezembro de 1932, já o associativismo foi estabelecido com a promulgação da lei nº 7.449, de 9 de abril de 1945. Através dela, a criação de associações passou a ser mais incentivada, com objetivo de promover a parceria e solidariedade entre agricultores (Neves, 2011). Fleury (1983) destaca que as razões desse incentivo são entendidas por algumas correntes como um instrumento de modernização da agricultura e de inserção no mercado.

Após a intensificação das associações no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1980, em virtude da crise econômica que se acarretou dentre outras mais organizações no meio rural possibilitando se contrapor a realidade desfavorável, a organização que o espaço rural passou a ser mais estruturado (Sousa, 2016).

A definição de associativismo envolve complexidades por conta das pluralidades envolvidas. O termo “associação” é bem comum e, de forma geral, significa agrupamento organizado de indivíduos com um objetivo comum. Já dentro do Código Civil e da Lei de Registros Públicos é definida “como uma pessoa jurídica de direito privado, institucionalizada, devidamente registrada nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas, constituída livremente pela união de pessoas em torno de uma finalidade não econômica ou não lucrativa” (Ganança; Avelar, 2006, p. 31). Já, Pimenta (2006, p. 84), afirma que associações “são aquelas que desenvolvem atividades econômicas caracterizadas pela gestão democrática e autônoma das organizações e pela primazia das pessoas sobre o lucro. Essas atividades seriam exercidas por sociedades cooperativas, organizações mutualistas e associações”.

O associativismo representa organizações providas de autonomia e de órgão de gestão democrática: assembleia geral, direção e conselho fiscal. Faz parte de um processo não lucrativo, de livre organização de pessoas ou empresas para obtenção de finalidades comuns, podem ser formais, legalmente organizadas, ou informais, sem valor legal. Uma associação pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica, como mostra no quadro abaixo.

As associações possuem como objetivo principal a defesa dos interesses de um grupo de pessoas unidas que visualizam o poder da força conjunta para solucionar de forma mais eficiente para problemas em comum (Cardoso, 2014). Sendo assim, de acordo com Santos; Pereira; Pereira (2017), seus princípios são:

- 3 **Adesão voluntária e livre:** o acesso é livre a quem queira cooperar, a manifestação de adesão compete ao próprio interessado, não se cogitando que alguém possa ser compelido a ingressar ou a permanecer na sociedade.
- 4 **Gestão democrática pelos sócios:** o próprio associado exerce a direção e fiscalização da associação, eliminando-se a relação empregado-empregador.
- 5 **Participação econômica dos sócios:** os membros contribuem equitativamente através de taxas ou formas acordadas em assembleia.
- 6 **Autonomia e Independência:** defendendo-a contra possíveis intervenções externas de atravessadores, oportunistas e etc.
- 7 **Educação, formação e informação:** cabe às associações promover a educação e formação dos seus membros, para contribuir com a eficácia para o desenvolvimento das operações e estimular a ajuda mútua.
- 8 **Interação:** é importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços entre as associações.
- 9 **Interesse pela comunidade:** precisam ser respeitadas as peculiaridades sociais e a vocação econômica do local, desenvolvendo soluções de negócios e apoiando ações humanitárias.

Fazendo a ligação entre associações e o rural, “o associativismo rural é composto sob múltiplas determinações e instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais da agricultura familiar na busca de autonomia no processo de produção e no desenvolvimento local” (Beserra, 2013, p. 9). Constituído como uma alternativa necessária de viabilização econômica, social e política (Santos, 2013), Cardoso (2014) afirma que as associações não têm como objetivo principal a atividade econômica, e sim a defesa dos interesses de um grupo de pessoas que descobriram na união de esforços uma solução mais próspera para determinados problemas.

De maneira mais ampla, o associativismo rural apresenta-se como uma estratégia fundamental para os agricultores familiares enfrentarem os desafios do meio rural. Segundo Lisboa e Alcântara (2019), trata-se de uma forma de organização social que permite buscar soluções criativas para garantir ocupação, renda e a reprodução no espaço rural. Além disso, esse tipo de organização é particularmente evidente em regiões onde predominam pequenas propriedades familiares, como no Nordeste brasileiro, onde as condições climáticas adversas e a ausência de incentivos econômicos dificultam a produção agrícola. Nessas circunstâncias, o associativismo emerge como uma alternativa para articular demandas e lutar por direitos que possam melhorar as condições de vida desses sujeitos.

Em estudo realizado por Ramos e Vieira Filho (2023), indicadores espaciais revelaram um padrão regional distinto: o cooperativismo é predominante no Sul do Brasil, enquanto o associativismo é mais comum no Nordeste. Essas diferenças estão relacionadas ao ambiente institucional de cada região. No Nordeste, o desenvolvimento agropecuário enfrenta restrições significativas, tanto exógenas (como condições climáticas e geográficas) quanto endógenas (incluindo a atuação de instituições locais). Para que as agricultoras nordestinas encontrem alternativas viáveis na agropecuária, é necessário aumentar a produtividade, superando esses desafios.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, a adesão ao cooperativismo entre os estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil é baixa – fato que se acentua nas regiões Norte e Nordeste. Silva e Nunes (2023) refletem a influência de fatores como o tamanho reduzido das propriedades, a baixa renda e o nível de escolaridade dos agricultores, evidenciando que os produtores mais vulneráveis enfrentam maiores desafios organizacionais.

Enquanto os dados revelam desafios na adesão ao cooperativismo, principalmente entre os agricultores familiares de regiões como o Norte e o Nordeste, torna-se fundamental explorar outras formas de organização que possam fomentar o desenvolvimento rural. Nesse contexto, o associativismo desponta como uma estratégia relevante para promover o crescimento dos agricultores, seja formal ou informal³, proporcionando melhor assimilação de técnicas agrícolas, administrativas e processos de comercialização (Villela, 2006). Para Scherer-Warren (2001, p.42), o associativismo se caracteriza como: “formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias.”

Nesse sentido, como observado por Frantz (2002), a busca por necessidades, desejos e interesses coletivos incentiva os indivíduos a agirem de forma conjunta, implementando ações que concretizem esses objetivos compartilhados. Nesse contexto, reforça que o associativismo é mais do que um modelo organizacional, é uma ferramenta de transformação que articula os interesses individuais e coletivos, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental nas comunidades rurais (Lisboa; Alcantara, 2019).

Segundo Villela (2006), esse tipo de organização proporciona benefícios que vão desde a economia de escala até a preservação ambiental, passando pela utilização de máquinas, pela

³ As formas de organizações associativas informais se diferenciam das formais na maneira pela qual surgem e são organizadas. Não requerem muita formalidade para a participação dos interessados, bem como não tem regras rígidas e documentadas oficialmente (Castilho, 2015).

capacitação dos trabalhadores e pela oferta de emprego no meio rural. Na prática, as associações vão além dessas definições. Embora o associativismo seja frequentemente relacionado, de maneira equivocada, apenas a atividades econômicas, ele representa um processo social mais amplo que envolve diversos segmentos da sociedade e suas variadas diversidades como mostrado acima com seus princípios.

As associações rurais têm como objetivo promover o bem-estar social como um todo e pretendem ser um espaço de convívio e de partilha que possa atender às necessidades de todos os seus associados. Esse tipo de espaço pode ser caracterizado como organizações convivenciais. As organizações rurais têm como objetivo promover aos seus associados uma voz mais ativa na sociedade, em torno do bem comum, propiciando melhores condições de bem-estar social e de sustentabilidade ao desenvolvimento rural (SENAR, 2011).

Assim, de acordo com Ortega (2008), promover o desenvolvimento a partir do modelo atual é inviável. A partir disso, surgem alternativas de planejamento descentralizados em prol do planejamento participativo, bem como na intensificação do empoderamento da estrutura social local, que implica em uma assistência técnica que busque o desenvolvimento rural com o uso de metodologias participativas, privilegiando o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatando e interagindo o conhecimento tradicional de agricultores familiares e estimulando o uso sustentável dos recursos locais (MDA, 2004).

No meio rural, foram desveladas possibilidades bem maiores do que as de fundo assistencial após a criação de associações. A exploração da forma coletiva do trabalho surgiu como fonte de renda e experimentação tecnológica para tornar sustentáveis algumas atividades de produção coletiva dessas associações (Sperry, 2003). Assim, constituindo-se como uma alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência (Brasil, 2016).

Ciconello (2006) destaca que o associativismo produtivo brasileiro tem uma característica eminentemente rural, com organização muito influenciada pelo Estado. Ressaltando programas de incentivo para agricultoras/es que explicam o aumento de associações de produtores rurais entre os anos de 1996 e 2002.

Araújo (2003) ressalta que a organização do segmento agropecuário possui como característica muitos produtores rurais, predominantemente pequenos, distribuídos e distanciados em grandes espaços com pouca organização representativa, de modo que não possuem capacidade suficiente para formar o preço de seus produtos.

Pode-se observar, no cenário rural brasileiro em transformação, um aumento da participação das mulheres em organizações coletivas, especialmente aquelas ligadas à agricultura de base ecológica, vista como positiva. Segundo Tedesco (2006), os agricultores familiares, ao se organizarem por meio do cooperativismo e associativismo, obtêm um impacto positivo na geração de renda, contribuindo para a melhoria da qualidade do trabalho, da economia e da vida dos pequenos produtores familiares. Nesse sentido, a participação das mulheres nos processos decisórios também se destaca como um aspecto positivo, promovendo uma gestão democrática desses coletivos.

Contudo, mesmo em organizações como as associações, que apresentam características próximas à valorização feminina, ainda persistem resistências quanto à igualdade no tratamento entre homens e mulheres. Observa-se que as mulheres encontram menos barreiras para ocupar espaços de decisão em organizações de convivência, em comparação às organizações burocráticas. Uma pesquisa realizada por Maia e Siqueira (2011) com mulheres da associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs Município de Grossos - RN revelou que, embora os companheiros apoiem o trabalho em grupo devido à perspectiva de aumento na renda, eles não concordam com a participação das mulheres nas reuniões. Esse comportamento reflete o espaço rural historicamente marcado pelo machismo, que ainda relega a mulher a segundo plano (Santana; Silva; Pessoa, 2020).

Para além disso, a luta das associações é, em muitos aspectos, semelhante à luta feminina, pois ambos se baseiam na força coletiva para alcançar um bem comum. Tanto as associações quanto os movimentos feministas utilizam a cooperação e a solidariedade para enfrentar desafios, superar barreiras e promover mudanças significativas em suas comunidades. A participação ativa das mulheres em associações rurais fortalece essas organizações, promovendo a cooperação, a inovação e a sustentabilidade. Nesse contexto, o poder coletivo das associações se torna uma força significativa não só para o desenvolvimento rural, mas também para o empoderamento feminino (Mairesse; Biondo, 2022).

Dias et al. (2021) relata que o preconceito e o machismo no meio rural tornam quase inviável a presença feminina à frente de cargos de liderança em associações e movimentos rurais. Entretanto, em pesquisa realizada por Santana, Silva e Pessoa (2020) ao analisar a atuação das dirigentes de associações rurais foi possível perceber que o número de mulheres em posição de liderança nas associações rurais tem crescido, apesar de ainda ser minoria. Porém, é importante destacar que o cargo de presidente de associação rural trata-se de um cargo eletivo não remunerado, que demanda tempo, compromisso e confronto político. Sendo assim, atualmente não existe muita concorrência para a ocupação desses cargos. Refletir sobre esse

cenário é fundamental para entender as dinâmicas de gênero no meio rural e os desafios enfrentados pelas mulheres em posições de liderança.

Primeiramente, o crescimento da presença feminina em cargos de liderança nas associações rurais indica uma mudança positiva na participação das mulheres na tomada de decisões dentro do contexto rural. No entanto, o trabalho não remunerado pode desestimular uma participação mais ampla e competitiva, limitando o acesso de mulheres que, muitas vezes, têm múltiplas responsabilidades, enfrentando duplas/triplas jornadas, tanto no âmbito doméstico quanto profissional. Tendo a mulher que desempenhar atividades ligadas ao ambiente doméstico, à educação dos filhos, e seu papel como esposa (Silva; Almeida, 2017).

Além disso, a reflexão sobre a falta de concorrência para esses cargos pode revelar as barreiras sociais e culturais que impedem a igualdade de gênero. A baixa competitividade pode ser um indicativo de que as posições de liderança não são igualmente acessíveis devido aos desafios associados. Assim, cabe salientar que os grupos de mulheres acabam por romper as barreiras, se incluindo nos espaços de tomada de decisão, disseminando as reflexões sobre gênero e promovendo uma conscientização maior sobre a importância da equidade de gênero. Investir em uma liderança feminina de acordo com Joia e Orfão (2023) considera a diversidade e traz perspectivas e experiências enriquecedoras para as estratégias corporativas. A participação ativa dessas mulheres não só desafia as estruturas tradicionais de poder, mas também inspira outras a se engajarem, criando uma rede de apoio e fortalecimento mútuo.

No estudo realizado por Brandão, Barbosa e Bergamasco (2023) sobre a organização social e a gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano, observou-se que as sócias buscam tomar decisões de forma coletiva, especialmente durante as assembleias. Essa dinâmica reforça os impactos positivos da maior participação feminina na liderança, uma vez que as mulheres desempenham um papel fundamental na adaptação às mudanças e na execução simultânea de diversas tarefas em um mundo globalizado e dinâmico (Nascimento, 2018). Contudo, essa capacidade de multitarefa nem sempre é benéfica, pois muitas vezes está associada à sobrecarga da dupla jornada de trabalho, o que pode gerar impactos negativos para a qualidade de vida dessas mulheres (Balbo, 2019).

Ademais, foi verificado alguns desafios dentro da gestão associativa, como dificuldades de engajamento, gerando uma limitação em relação a participação de todas as associadas. Apesar disso – que pode, em parte, refletir um histórico de invisibilização dessas mulheres em ambientes decisórios -, os autores afirmam que há um protagonismo das mulheres em todas as etapas de decisão (Brandão; Barbosa; Bergamasco, 2023). Assim, garantir apoio institucional e políticas públicas voltadas para o fortalecimento da participação feminina é fundamental para

ampliar os impactos positivos dessa liderança e consolidar sua atuação como agente transformador no desenvolvimento rural sustentável.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os percursos metodológicos seguidos para o desenvolvimento da dissertação. Inicialmente, são explicadas a abordagem metodológica e os procedimentos metodológicos adotados. Em seguida, são abordadas a revisão bibliográfica, integrativa e a localização da área de estudo, bem como a caracterização das sujeitas de pesquisa. Posteriormente, são detalhados o levantamento de dados primários, análise documental, e descrição da amostragem. Em seguida, é exposto o modelo utilizado para coleta e análise dos dados.

3.1 Abordagem metodológica

Em virtude dos objetivos desta pesquisa, a abordagem metodológica que foi adotada possui natureza qualitativa (Minayo, 1994), do tipo exploratória e descritiva, considerando não apenas os resultados, mas o processo como um todo, possibilitando uma compreensão por meio da perspectiva dos sujeitos dos fenômenos envolvidos na trajetória das participantes do estudo e de que forma eles acabam se manifestando nas interações e atividades cotidianas (Godoy, 1995), permitindo assim, a observação de diferentes pontos de vista e práticas de campo de acordo com os contextos sociais e perspectivas dos envolvidos (Flick, 2009).

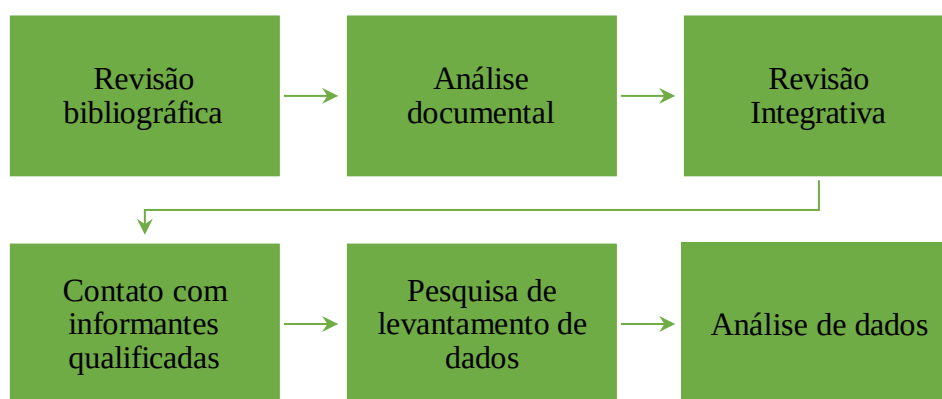
De acordo com Martins (2004) a retomada da metodologia qualitativa nos anos recentes vem da tentativa de ver o indivíduo não mais como objeto, mas como sujeito do conhecimento e da história. No mesmo sentido, Minayo (1994) relata que a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, preocupando-se, com uma condição de realidade que não pode ser quantificada.

Diante do exposto, a metodologia qualitativa foi escolhida em razão à sua capacidade de explorar e compreender profundamente as experiências e perspectivas das mulheres em cargos de liderança em associações rurais do Agreste Central em Sergipe. Essa abordagem permite analisar os processos e desafios que ocorrem no cotidiano das participantes, proporcionando uma visão da complexidade e subjetividade envolvidas nas trajetórias dessas líderes, conforme discutido por Minayo (1994), Godoy (1995), Martins (2004) e Flick (2009).

3.2 Procedimentos metodológicos

Como ilustrado na Figura 1 para tornar exequível esta pesquisa, foram delimitados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica e documental; delimitação da área de estudo; contato com informantes qualificadas; pesquisa de levantamento e análise de dados.

Figura 1. Caminhos metodológicos da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A seguir serão apresentados as etapas e os procedimentos que foram seguidos.

3.2.1. Revisão Bibliográfica

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é construída em cima de uma série de etapas, que irá variar por exemplo de acordo com o grau de conhecimento que o pesquisador dispõe do assunto, podendo envolver as seguintes etapas, respectivamente: escolha do tema, levantamento bibliográfico preliminar, formulação do problema, elaboração do plano provisório de assunto, busca das fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto, e redação do texto.

Dessa forma, durante a realização da pesquisa bibliográfica deste trabalho foram selecionados materiais nas bases de dados Periódicos da Capes, *Scielo*, *Web of Science*, ligados ao tema de estudo, bem como em livros, artigos, dissertações, teses e outros. Realizada a leitura, foi formulado o problema e elaborado um plano provisório do assunto para melhor compreensão do caminho que seria seguido. Estabelecidos estes pontos iniciais novas leituras foram feitas, uma nova organização lógica do assunto foi realizada e disposta no referencial

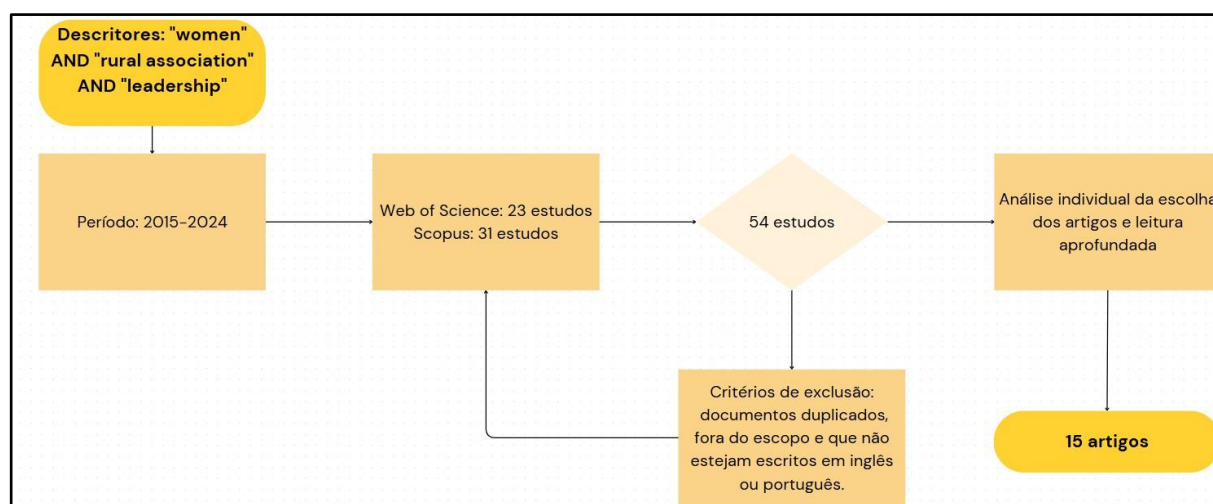
teórico apresentado no corpo desse projeto. Salienta-se que a análise bibliográfica foi realizada até o final da dissertação.

3.2.2. Revisão Integrativa

Foi realizado uma seleção e análise de artigos sobre a relação entre gênero, liderança feminina e associações rurais, conforme ilustrado no fluxograma da Figura 2. O objetivo desta revisão é mapear as lacunas da literatura científica e compreender a interrelação entre gênero, liderança e associativismo rural, atendendo ao primeiro objetivo específico desta dissertação. As bases de dados escolhidas foram a *Web of Science* e a *Scopus* tendo em vista a relevância de ambas as bases. Foram definidas as palavras-chaves na língua inglesa: “*women*”, “*rural association*” e “*leadership*”. Através do operador booleano a seguinte *String* de busca foi criada e utilizada: (“*women*” AND “*rural association*” AND “*leadership*”).

Após isso, foram definidos critérios de inclusão e exclusão, sendo eles: estudos do tipo artigo; recorte temporal entre os anos de 2015 e 2024; palavras-chaves escolhidas no título e/ou resumo; palavras-chaves ou artigo completo. Foram excluídos documentos duplicados, distantes do objetivo e que não estavam na língua portuguesa ou inglesa.

Figura 2. Trajetória de seleção dos estudos analisados.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Dessa forma, foram aplicados os critérios expostos na Figura 2 e os estudos selecionados foram avaliados através de uma leitura minuciosa. A seleção foi baseada na seguinte questão norteadora: “O artigo relaciona liderança feminina e associações rurais?”. Para a classificação, adotou-se um sistema de pontuação, atribuindo 2,0 pontos aos artigos que atendiam plenamente ao critério, 1,0 ponto para aqueles que o atendiam parcialmente e 0,0 ponto para os que não

estabeleciam essa relação. Apenas os artigos que alcançaram, no mínimo, 1,0 ponto foram considerados para a análise.

Por fim, os dados foram extraídos dos estudos selecionados e a partir dos seus resumos, foi criado um *corpus* textual, submetido a análise através do *software* Iramuteq. Foram feitas a análise de AFC (Análise Fatorial de Correspondência), identificando padrões de vocabulário e classes e a CHD (Categorização Hierárquica Descendente) ou método de Reinert, que agrupa palavras ativas em classes lexicais, levando em consideração a frequência e as posições das palavras do texto e a análise de Similitude, que mostra as relações entre diferentes palavras com base na co-ocorrência dentro do seu *corpus* de texto. Após extraídos os dados, foram ilustrados por meio de gráficos.

3.2.3. Análise documental

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado, pois através deles é possível resgatar uma riqueza de informações. Assim, possibilitando uma ampliação do entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

Como afirma Júnior et al. (2021, p. 42), a pesquisa documental não pode e nem deve ser confundida com pesquisa bibliográfica. A utilização do documento nesses dois tipos de pesquisa faz com que elas sejam vistas como iguais, no entanto, elas se divergem quanto à fonte dos documentos. A pesquisa bibliográfica possui como foco documentos já com tratamento analítico realizado.

Foram utilizados dados secundários provenientes de fontes institucionais e governamentais, fundamentais para a análise do associativismo rural. Foram considerados os dados do IBGE Cidades, incluindo o Censo Agropecuário e informações municipais, além de levantamentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Pode-se citar como vantagem do levantamento documental a fonte rica e estável de dados, subsistência ao longo do tempo, baixo custo, não exigência de contato com os sujeitos da pesquisa. Dentre as limitações deste tipo de pesquisa encontram-se a não-representatividade e subjetividade dos documentos (Gil, 2008).

Nessa etapa, foi iniciado o processo de levantamento documental das associações rurais e suas respectivas lideranças no Agreste Central Sergipano, entrando em contato através de um ofício com a Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE), solicitando dados como a lista de associações rurais do Agreste Central, seus municípios,

presidentes e contatos telefônicos. Após este contato, foi feita uma visita presencial e apesar da receptividade inicial, não obtivemos os registros necessários para prosseguir com o estudo.

Após isso, foi estabelecido contato com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com o mesmo objetivo. No entanto, as informações recebidas não estavam atualizadas e, portanto, não atenderam plenamente ao objetivo da pesquisa.

Posteriormente, foi iniciada uma articulação com as secretarias de agricultura e meio ambiente dos 14 municípios do Agreste Central, onde em sua maioria não possuíam uma lista atualizada das Associações.

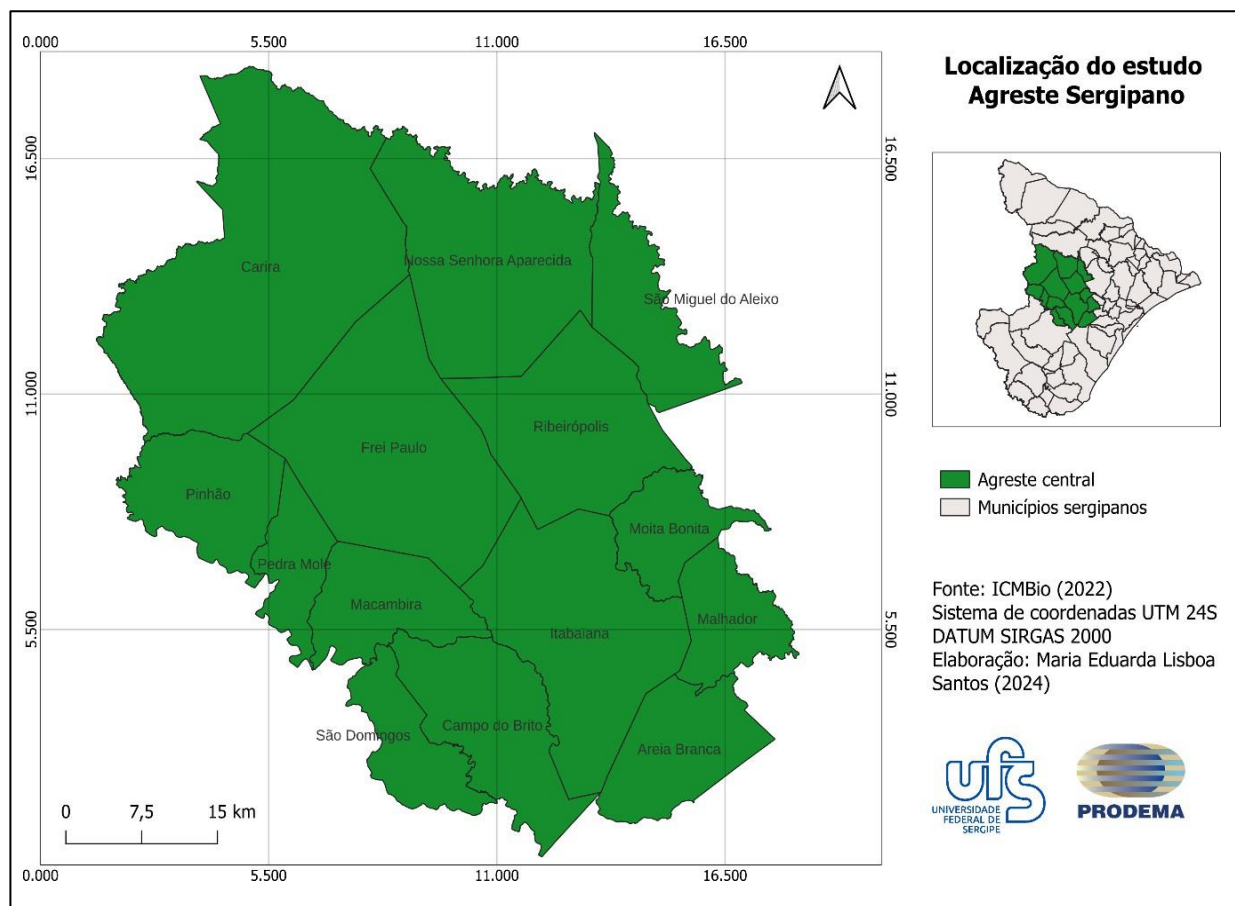
Dessa forma, para superar as limitações impostas pela falta de informações atualizadas a pesquisadora optou pela construção de uma rede de contatos, a partir do grupo “Mulheres Sergipanas do Agro”⁴, na qual foi enviada uma mensagem explicando a pesquisa e seus objetivos, com a intenção de buscar, diretamente, junto às mulheres, informações sobre as líderes associativistas. Assim, as próprias integrantes participaram ou indicaram outras mulheres líderes de associações, atuando como informantes chave, ampliando o alcance da pesquisa. Essa estratégia permitiu uma identificação mais precisa das mulheres líderes das associações rurais do Agreste Central Sergipano e garantiu uma abordagem mais integrada e participativa. A análise documental inicial e a construção dessa rede de informantes serviram como base para as fases subsequentes da pesquisa.

3.2.4 Localização da área de estudo e sujeitas da pesquisa

A pesquisa foi realizada no estado de Sergipe, localizado na região Nordeste do Brasil. Sergipe é dividido em oito regiões geográficas: Grande Aracaju, Leste Sergipano, Agreste Central, Médio Sertão, Sertão do São Francisco, Sul Sergipano, Baixo São Francisco, e Centro-Sul Sergipano (Figura 3). Cada uma dessas regiões possui características específicas em termos de desenvolvimento econômico, social e cultural.

⁴ Mulheres Sergipanas do Agro é um grupo de Sergipe composto por produtoras, empreendedoras e profissionais (engenheiras agrônomas, médicas veterinárias, zootecnistas etc.). que impulsionam o agronegócio em Sergipe, realizando eventos e programas.

Figura 3. Localização do estudo – Agreste Sergipano.

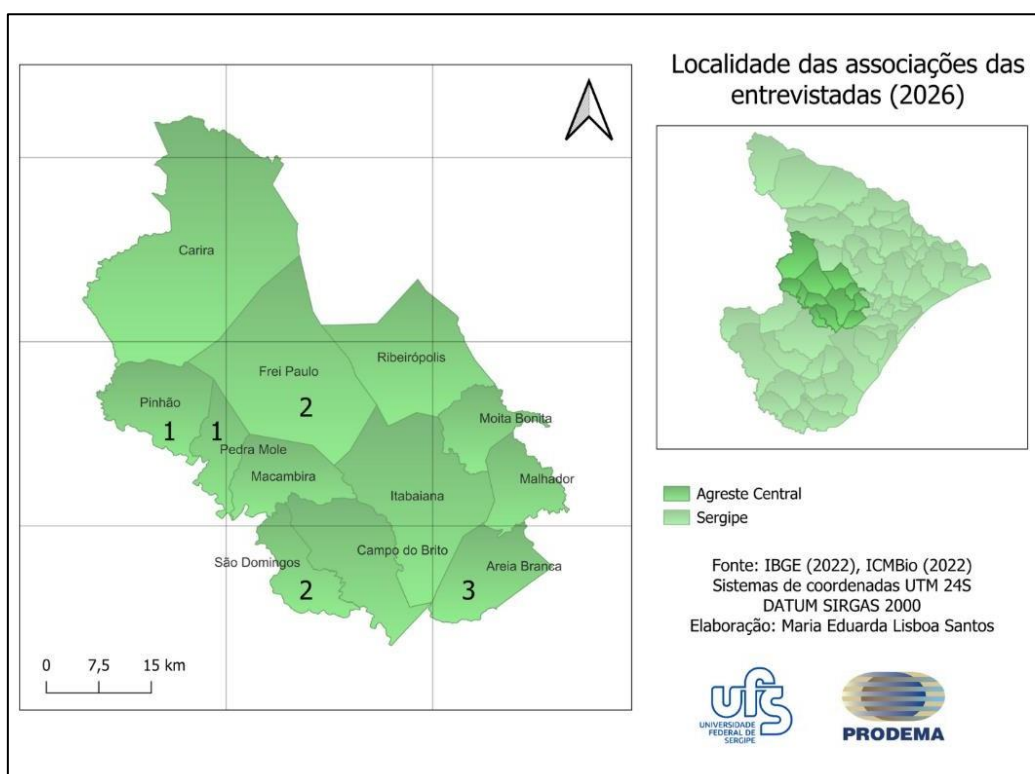


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O foco desta pesquisa foi a região do Agreste Central, que compreende os municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo. Esta região tem uma população estimada de aproximadamente 222.197 habitantes, a 3ª maior população do Estado (IBGE, 2007). A região do Agreste Central é conhecida por sua economia agrícola diversificada, se desenvolvendo a partir dos cultivos agrícolas (alimentar e industrial), da pecuária e dos fluxos estabelecidos entre os municípios. A cultura de comércio e intercâmbio de bens e serviços entre a população e de empreendedorismo, favorecida pela situação geográfica, são fatores que fortalecem a identidade do território, tendo como o principal centro o município de Itabaiana.

As associações investigadas abrangem os municípios de Frei Paulo, Areia Branca, São Domingos, Pinhão, Pedra Mole como apontado na figura abaixo (Figura 4).

Figura 4. Localidade das associações das entrevistadas.



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O processo de identificação das mulheres entrevistadas exigiu uma busca ativa em diferentes espaços de articulação em Sergipe. Inicialmente, estabeleceu-se contato com diversas fontes potenciais, incluindo o grupo Mulheres Sergipanas do Agro, professoras, secretarias do município e indicações das entrevistadas. O encerramento das entrevistas ocorreu quando as próprias interlocutoras deixaram de indicar novas participantes, sinalizando a saturação das redes locais. Embora o número amostral obtido seja reduzido, ele não compromete a qualidade da pesquisa, uma vez que reflete a própria estrutura dessas organizações e permite aprofundar a análise qualitativa das trajetórias e experiências dessas lideranças femininas.

No que diz respeito às sujeitas foco de pesquisa, são mulheres que ocupam posições de liderança em associações rurais da agricultura familiar localizadas no Agreste Central Sergipano. Essas líderes podem exercer, ou não, qualquer profissão. Elas são responsáveis por coordenar atividades, representar os interesses das associações e implementar estratégias que visam o desenvolvimento local. A escolha dessas lideranças femininas como sujeitas de pesquisa se justifica pela relevância de suas ações e pelo impacto que exercem nas associações e nas comunidades onde atuam.

Dessa forma, é importante salientar o significado de escolher “posições” de lideranças. No contexto cotidiano, nesse caso em organizações rurais, a liderança não é necessariamente

representada por um cargo formal, mas de reconhecimento, da prática e influência. Quando tratamos especificamente de mulheres, essa é uma questão que se acentua, pois apesar de muitas vezes não ocuparem cargos formais de liderança, diversas mulheres são articuladoras nas suas associações. Assim, representando uma liderança informal, através da sua experiência e relação de confiança construída com a comunidade em que está inserida.

Historicamente, a invisibilidade das mulheres no meio rural e a naturalização do trabalho de cuidado como “ajuda” dificultam o autorreconhecimento feminino em posições de poder. Com isso, impondo um desafio à pesquisa de campo: muitas mulheres, embora desempenhem funções de articulação e referência na prática associativa, não se identificam como “líder”.

Com isso, tornou-se essencial ampliar o entendimento de liderança nesse estudo, para além da formalidade institucional, reconhecendo modos plurais e cotidianos pelos quais as mulheres desempenham essa posição.

Essa barreira de autorreconhecimento reflete diretamente na definição da população do estudo e na composição da amostragem, que é de natureza intencional e não probabilística. Para contornar essa limitação, utilizou-se a técnica de *Snowball* (Bola de Neve), na qual as indicações de informantes-chave permitiram acessar lideranças que, por vezes, operam de forma informal ou invisibilizada pela própria percepção individual, garantindo a densidade necessária para a análise da gestão feminina no Agreste Central.

3.2.5 Pesquisa de levantamento de dados primários

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer (Gil, 2002). Com isso, foi solicitado informações de um grupo significativo de indivíduos sobre o problema em questão e, em seguida, realizou-se uma análise qualitativa para obter conclusões a partir dos dados coletados. Entre as principais vantagens dos levantamentos estão: conhecimento direto da realidade, pois as próprias pessoas irão relatar sua experiência, e rapidez, considerando a obtenção de dados em um curto espaço de tempo.

A aplicação das entrevistas em campo foi realizada de maneira a respeitar ao máximo a disponibilidade e o conforto das participantes. As entrevistas foram agendadas online, com contato inicial pelo Whatsapp e entrevista realizada pelo *Google Meet*, em horário a combinar com entrevistadora e entrevistada. No início de cada entrevista, foram explicitados os objetivos da pesquisa de forma clara e objetiva, utilizando uma linguagem acessível. Foram também

informados os possíveis desconfortos, riscos e benefícios da participação, além de enfatizar a liberdade das participantes em decidir se desejam ou não participar do estudo.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, visto que envolve seres humanos, foi aceita com nº do parecer 85842725.0.0000.0383. Como garantias éticas às participantes os seguintes procedimentos foram adotados: todas as participantes/voluntárias da pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinatura e arquivamento, construído segundo as normas da Resolução nº. 466/2012 (BRASIL, 2013), que garante autonomia, sigilo e anonimato dos depoimentos, além de descrever os benefícios diretos ou indiretos da pesquisa para elas. Foi informado as participantes que seus nomes não seriam mencionados, mantendo o sigilo das informações.

Foi fornecido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinatura das participantes (Apêndice I) através do Whatsapp. É importante destacar que as convidadas ao participar da pesquisa tiveram todo o tempo necessário para ler e compreender as informações contidas no TCLE, bem como para sanar eventuais dúvidas. Quanto ao processo de registro dos dados, as respostas das entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise detalhada. Este procedimento garante que as informações sejam coletadas de maneira precisa e completa, respeitando sempre a ética e o consentimento das participantes.

Dessa forma, a pesquisa de levantamento é composta pelos seguintes procedimentos metodológicos descritos a seguir: critérios de inclusão das participantes; estruturação dos instrumentos de coleta de dados; amostragem; aplicação da entrevista em campo; análise dos dados qualitativos.

3.2.5.1 Critérios de inclusão e exclusão das participantes na pesquisa

Como critérios de inclusão adotados para esta pesquisa, determinou-se que as participantes devem: ser mulher cis ou trans; maior de 18 anos; ocupar um cargo de liderança (formal ou informal) na associação (podendo ser produtiva ou de comercialização) e não estar sob efeito de álcool ou drogas. Como critérios de exclusão, determinou-se que seriam excluídas da amostra entrevistas com mulheres que, embora exerçam liderança em associações, não atuem em associações rurais.

Estes critérios são fundamentais, pois o objetivo central da investigação é entender as experiências e desafios enfrentados por mulheres que exercem funções de liderança em associações rurais. A escolha de líderes femininas garante que as informações coletadas reflitam

diretamente a vivência e a perspectiva de quem ocupa posições de comando e tomada de decisões importantes dentro das associações.

3.2.5.2 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta é um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice II). Uma ferramenta, mesmo possuindo certo grau de estruturação, capaz de promover situações de flexibilidade nas quais as entrevistadas podem se sentir mais à vontade para responder às indagações. Ademais, permite a entrevistadora decidir, durante a entrevista, as perguntas que serão feitas, incluindo questões que não precisam estar previamente no roteiro, o que garante uma maior riqueza à interação e à exploração do problema em questão. Diante do exposto a entrevista foi dividida em três etapas:

a) pré-entrevista: contato prévio com as entrevistadas para apresentar os objetivos da pesquisa e a metodologia utilizada, bem como o aceite para a participação;

b) entrevista: realizada em local e data marcados em consenso pela pesquisadora e pela participante de acordo com a disponibilidade de ambas. Será feita gravação do áudio através do celular modelo Xiaomi Redmi 9S, autorizado pelas entrevistadas por meios da assinatura do termo de consentimento.

c) pós-entrevista: contato com as entrevistadas para apresentação e aprovação da transcrição e textualização das suas narrativas.

3.2.5.3 Informantes chave e Amostragem

As informantes-chave são figuras estratégicas que atuam como elos entre a pesquisadora e a realidade social do Agreste Central. No contexto desta pesquisa, as informantes-chave foram selecionadas por possuírem um conhecimento da região, permitindo a identificação de lideranças femininas que, muitas vezes, operam de forma invisibilizada ou informal. A escolha dessas informantes foi criteriosa, priorizando mulheres com histórico de atuação em órgãos de assistência técnica, movimentos sociais ou redes de articulação rural. Sendo composto por indicações em órgãos de assistência técnica e extensão rural, como o MDA e EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe), docentes e pesquisadoras com interface no campo, além de lideranças de coletivos e grupos de mulheres já consolidados na região. Esse ponto de partida foi essencial para que o levantamento atingisse a saturação teórica necessária para a compreensão dos desafios e estratégias de resistência das lideranças femininas.

A amostragem desta pesquisa foi realizada utilizando a técnica de bola de neve até atingir o nível de saturação teórica. A amostra em bola de neve, ou *snowball*, é uma técnica de amostragem que se utiliza de redes de referência (Bockorni, 2021). Inicialmente, a pesquisa começou com uma informante qualificada, escolhida após análise documental, que contemplou o levantamento de dados secundários. A partir dessa informante inicial, novas participantes podem ser indicadas e contatadas, seguindo a lógica da técnica *snowball*. Dessa forma, para definir o número de mulheres entrevistadas, foi utilizada a técnica de saturação, uma forma de se identificar o limite de participantes, podendo ser definido como sendo “a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados” (Fontanella; Ricas; Turato, 2008, p. 17).

Contudo, cabe ressaltar que a operacionalização da técnica *snowball* neste recorte territorial apresentou desafios práticos acentuados. A identificação e o acesso às lideranças femininas foram dificultados pela dispersão geográfica e pela natureza, por vezes informal, da atuação dessas mulheres nos espaços de decisão. O encerramento da coleta de dados e a definição da amostra final obteve nove (9) participantes, esse resultado ocorreu não apenas pela identificação da saturação teórica, mas também pelo esgotamento da rede de referências. Após sucessivas tentativas de prospecção com as informantes-chave e as próprias entrevistadas, observou-se a ausência de novas indicações que atendessem aos critérios de elegibilidade da pesquisa, evidenciando o limite da rede de contatos acessível no Agreste Central de Sergipe dentro do período de execução do estudo.

Segundo Deslandes (1999), na pesquisa qualitativa a amostragem busca alcançar a totalidade do problema investigado em suas diversas dimensões, não se atendo à critérios numéricos para garantir sua representatividade. De forma que, é importante que seja realizada a avaliação contínua durante a coleta de dados, pois a definição do número prévio de participantes nem sempre poderá ser demarcado (Patias; Hohendorff, 2019).

O processo de avaliação contínua durante as entrevistas e transcrições é fundamental para identificar os tipos de respostas e possíveis repetições. Essa análise sistemática possibilita a identificação do ponto de saturação teórica, quando o acréscimo de novas informações deixa de ser necessário, pois nenhum elemento novo é encontrado no processo de coleta de dados (Nascimento et al., 2018).

Dessa forma, o objetivo foi estabelecer uma amostragem flexível e dinâmica, que permite capturar a diversidade de informações necessárias para compreender plenamente as questões investigadas no contexto das mulheres líderes nas associações do Agreste Central.

Esse modelo de amostragem flexível não apenas garante a profundidade e a abrangência dos dados coletados, mas também valoriza o caráter dinâmico e interativo da pesquisa qualitativa, adaptando-se às demandas e especificidades do contexto investigado.

3.2.5.4 Aplicação da entrevista em campo

A aplicação de entrevistas semiestruturadas foi o método escolhido para a coleta das informações pretendidas, através de perguntas previamente preparadas que buscaram atender o escopo da entrevista, mas que não deixaram a entrevistadora presa a uma sequência ou à formulação inicial, permitindo a construção de uma conversa entre entrevistadora e entrevistada que abre espaço para que a entrevistada expresse sua visão individual sobre os temas abordados de forma livre e extensiva, ao mesmo tempo que a entrevistadora busca respostas suficientemente ricas para alcançar seu objetivo (Flick, 2013). Elaborado o roteiro de perguntas, uma entrevista teste foi realizada anterior ao início da sequência de entrevistas, possibilitando os ajustes finais e cálculo do tempo médio de duração.

Ao todo, foram realizadas 11 entrevistas, com um tempo médio de duração de 1 hora, feitos de forma *online* pelo *Google Meet*. É importante ressaltar que, embora tenham sido realizados contatos iniciais mais amplos, duas entrevistas foram descartadas da análise final por não atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos: as participantes pertenciam a organizações que não se caracterizavam como associações rurais, fugindo ao escopo e ao objetivo central desta investigação.

Paralelamente, foi elaborado um caderno de campo para o registro de observações relevantes durante as entrevistas, permitindo documentar expressões, contextos e outros aspectos não captados apenas pelas respostas verbais, enriquecendo a análise dos dados coletados.

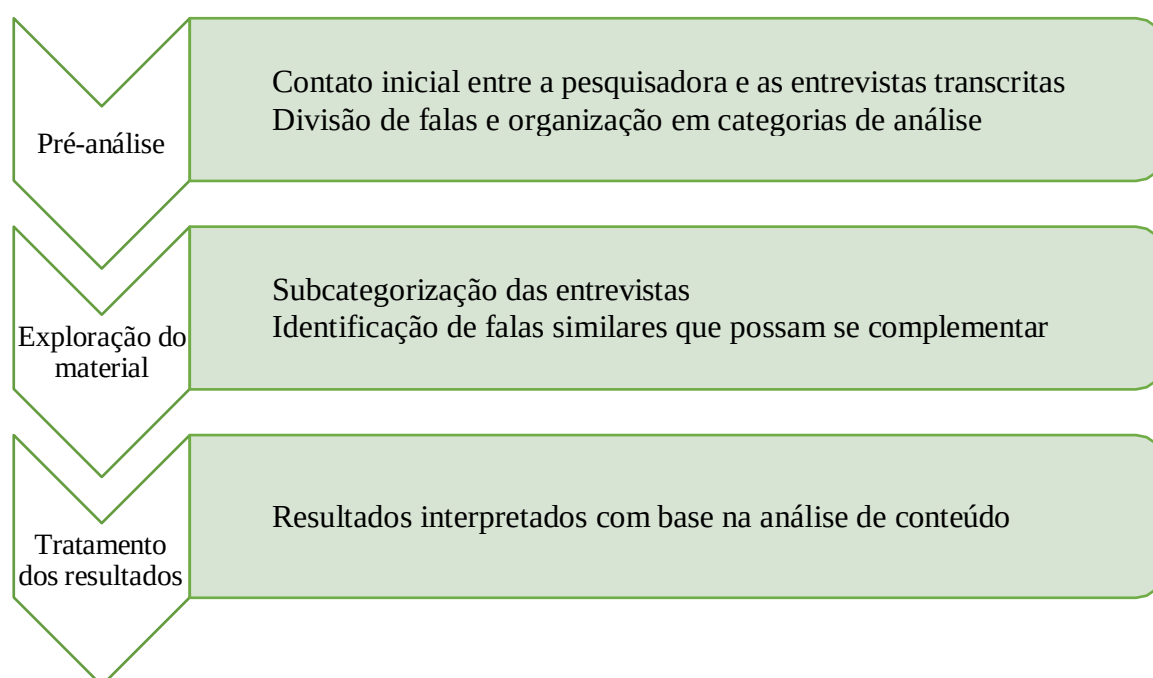
3.3 Análise de dados

O processo de análise se iniciou nas transcrições das entrevistas, realizada pelo Word (Microsoft 365), captando aspectos da fala e do contexto da entrevistada. Métodos qualitativos fornecem dados muito significativos e densos, mas, também, muito difíceis de se analisarem (Duarte, 2002). Com isso, necessita-se de um mergulho profundo nas realidades expostas, com intuito de produzir interpretações e explicações que instiguem a reflexão, revelando explicações para a problemática. Aqui, como em todas as etapas de pesquisa, é preciso ter olhar e

sensibilidade armados pela teoria, operando com conceitos e constructos do referencial teórico (Duarte, 2002).

De acordo com Bardin (1977) a análise de conteúdo é entendida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, organizada em torno de três polos cronológicos: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 1977), que foram seguidos no processo de análise e interpretação dos dados coletados para essa pesquisa como mostra na Figura 5.

Figura 5. Organização da análise de conteúdo.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O contato inicial da entrevistadora com as entrevistas durante a transcrição é parte do processo de pré-análise. Identificando falas que contém situações em que as entrevistadas relatam os desafios e estratégias, e destacando-as dentro das categorias de análise, sendo este procedimento realizado separadamente para cada entrevista.

Durante a exploração do material, as entrevistas e os dados brutos foram agregados em subcategorias. Nesse momento, agrupou-se situações comuns entre as entrevistadas, identificando desafios e estratégias compartilhadas. Além disso, dentro de cada desafio e estratégia subcategorizada, buscou-se identificar padrões, narrativas e perspectivas que revelem as experiências das mulheres em cargos de liderança nas associações rurais.

No tratamento dos resultados, foi utilizado a análise de conteúdo para a interpretação e discussão dos dados, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos, procedimento clássico para análise de materiais textuais, da mídia e entrevistas, baseado no uso de categorias, em que são alocadas declarações, sentenças ou palavras, conteúdo dos textos (Flick, 2013). E, por fim, apresentados na sequência desta pesquisa.

A fim de atender aos quatro objetivos específicos delineados nesta investigação, a análise dos dados e a discussão dos resultados foram organizadas em quatro eixos fundamentais, que estruturam o corpo desta dissertação: No capítulo será apresentado uma Revisão Integrativa, destinada à sistematização do aporte teórico, discutindo a literatura científica sobre gênero, liderança e associativismo rural para fundamentar as análises subsequentes. A Caracterização das Lideranças estudadas, retratada no Capítulo 2, apresenta o perfil socioeconômico e profissional das entrevistadas, interrelacionando suas trajetórias de vida com a atuação nas associações do Agreste Central. Já o Capítulo 3 aborda os Desafios da Gestão Feminina, a compreensão da atuação das mulheres à frente das associações rurais exige o reconhecimento dos obstáculos que permeiam sua trajetória. Por fim, o Capítulo 4, traz as Estratégias, práticas e mecanismos desenvolvidos pelas líderes para superar obstáculos, garantindo a manutenção e o fortalecimento do protagonismo feminino no campo.

A organização dos resultados desta pesquisa estruturou-se a partir da distinção entre os desafios enfrentados e as estratégias de superação articuladas pelas lideranças, categorias estas que emergiram após a análise de conteúdo. Essa organização assegura que cada dimensão do estudo seja explorada com a profundidade necessária, permitindo uma compreensão acerca da liderança feminina frente aos desafios e potencialidades do associativismo rural.

4 PARTICIPAÇÃO FEMININA EM ASSOCIAÇÕES RURAIS: TENDÊNCIAS E DESAFIOS NA LITERATURA

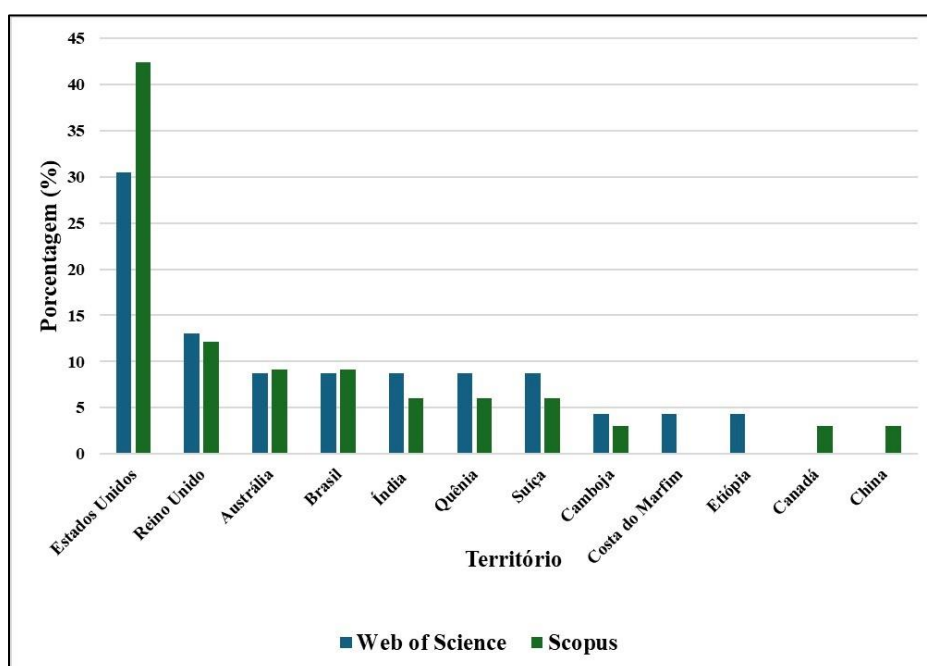
A compreensão das dinâmicas que envolvem a atuação das mulheres em cargos de decisão no campo exige, antes de tudo, situar o debate dentro da evolução bibliográfica recente, que tem buscado dar visibilidade a trajetórias anteriormente silenciadas no contexto agrário. Este capítulo dedica-se, portanto, a realizar uma revisão integrativa da literatura, partindo da premissa de que o conhecimento científico acumulado serve como bússola para interpretar as realidades locais do Agreste Central sergipano. A escolha por este método deve-se à sua capacidade de sintetizar múltiplos estudos, permitindo identificar não apenas os consensos

sobre as desigualdades de gênero no meio rural, mas também as lacunas que ainda persistem no debate contemporâneo.

A primeira etapa da revisão integrativa envolveu a busca por estudos relacionados a temática, a busca foi realizada em 13 de fevereiro de 2025, por meio de triagem manual, com os resultados posteriormente organizados em uma planilha do Excel. As bases de dados selecionadas foram *Web of Science* e *Scopus*, escolhidas por sua ampla cobertura e reconhecida relevância científica. Para a busca, foram definidos os seguintes descritores em inglês: “women”, “rural association” e “leadership”. Utilizando o operador booleano AND, a seguinte expressão de busca foi construída e aplicada: (“women” AND “rural association” AND “leadership”). Essa busca retornou 23 estudos na *Web of Science* e 31 estudos no *Scopus*.

Conforme o Figura 6, é possível verificar a distribuição geográfica dos estudos retornados nas bases de dados selecionadas, a maioria dos estudos encontrados na base da *Web of Science* se concentra nos Estados Unidos (7), seguido do Reino Unido (3), Austrália (2), Brasil (2), Índia (2), Quênia (2) e Suíça (2). Além disso, foram identificados estudos isolados em Camboja (1), Costa do Marfim (1) e Etiópia (1). Possibilitando uma visão da produção científica sobre a temática, evidenciando maior concentração em países do hemisfério norte, enquanto nações do sul global apresentam menor representatividade.

Figura 6. Quantidade de artigos por território encontrados através da string (“women” AND “rural association” AND “leadership”) nas bases Web of Science e Scopus.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

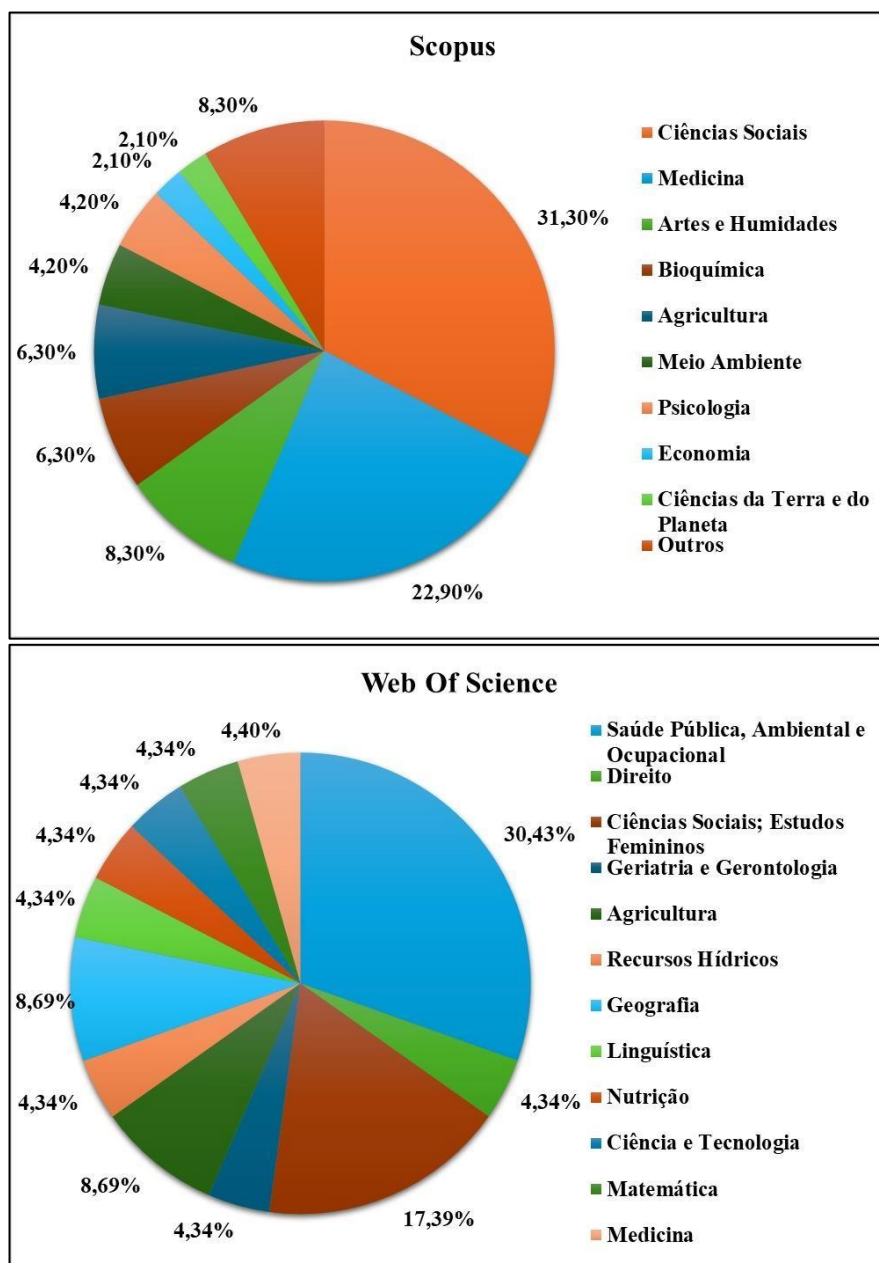
Quando comparamos com os resultados da base *Scopus*, observa-se um aumento no número de publicações em determinados países, Estados Unidos (14), Reino Unido (4) e

Austrália (3). O Quênia também apresenta um crescimento (3 artigos), enquanto Brasil (2), Índia (2), Suíça (2) e Camboja (1) mantêm a quantidade de estudos identificados na *Web of Science*. Além disso, surgem publicações no Canadá (1) e na China (1), que não apareceram na primeira base analisada. Esses indicadores reforçam uma concentração ainda maior da produção acadêmica em determinados países, reforçando o domínio dessas nações na pesquisa sobre o tema, enquanto a participação de países do sul global permanece limitada. Connell (2014) reflete acerca da economia do conhecimento dominante, a qual privilegia países do Norte global, sendo que Ribeiro (2021) corrobora essa perspectiva ao evidenciar a hegemonia de pesquisadores do Norte sobre a maior parte das publicações acadêmicas, consolidando uma divisão global do trabalho intelectual. Buscando o entendimento dessa situação, Waisbord (2023) reflete a necessidade de uma análise estrutural das Instituições. Onde os estudos de comunicação são, em sua maioria, estabelecidos nos Estados Unidos e Europa Ocidental. Assim, ressaltando a desigualdade histórica das condições de trabalho acadêmico, com um maior investimento em ciência e pesquisa internacional. Além disso, a predominância do inglês como idioma universal.

A Figura 7 traz a análise das áreas do conhecimento abordadas nos estudos das bases escolhidas. Ao comparar as áreas de conhecimento das duas bases utilizadas, verifica-se um enfoque significativo nas dimensões sociais e de saúde. Na base *Scopus*, observa-se uma predominância das Ciências Sociais (31,30%) e da Medicina (22,9%). Na *Web of Science*, o maior percentual é representado pela área de Saúde Pública, Ambiental e ocupacional (30,43%) e Ciências Sociais e Estudos Femininos (17,39%). Embora os percentuais sejam distintos, ambas as bases apontam para a relevância do tema no campo da saúde e ciências sociais. Outro ponto é a área de Agricultura, com proporções semelhantes (6,30% na base *Scopus* e 8,69% na *Web of Science*), a presença de áreas como Meio Ambiente (4,2%) e Recursos Hídricos (4,34%) reforça a interseção entre gênero, sustentabilidade e acesso a recursos naturais.

Ademais, encontra-se algumas diferenças nas áreas de estudo, a base *Scopus* incluindo Artes e Humanidades (8,3%), Bioquímica (6,3%) e Economia (2,1%). Já a *Web of Science* traz campos como Direito (4,34%), Geriatria e Gerontologia (4,34%) e Nutrição (4,34%), estando as duas últimas também ligadas a saúde.

Figura 7. Quantitativo de artigos por área de conhecimento nas bases *Scopus* e *Web of Science*.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

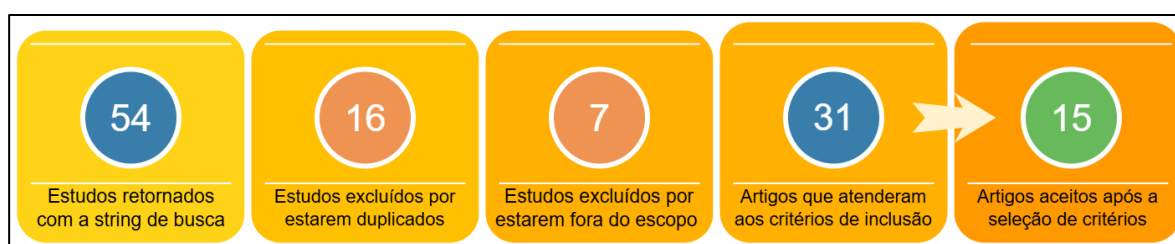
A análise das áreas abordadas evidencia sua relação com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O ODS 5 – Igualdade de Gênero é o mais diretamente associado ao tema, mas outros também se destacam. A forte presença da Medicina (22,9%) e da Psicologia (4,2%) indica conexão com o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar. Da mesma forma, os ODS 1 – Erradicação da Pobreza e ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável estão relacionados às discussões sobre o papel das mulheres na segurança alimentar e no desenvolvimento econômico. Além disso, o ODS 10 – Redução das Desigualdades se evidencia

por meio de uma abordagem interdisciplinar que envolve Ciências Sociais, Artes e Humanidades e Meio Ambiente, reforçando a necessidade de um olhar amplo sobre as desigualdades de gênero no contexto rural.

Dessa forma, é evidente que a temática exposta é abordada de maneira interdisciplinar, envolvendo diversas áreas do conhecimento. Assim, confirmando que o debate sobre liderança feminina em associações rurais não é restrito a uma única perspectiva, mas atravessa diversos campos do conhecimento. Küchemann, Bandeira e Almeida (2015) reconhecem a interdisciplinaridade da área. Com isso, permite a ampliação das abordagens teóricas e metodológicas. As autoras ainda reforçam que “a junção de áreas temáticas clássicas das ciências sociais e humanas com a perspectiva de gênero devem ocorrer de modo profundo e transversal ao redor das interseções dos campos de conhecimento” (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015, p. 79).

Na etapa de seleção dos estudos, das 54 publicações identificadas nas bases de dados supracitadas, 16 foram excluídas por duplicidade e 5 por estarem fora do escopo da pesquisa. Dessa forma, 33 artigos atenderam aos critérios iniciais de inclusão e avançaram para a próxima fase. No entanto, apenas 15 alcançaram a pontuação mínima estabelecida na metodologia (Figura 8). Esse resultado evidencia que, apesar de 35 artigos possuírem os termos buscados no título, resumo ou palavras-chave, eles não tinham uma relação direta com a temática de liderança feminina e associações rurais, reforçando a necessidade de uma avaliação para garantir a relevância dos estudos selecionados.

Figura 8. Resultados quantitativos da pesquisa bibliométrica.



Fonte: Elaborada pela autora (2025)

No Quadro 1 estão apresentados os dados extraídos dos estudos e serão argumentados ao decorrer do texto. Destaca-se, desde já, que apenas três dos estudos alcançaram a pontuação máxima, enquanto os demais atenderam apenas parcialmente ao critério estabelecido. Isso indica que a maioria dos artigos selecionados aborda a temática da liderança feminina em associações rurais de maneira indireta ou de forma parcial. Além disso, observou-se a ausência de estudos que apresentem especificamente da liderança feminina em associações rurais, evidenciando uma lacuna na literatura que representa um desafio para a compreensão e

aprofundamento do tema. Dessa forma, os estudos selecionados em sua maioria atendem à temática de gênero ou liderança feminina, não necessariamente estando relacionados a associação.

Quadro 1. Artigos aceitos após a seleção dos critérios.

Título do artigo	Score	Autora-ano	Periódico	Base	Objetivo
1. Effect of political decentralization and female leadership on institutional births and child mortality in rural Bihar, India	1.0	Santosh Kumar, Nishith Prakash (2017)	Social Science & Medicine 185	Web of Science	Investir impactos da descentralização política e reserva de mulheres na governança local sobre nascimentos institucionais e mortalidade infantil em Bihar, Índia.
2. Empowering Women Leadership Through Community Mobilization to Prevent Early Marriages	1.0	Prawinda Putri Anzari, Raisa Fitri (2024)	KnE Social Sciences	Web of Science	Impacto dos casamentos precoces em área rural e estratégias para prevenir tais casamentos por meio do empoderamento das mulheres.
3. Intrahousehold empowerment gaps and dietary diversity in China	1.0	Yanfang Huang et al. (2024)	Frontiers in Nutrition	Web of Science	Relação entre as lacunas de empoderamento intradomiciliar e a segurança alimentar e nutricional através de dados do Instituto de Informações Agrícolas.
4. Peasant Struggles in Times of Crises: The Political Role of Rural and Indigenous Women in Chile Today	2,0	Mariana Calcagni (2023)	Studies in Social Justice	Scopus	Analisa demandas e estratégias políticas da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas.
5. ‘We are the bridge’: an implementation research study of SEWA Shakti Kendras to improve community engagement in publicly funded health insurance in Gujarat, India	1.0	Susan Thomas, Sharmada Sivaram, Zubin Shroff, Ajay Mahal, Sapna Desai (2022)	BMJ Global Health	Scopus	Análise de como os centros de recursos implementados por uma organização de mulheres poderiam melhorar o acesso das mulheres e a utilização do seguro saúde.

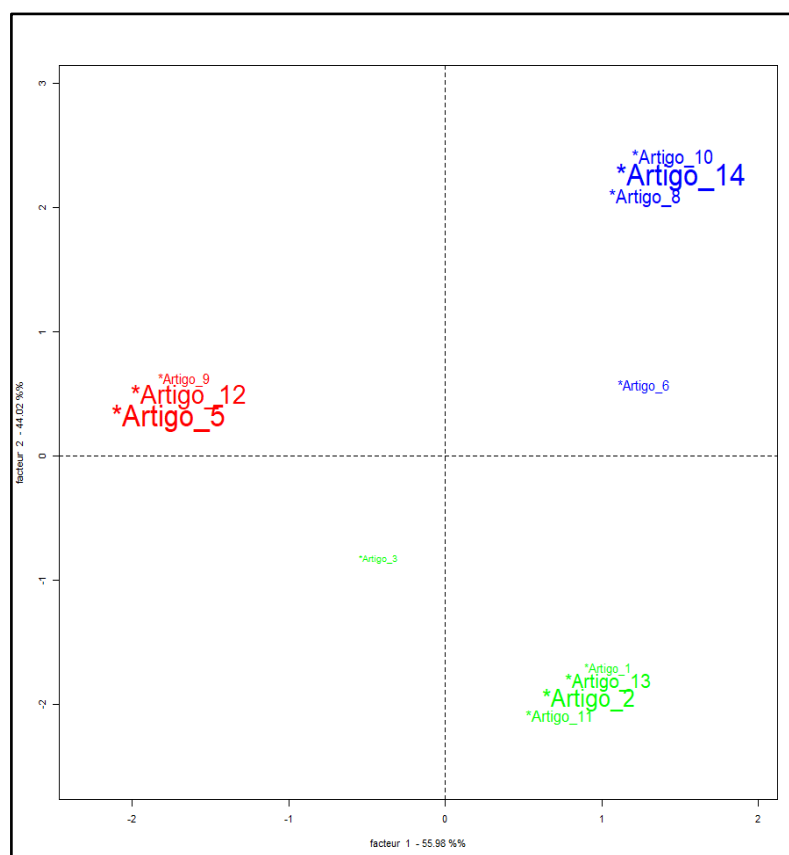
6. The Village Savings and Loans Association pathway – feminist solidarity groups leverage COVID-19 to have their voices heard	1.0	Fatma Zennou, Aisha Rahamatali, Marie Paule Yao, Zenab Bagha (2022)	Agenda: Empowering women for gender equity	Scopus	Examinar como as mulheres em Benin, Costa do Marfim, Mali, Níger e Nigéria alavancam a solidariedade feminista para defender e estabelecer a liderança das mulheres em crise.
7. Ethnomathematics Approach as a Tool for Cultural Valuation and Social Representativity: Possibilities in a Quilombola Community in the State of Amapá - Brazil	1.0	Romaro Antonio Silva, Pedro Manuel Palhares, José Mattos (2022)	The Mathematics Enthusiast	Scopus	Compreender aspectos etnomatemáticos que mostrem as relações socioculturais vivenciadas em uma comunidade quilombola em Macapá.
8. Mujeres campesinas y Soberanía Alimentaria: propuestas para un vivir digno, la experiencia de Inzá, Cauca (Colombia)	1.0	Santiago Torres, Fabio Ariza (2022)	Revista de Economia e Sociologia Rural	Scopus	Reflexões que se propõem a identificar a relação entre a segurança alimentar e os direitos do camponês a partir da visão das mulheres camponesas.
9. Women's Political Leadership and Adult Health: Evidence from Rural and Urban China	1.0	Hongwei Xu, Nancy Luke, Susan Short (2021)	Journal of Health and Social Behavior	Scopus	Examinar o papel da liderança política feminina no nível comunitário na China.
10. “Da Igreja à luta”: trajetórias políticas de mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná	2.0	Aline Santos, Josiane Weding, Hieda Corona (2021)	Revista Estudos Feministas	Scopus	Análise das trajetórias de mulheres agricultoras no Sudoeste do Paraná que implicaram diretamente o exercício de suas lideranças na igreja, no sindicato, em associações, em partido político e em movimentos sociais.
11. REDES DE APOYO AL EMPRENDIMIENTO FEMENINO EN TERRITORIOS RURALES	1.0	Néstor Savall, Jaime Pizarro, Diana López (2020)	OBETS. Revista de Ciencias Sociales	Scopus	Estudo de caso qualitativo em uma área LEADER espanhola, foca em redes locais que apoiam o autoemprego feminino em áreas rurais e o impacto da crise econômica nessas redes.

12. Rural Piped-Water Enterprises in Cambodia: A Pathway to Women's Empowerment?	1.0	Melita Grant, Simone Soeters, Juliet Willets (2019)	Water	Scopus	Examinar até que ponto a propriedade e a gestão de esquemas de abastecimento de água por mulheres levaram ao seu empoderamento na zona rural do Camboja.
13. How Cities Erode Gender Inequality: A New Theory and Evidence from Cambodia	1.0	Alice Evans (2019)	Gender & Society	Scopus	Investiga as causas das diferenças rurais-urbanas por meio de pesquisa qualitativa comparativa no Camboja.
14. A case study of the Southern African Rural Women's Assembly: "We can bend the stick"	2.0	Mercia Andrews (2019)	Agenda: Empowering women for gender equity	Scopus	Revelar primeiro que as mulheres africanas, especialmente as pobres, rurais, são invisíveis, escondidas e frequentemente marginalizadas nos papéis de liderança que desempenham.
15. Politics is Not Just a Man's Game: Women in Democratic Local Governance of Odisha	1.0	Patryusna Patnaik (2014)	Social Change	Scopus	Identificar se a representação das mulheres por meio de cotas e a subsequente participação na governança local faz uma diferença na política.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Foram selecionados os 15 resumos dos artigos expostos no Quadro 1, formando uma Unidade de Contexto Inicial (UCI), que representaram o conjunto inicial para análise lexical feita no *software* Iramuteq. Resultando em um *corpus* com 64 seguimentos de texto (ST), 3294 ocorrências (palavras e formas), 1148 palavras diferentes e 775 hapax (palavras com uma única ocorrência).

A Figura 9 foi gerada por meio da Análise Fatorial de Correspondência (AFC), evidenciando a formação de três grupos de artigos com afinidade entre si, enquanto dois artigos se posicionam de forma isolada, indicando menor relação com os demais.

Figura 9. Resultado da Análise Fatorial de Correspondência.

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Os artigos 5 (*‘We are the bridge’: an implementation research study of SEWA Shakti Kendras to improve community engagement in publicly funded health insurance in Gujarat, India*), 9 (*Women’s Political Leadership and Adult Health: Evidence from Rural and Urban China*) e 12 (*Rural Piped-Water Enterprises in Cambodia: A Pathway to Women’s Empowerment?*) estão agrupados no mesmo quadrante na análise pois a proximidade entre esses estudos sugere uma interseção entre liderança feminina, acesso a recursos e serviços essenciais, e a influência das normas de gênero nos contextos analisados. O artigo 5 investiga como o engajamento comunitário pode melhorar o acesso das mulheres ao seguro saúde na Índia, destacando o papel das organizações femininas na proteção social. O artigo 9 examina a liderança política feminina na China e seus impactos sobre a saúde mental das mulheres rurais, enfatizando a redução da discriminação de gênero. Já o artigo 12 analisa o empoderamento de mulheres empreendedoras no setor de abastecimento de água no Camboja, discutindo barreiras e facilitadores para sua atuação.

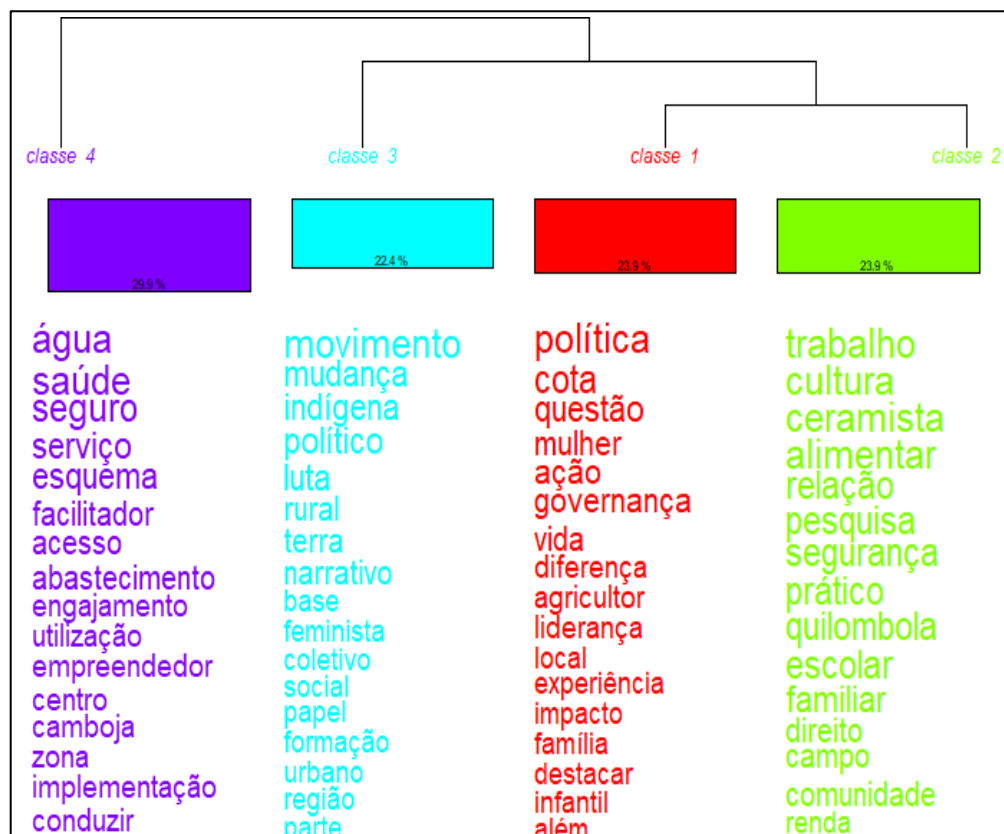
No quadrante a direita verificamos a relação dos artigos 10 (“Da Igreja à luta”: trajetórias políticas de mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná), 14 (*A case study of the Southern African Rural Women’s Assembly: “We can bend the stick”*) e 8 (*Mujeres campesinas*

y Soberanía Alimentaria: propuestas para un vivir digno, la experiencia de Inzá, Cauca (Colombia)). Os dois artigos que receberam avaliação de score 2.0 se encontram nesse grupo (artigo 10 e 14), que em conjunto com o 8º artigo compartilham um eixo comum relacionado à liderança feminina no meio rural, apontando desafios impostos por normas patriarcais, econômicas e políticas. Enquanto o artigo 10 foca no Brasil e na interseccionalidade de gênero, religião e política, o artigo 14 analisa a organização das mulheres africanas no ativismo rural e o artigo 8 explora a luta das mulheres camponesas pela Soberania Alimentar como uma forma de resistência e ação coletiva.

O 3º grupo verificado reúne os artigos 13 (*How Cities Erode Gender Inequality: A New Theory and Evidence from Cambodia*), 2 (*Empowering Women Leadership Through Community Mobilization to Prevent Early Marriages*), 11 (*REDES DE APOYO AL EMPRENDIMIENTO FEMENINO EN TERRITORIOS RURALES*) e 1 (*Effect of political decentralization and female leadership on institutional births and child mortality in rural Bihar, India*). Os quatro artigos convergem na ideia de que a equidade de gênero no meio rural depende de múltiplos fatores: trabalho feminino (formal ou autônomo), participação política, organização comunitária e enfrentamento de normas culturais. Em conjunto, eles evidenciam como diferentes estratégias podem ser utilizadas para reduzir desigualdades e fortalecer a liderança feminina em contextos rurais distintos.

Já o artigo 6 (*The Village Savings and Loans Association pathway – feminist solidarity groups leverage COVID-19 to have their voices heard*) e 3 (*Intrahousehold empowerment gaps and dietary diversity in China*) apesar de se encaixarem nos quadrantes, permaneceram distantes dos demais grupos. Ambos apresentam uma relação, embora abordem aspectos diferentes do empoderamento feminino. O artigo 6 aborda o empoderamento coletivo e comunitário por meio das VSLAs, Associações de Poupança e Empréstimo da Vila, como instrumento de solidariedade e defesa dos direitos. Já o artigo 3, aborda o empoderamento dentro do lar, avaliando sua relação com a segurança alimentar e nutricional.

A posteriori, foi realizada a Categorização Hierárquica Descendente (CHD) obtendo um dendrograma (Figura 10) que representa a segmentação das classes com base na força de associação entre as palavras ativas do *corpus* textual. A classificação foi aplicada aos textos selecionados, alcançando um aproveitamento de 74,4%, percentual considerado relevante pela literatura. Ao todo, foram identificadas 743 palavras ativas passíveis de análise.

Figura 10. Dendrograma resultante da Categorização Hierárquica Descendente (CHD).

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A classe 1 traz termos que remetem à participação política e ao impacto da governança na vida das mulheres no meio rural. A presença de palavras como política, cota, governança e liderança indica uma preocupação com a representatividade feminina em espaços de decisão, bem como as estratégias utilizadas para superar desigualdades estruturais. Além disso, a inclusão de termos como agricultor, vida e família sugere que essas questões estão diretamente relacionadas às dinâmicas da agricultura familiar e do meio rural.

No artigo 1, é discutido o efeito da descentralização política e da presença de mulheres na governança local sobre a melhoria de indicadores de saúde materno-infantil. Afirmando que as mulheres líderes são eficazes em motivar as mulheres, mudando suas atitudes, percepções e demanda por serviços sociais (Kumar; Prakash, 2017). Essa atitude também é percebida no trabalho de Canabarro e Salvagni (2015), em que a forma que as mulheres se relacionam com a equipe é uma das principais razões de um grupo unido e motivado, mostrando resultados significativos, de acordo com os objetivos definidos por elas. Dessa forma, corrobora com outros trabalhos, que afirmam que as características femininas de liderança é uma forma cooperativa, de motivação para trabalho em conjunto, equilíbrio nas decisões, utilização da intuição na resolução de problemas (Brandão et al., 2018).

Nessa mesma perspectiva, o artigo 15, de autoria de Pratyusna Patnaik (2014), relata que a presença das mulheres faz a diferença na política rural e em suas vidas pessoais. Bem como, possibilita a ampliação de uma identidade, pois muitas vezes essas mulheres são vistas apenas como filhas, esposas, mães e noras. Além disso, a mudança na vida individual reflete em suas relações familiares, na divisão do trabalho e na política rural (Patnaik, 2014). Itaboraí (2017) identificou nas famílias bases fortes da disparidade de gênero, dessa forma, é necessária uma reflexão de acordo com as relações familiares, identificando esse ambiente como um dos principais propulsores das mudanças nas dimensões de classe e gênero.

As palavras como trabalho, cultura, ceramista e quilombola indicam a relevância das atividades produtivas tradicionais e do papel das comunidades na preservação de saberes e na sustentabilidade. O trabalho feminino produtivo realizado na agricultura usualmente é considerado como “ajuda”, mesmo quando essas mulheres desempenham as mesmas ou mais atividades do que seu marido ou família. Com isso, ao analisar o trabalho feminino no rural por uma óptica produtivista, acaba-se dificultando a visibilidade dos trabalhos desempenhados por elas (Herrera, 2016). Corroborando com a discussão, Anita Brumer (2004), afirma que a divisão sexual do trabalho na agricultura compete, além das mulheres, crianças e jovens. Paulilo (2004) reflete o papel do homem nessa divisão, no qual é encarregado a trabalhos de maior força física, reforçado na segunda classe, que está centrada nas relações de trabalho e cultura no meio rural, com destaque para a segurança alimentar e práticas produtivas comunitárias.

Entretanto, como retratado no dendrograma, o trabalho da mulher no meio rural é plural, abrangendo desde a produção agrícola até a transmissão de saberes tradicionais, gestão familiar e participação em atividades comunitárias. Para além das atividades produtivas, as mulheres desempenham um papel essencial, o termo “segurança” aparece em um contexto de segurança alimentar. Zanetti e Menasche (2007) afirmam que grande parte da segurança alimentar do meio rural é garantida pelo trabalho feminino, encarregadas pela produção de alimentos voltados para o autoconsumo e por preparar as refeições das suas famílias.

No artigo 7, onde é analisado o contexto social das artesãs ceramistas destaca-se a presença das mulheres como mantenedoras da renda familiar e na liderança política da comunidade, reconhecendo o papel da escola, especialmente sobre a prática do ensino em espaços sociais onde valores e conhecimentos específicos existentes precisam compor a formação de um currículo dinâmico (Silva; Palhares; Mattos, 2022).

A autora Alice Evans (2019) aborda no artigo 13 a teoria de que o emprego feminino aumenta o apoio à igualdade de gênero. As participantes da pesquisa, mulheres cambojanas rurais, vem representando importantes contribuintes econômicos, porém, raramente

compartilham e aprendem com outras pessoas diversas, ao contrário dos homens. Dessa forma, excluídas dessas conversas (por percepções de normas e responsabilidades domésticas), as mulheres rurais são consideradas menos informadas e menos adequadas à liderança. Entretanto, é apresentado no texto que, ao ver as mulheres desempenhando papéis historicamente dominados pelos homens, outros passarão a considerá-las igualmente competentes em uma ampla gama de outros domínios, incluindo liderança (Evans, 2019).

A terceira classe, que está fortemente associada a processos de mobilização social e luta política no meio rural. Termos como movimento, mudança, luta, feminista e coletivo sugerem um contexto de resistência e transformação social, enquanto indígena, rural e terra indicam a centralidade das disputas por território e direitos das populações tradicionais. Carneiro (1994) relata que a partir da década de 80 a participação feminina nos movimentos sociais do campo conquistou perspectivas particulares com os primeiros encontros feitos para solução de problemas singulares. Sabe-se que os movimentos de mulheres rurais na esfera pública contribuem para seu reconhecimento como sujeitos de direito, com a implementação de políticas públicas que buscam responder e garantir as demandas femininas (Siliprandi; Cintrão, 2015).

A palavra “narrativo” na classe 3, sugere a construção de discursos que legitimam essas lutas, reforçando a dimensão política dos movimentos sociais. O artigo 14 reflete sobre a construção do movimento feminista na África Austral com foco específico na liderança em áreas rurais e lutas pela terra, a autora Mercia Andrews afirma que as mulheres rurais expressaram resistência a OGMs (Organismos Geneticamente Modificados) e aos insumos relacionados, como fertilizantes e herbicidas, devido ao medo de dependência do agronegócio transnacional para sementes e outros insumos agrícolas (Andrews, 2019). Dessa forma, é válido ressaltar a importância dessas mulheres como promotoras da sustentabilidade. Entretanto, apesar do importante papel das mulheres rurais na agricultura e na segurança alimentar familiar, a marginalização das agricultoras é generalizada.

Em relação a mulheres em liderança, o artigo 9 traz que diretoras comunitárias do sexo feminino são mais comuns em comunidades urbanas do que rurais na China (Xu; Luke; Short, 2021). A liderança feminina no meio rural tem se fortalecido, impulsionada por um maior nível educacional das mulheres e sua crescente participação na gestão agropecuária. Estudos apontam que as agricultoras desempenham um papel essencial, sendo responsáveis por uma parcela significativa das atividades agrícolas, desde o plantio até a colheita (Almeida; Peixoto; Pessoa, 2023), contribuindo para a sustentabilidade econômica e social das comunidades. Além disso, pesquisas mostram que o poder de decisão contribui para uma maior autonomia das mulheres

em associações rurais (Brandão; Barbosa; Bergamasco, 2023). Além disso, influencia positivamente a sucessão familiar e a continuidade das atividades no campo.

Mariana Calcagni, autora do artigo 4, ressalta que as mulheres rurais e indígenas são atrizes políticas fundamentais que devem, sem dúvida, ser consideradas ao estudar as lutas por mudanças sociais no século XXI (Calcagni, 2023). Com isso, reforça a atuação dos movimentos feministas e indígenas na reivindicação de direitos, a importância da coletividade na transformação social e os desafios enfrentados na busca por reconhecimento político e econômico.

Por conseguinte, a quarta classe engloba aspectos relacionados à infraestrutura e ao acesso a serviços essenciais, com destaque para termos como água, saúde, seguro e abastecimento. A inclusão de palavras como serviço, facilitador e engajamento indica a necessidade de articulação entre comunidades e instituições para garantir direitos básicos. Essa afirmação, possui forte relação com o artigo 12, o qual examinou até que ponto a propriedade e a gestão de esquemas de abastecimento de água por mulheres levaram ao seu empoderamento, incluindo seu empoderamento econômico, na zona rural do Cambódia. As conclusões relatam que embora houvesse evidências de mulheres empreendedoras sendo empoderadas em vários aspectos de suas vidas, a complexidade do processo, desafios e limitações também foram observados, alguns desafios relacionados ao gênero foram citados, como: mobilidade reduzida e conciliar emprego com trabalho em casa (Grant et al., 2019). Esse desafio é citado recorrentemente em estudos feitos com mulheres, relatando uma dupla jornada de trabalho, onde a mulher é considerada a cuidadora e responsável por afazeres domésticos (Silva, 2019).

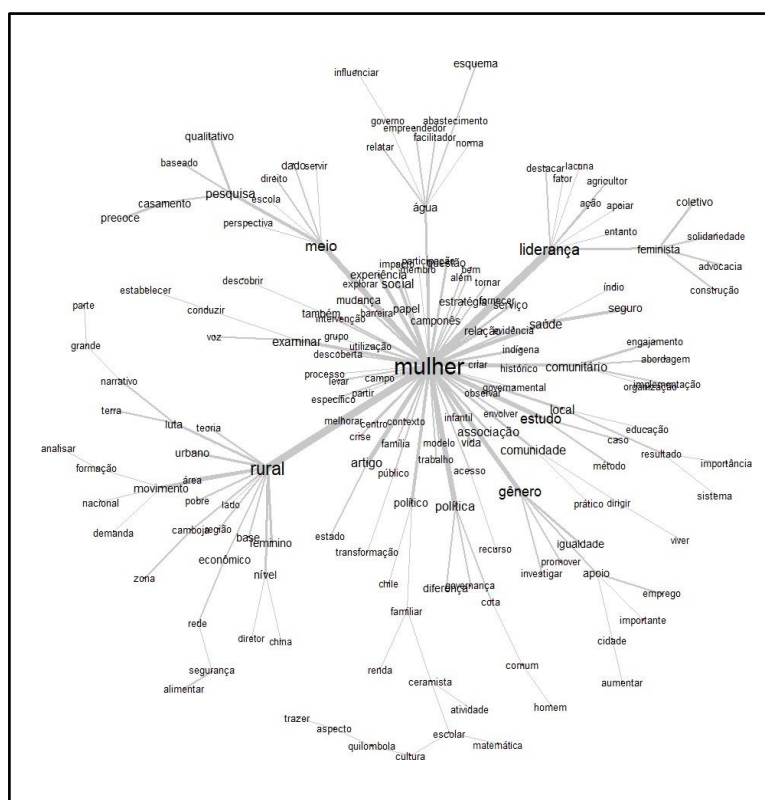
No artigo 5 também foi destacado que as mulheres enfrentam barreiras específicas de acesso e utilização referente à saúde pública na Índia, como a participação em funções de cuidadora e outras formas de trabalho não remunerado, restrições de mobilidade e controle limitado sobre os recursos domésticos (Thomas et al., 2022). Nessa perspectiva, Nogueira (2010) reflete sobre a mulher e o mundo de trabalho no sistema em que estão inseridas, no qual sofrem, ao mesmo tempo, exploração, como trabalhadoras assalariadas, e dominação, no trabalho doméstico.

Ademais, as desigualdades de gênero estão relacionadas a fatores de risco biológicos, experiência de doença e os contextos sociais das mulheres, que diferem dos homens; o poder de decisão limitado das mulheres em relação ao uso de serviços de saúde e seguro; e as vulnerabilidades específicas das mulheres trabalhadoras na economia informal e nos níveis mais baixos do setor formal (Thomas et al., 2022). Por conta disso, faz-se necessário um aprofundamento ao falar da divisão sexual do trabalho, pois vai além das especificidades de

gênero. Nogueira (2010) articula essa descrição com uma análise de processos utilizados pela sociedade com propósito de desestabilizar e definir uma ordem hierárquica das atividades.

Diante disso, para identificar e visualizar as relações entre palavras ou conceitos dentro do *corpus* textual foi utilizada a técnica da análise de similitude (Figura 11), o que auxilia a revelar temas e padrões subjacentes nos dados textuais, facilitando a compreensão das associações e significados compartilhados entre diferentes segmentos do texto.

Figura 11. Análise de similitude.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A figura mostra as conexões entre palavras distintas com base na ocorrência dentro do seu *corpus* de texto. As palavras que aparecem próximas umas das outras no gráfico apresentam uma alta frequência, sinalizando uma relação semântica significativa. A análise de similitude realizada com o software revelou a formação de agrupamentos temáticos, como mulher, liderança, rural, gênero, estudo e meio, confirmando os padrões observados nas classes analisadas anteriormente. Esses agrupamentos reforçam a centralidade dessas temáticas na discussão sobre a participação feminina no meio rural. Estudos apontam que, apesar dos desafios impostos por estruturas patriarcais e pela divisão desigual do trabalho, o número de propriedades rurais no país administradas por mulheres número está crescendo (Almeida; Spanevello, 2022).

De modo geral, os artigos selecionados refletem uma ampla diversidade de áreas do conhecimento, evidenciando a interdisciplinaridade dos estudos de gênero. A presença de pesquisas em diversas áreas demonstra a relevância da temática em diferentes contextos. No entanto, a especificidade da associação rural dentro dessa discussão ainda é limitada, embora tenha sido uma das palavras-chave escolhidas, não foram identificadas pesquisas expressivas com esse foco. A figura ilustra essa tendência, destacando outros elementos que se interconectam na construção do debate sobre gênero, liderança e o meio rural. Isso indica uma lacuna na literatura que pode ser explorada em pesquisas futuras, especialmente considerando a importância dessas associações para a organização e representação das mulheres no campo.

5 ENTRE A PRODUÇÃO E A REPRESENTAÇÃO: QUEM SÃO AS MULHERES LÍDERES DE ASSOCIAÇÃO?

Nesta seção, apresentam-se as análises desenvolvidas com base em traçar o perfil sociodemográfico e a trajetória de engajamento das líderes rurais entrevistadas. A caracterização das mulheres entrevistadas permite traçar um perfil das lideranças que estão à frente do associativismo no Agreste Central sergipano. A amostra, composta por nove lideranças, revela trajetórias marcadas pela maturidade e pelo engajamento multifacetado no meio rural. Nas subseções a seguir, os dados são apresentados e discutidos sob as dimensões sociodemográfica e de atuação política.

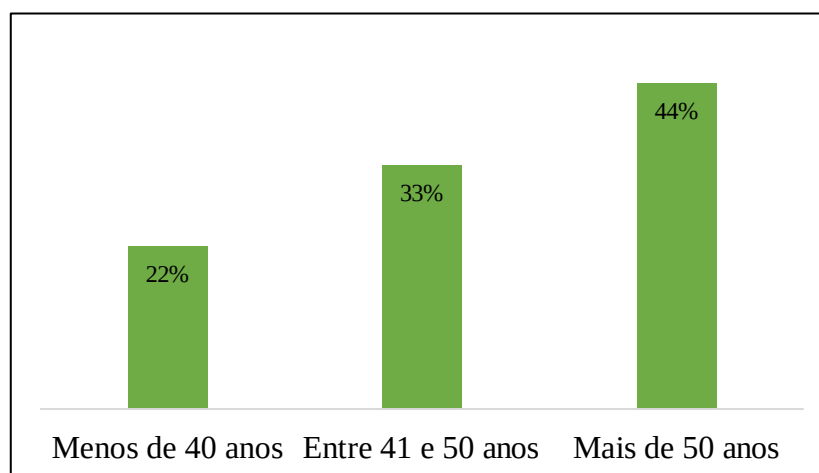
Conforme delineado no percurso metodológico, as informações apresentadas foram obtidas por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado aplicado a 11 mulheres que atuam como líderes em associações rurais. É importante ressaltar que o encerramento da coleta de dados ocorreu após atingir o critério de saturação teórica, momento em que a recorrência e a profundidade dos relatos indicaram que os novos dados obtidos pouco acrescentavam à compreensão dos desafios e estratégias já mapeados. Essa estratégia assegura que o volume de informações coletadas foi suficiente para responder aos objetivos da pesquisa, garantindo a densidade analítica necessária para o estudo das lideranças no Agreste Central. Contudo, cabe destacar que, das 11 mulheres inicialmente indicadas para participar da entrevista, apenas 9 se encaixaram nos critérios de inclusão para análise. Ao decorrer da entrevista, verificou-se que as duas líderes excluídas atuavam, respectivamente, na liderança de uma cooperativa e de uma associação de mulheres trabalhadoras domésticas, perfis que não constituem o objeto de estudo aqui proposto. Reconhece-se, no entanto, a relevância do material coletado junto a estas participantes, que não foi descartado e será utilizado para futuras construções de artigos científicos.

Dito isso, a caracterização das líderes localizadas na região do Agreste Central Sergipano, levará em conta aspectos como idade, gênero, etnia, estado civil, filhos, escolaridade, trajetória de engajamento na associação, de modo a contextualizá-las socio demograficamente.

5.1 Questões sociodemográficas

Como apontado na seção anterior, os dados de pesquisa sobre o perfil das lideranças femininas em associações rurais específicas ainda são escassos. A análise da distribuição etária das líderes rurais entrevistadas reforça esse cenário. O grupo analisado se distribui da seguinte forma: 2 líderes com menos de 40 anos (38 e 40 anos); 3 líderes entre 41 e 50 anos; 4 líderes com mais de 50 anos, sendo a mais velha com 73 anos (Figura 12).

Figura 12. Idade das entrevistadas.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

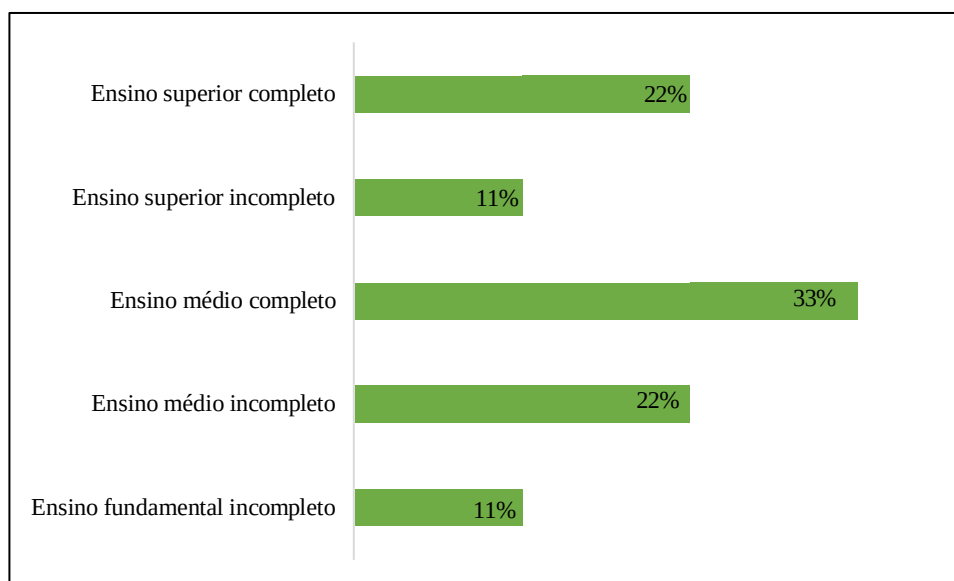
Os resultados mostram um maior número de mulheres com 40 anos ou mais, sugerindo que a liderança nas associações está alicerçada em um perfil construído após maturidade e com experiência consolidada no território. Essa concentração etária corrobora com a literatura que aponta para o fenômeno do envelhecimento no meio rural e dos chefes dos estabelecimentos agropecuários (DelGrossi e Balsadi, 2020).

Outro fator importante para a caracterização das mulheres é a etnia, apontando para uma homogeneidade marcante, 8 delas se consideram pardas e 1 se considera branca. Esta distribuição é um reflexo direto da composição demográfica e histórica da população rural brasileira, 54,4% dos estabelecimentos da agricultura familiar têm produtores que se autodeclararam pretos ou pardos (IBGE, 2017).

De acordo com apontamentos feitos por José Bergamin e Amanda Martinho (2025), há proporcionalmente mais mulheres e pessoas negras entre produtores e trabalhadores da agricultura familiar do que da agricultura não familiar. Essa convergência é ainda mais acentuada na liderança feminina: os autores destacam que mulheres negras gerenciam quase duas vezes mais estabelecimentos familiares do que mulheres brancas. Esse dado contribui para percepção de que a liderança comunitária nas associações (que são a base da agricultura familiar) é frequentemente exercida por mulheres negras e pardas, que acumulam a experiência da luta pela terra, a gestão familiar e, agora, a representação política formal.

No contexto regional, esse dado é reforçado por Alves et al. (2023), que ao analisar os aspectos socioeconômicos do meio rural sergipano, evidencia que a maior parte da população negra que reside no campo se caracteriza, fundamentalmente, como agricultora familiar. Segundo a autora, essa população enfrenta barreiras estruturais severas, como o acesso limitado à terra e uma profunda falha na assistência técnica, que alcança apenas 7% dos produtores negros em Sergipe. Além disso, a predominância de pardas em cargos de liderança nas associações estudadas ganha relevância diante da masculinização do campo apontada por Alves et al. (2023), sugerindo que o associativismo surge como um espaço de resistência e visibilidade para a mulher negra e parda frente ao maior percentual de homens na gestão dos estabelecimentos agropecuários.

Em continuidade à caracterização desse grupo de líderes, o nível de escolaridade revela outra dimensão importante de suas trajetórias. A análise do nível de escolaridade das líderes demonstra uma superação das baixas médias históricas do campo, ao mesmo tempo em que reflete as barreiras educacionais que persistem no meio rural. A maioria das líderes (4 delas) possuem o Ensino Médio completo. O grupo com maior escolaridade é notável, com duas líderes que alcançaram o nível Superior (completo ou incompleto) em áreas como Agroecologia, Radiologia Médica Nuclear e Geografia. Apenas uma entrevistada possui o Ensino Fundamental incompleto (Figura 13).

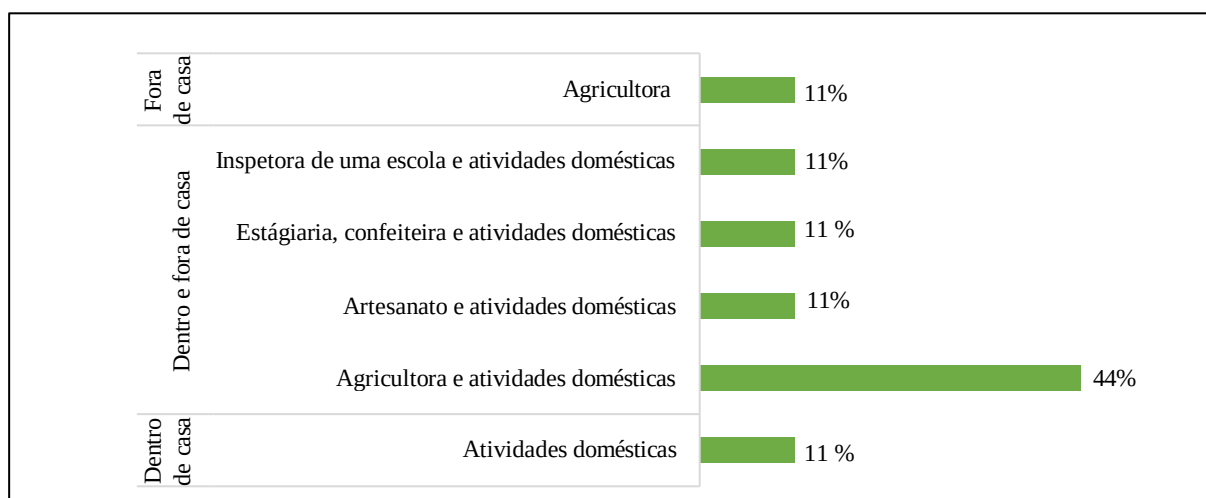
Figura 13. Escolaridade das líderes do Agreste Central Sergipano.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nesse sentido, chama atenção que a única líder com ensino fundamental incompleto seja justamente a participante mais idosa, com 73 anos, o que sugere que sua trajetória escolar foi diretamente marcada pelas limitações estruturais e pela ausência de políticas educacionais voltadas para a população rural em décadas anteriores. Assim, embora ainda haja três líderes com escolaridade restrita ao Ensino Fundamental (33,33%), a predominância de mulheres com Ensino Médio completo e, em especial, aquelas que alcançaram o Ensino Superior, indica um avanço significativo. Tal configuração revela que a geração atual de lideranças femininas rurais tem conseguido superar, ao menos em parte, as barreiras educacionais historicamente impostas ao meio rural, refletindo tanto transformações sociais quanto uma ampliação, ainda que desigual, das oportunidades de formação.

Outro ponto importante questionado na entrevista foi referente às atividades desempenhadas dentro e fora da associação. A inserção das mulheres em cargos de liderança não as exime de outras responsabilidades, resultando na dupla jornada de trabalho ou, em muitos casos, uma jornada tripla, que inclui o trabalho produtivo (na agricultura), o trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidado) e o trabalho associativo.

A análise das atividades desempenhadas pelas líderes entrevistadas revela uma complexa sobreposição de papéis que transcende a gestão administrativa das associações rurais. Conforme ilustrado na Figura 14, observa-se que o engajamento na liderança não implica no abandono ou na redistribuição das tarefas domésticas, mas sim em um acúmulo de funções que caracteriza a realidade dessas mulheres no campo.

Figura 14. Atividades desempenhadas pelas mulheres líderes.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os dados demonstram que a maioria expressiva das entrevistadas (4 delas) acumulam a função de agricultora com as atividades domésticas dentro de casa. Somadas às demais categorias, percebe-se que 100% das líderes mantêm a responsabilidade integral ou parcial pelos afazeres domésticos, independentemente de atuarem também fora de casa como artesãs, estagiárias, confeitadeiras ou inspetoras escolares.

Esta configuração evidencia que para a mulher rural, o acesso ao cargo de liderança na associação não a desobriga das funções reprodutivas e de cuidado, que historicamente lhe foram atribuídas. A sobreposição de papéis é um desafio estrutural que, reforça a divisão sexual do trabalho no meio rural, onde a mulher, ao buscar o protagonismo público, não encontra o correspondente compartilhamento de tarefas na esfera privada (Alves, 2016; Balbo, 2019). Pelo contrário, o protagonismo público surge como uma camada adicional de responsabilidade sobre uma base de trabalho doméstico já saturada.

Essa sobreposição de papéis constitui um desafio estrutural para a liderança: a necessidade de organizar sua presença nos espaços de poder, muitas vezes sacrificando seu tempo de descanso ou lazer para suprir a ausência de um compartilhamento equitativo de tarefas na esfera privada. Assim, a permanência da mulher à frente da associação torna-se um ato de resiliência política, onde a eficácia da gestão depende da sua capacidade individual de equilibrar as demandas da produção, da reprodução e da representação social.

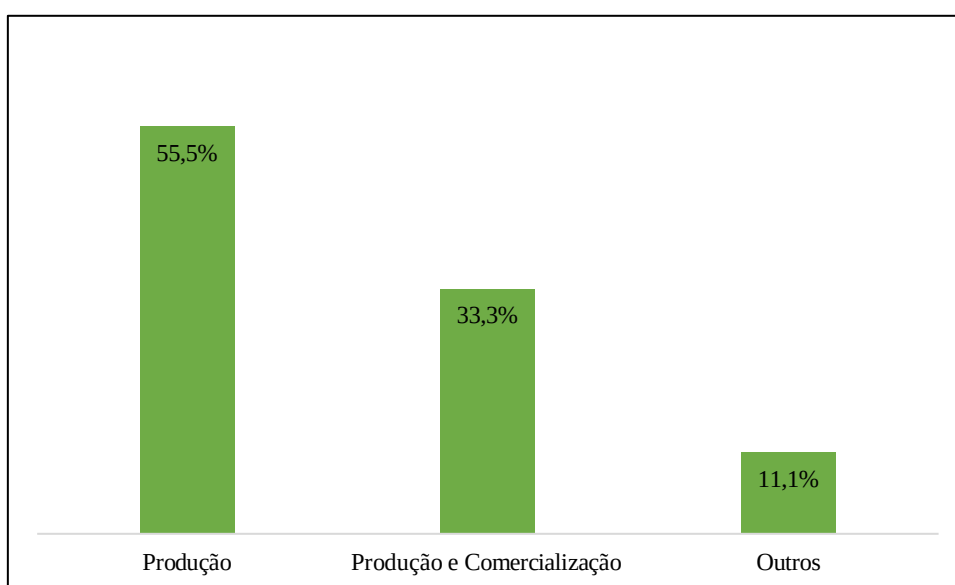
5.2 Questões de liderança nas associações

Superada a análise do perfil sociodemográfico (que situa as entrevistadas em termos de classe, raça e atividades realizadas) o foco passa agora para o seu lugar como sujeitas no espaço

em que estão inseridas. As análises posteriores buscam localizar geograficamente a associação, sua abrangência e o cargo (formal ou informal) ocupados por elas. Com isso, os elementos detalhados a seguir, ajudam a explicar a trajetória dessas mulheres em um espaço de poder historicamente masculinizado.

Em relação à atuação das associações lideradas pelas entrevistadas, a pesquisa identificou uma ênfase na dimensão produtiva e econômica, com a seguinte distribuição: Associação de Produção: 5 associações. Associação de Produção e Comercialização: 3 associações. Outras: 1 associação. Como mostra na figura 15:

Figura 15. Caracterização das associações em que as entrevistadas estão inseridas.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No contexto de associações rurais, produção refere-se ao conjunto de atividades vinculadas ao cultivo, criação ou beneficiamento de produtos agropecuários, incluindo desde a preparação da terra e manejo das culturas até a transformação primária dos alimentos. Já comercialização diz respeito às estratégias e práticas utilizadas para colocar esses produtos no mercado, abrangendo venda direta, participação em feiras, fornecimento a programas institucionais, articulação com mercados locais e regionais, entre outros mecanismos de escoamento da produção.

Como mostra a figura 15, identificou-se que a maior parte das associações lideradas pelas entrevistadas está fortemente orientada para a dimensão produtiva e econômica: cinco associações são exclusivamente de produção, enquanto três integram tanto atividades produtivas quanto práticas de comercialização. Buainain, Romero e Guanzirolli (2003) apontam a comercialização como um dos principais gargalos na agricultura familiar, tendo em

vista que a dificuldade de produzir regularmente e de forma padronizada para atender uma demanda do mercado afeta a comercialização. A organização em associação/cooperativa é uma das formas de minimizar esse problema (Cruz; Assis, 2019). Em relação a única organização que assinalou a opção “Outros”, justifica-se por encontrar-se em fase de reestruturação no período da coleta de dados. O que impossibilita, momentaneamente, a realização de atividades produtivas conjuntas ou de fluxos de venda coletiva.

A atuação dessas associações é marcada por uma diversidade de produtos, que vai além das commodities tradicionais, abrangendo: milho, feijão, verduras, frutas, doces, processados, macaxeira, bolo, polpa de fruta, entre outros. A diversificação produtiva, com foco em alimentos e no processamento (doces, bolos e polpas), é um indicador do esforço das associações lideradas por mulheres em agregar valor ao produto, fortalecer a segurança alimentar e aumentar as oportunidades de geração de renda, muitas vezes explorando os nichos de mercado ligados a políticas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Assim, estando diretamente ligada à autonomia das mulheres.

Outro ponto questionado foi o tempo de participação das entrevistadas nas estruturas associativas, representando um elemento fundamental para a sua caracterização, pois atesta a experiência consolidada e a legitimidade com que exercem sua função. Em relação a formalidade do cargo, apenas 2 das entrevistadas estão em posição informal de liderança, como mostra o quadro abaixo (Quadro 2).

Quadro 2. Cargo e tempo de participação das entrevistas.

Entrevistada	Cargo ocupado	Cargo	Tempo de participação
Entrevistada 1	Formal	Presidenta	10 anos
Entrevistada 2	Formal	Vice presidenta	9 anos
Entrevistada 3	Formal	Presidenta	24 anos
Entrevistada 4	Formal	Presidenta	4 anos
Entrevistada 5	<i>Informal</i>	Liderança	15 anos
Entrevistada 6	Formal	Vice presidenta	14 anos
Entrevistada 7	Formal	Presidenta	16 anos
Entrevistada 8	<i>Informal</i>	Liderança	5 anos
Entrevistada 9	Formal	Vice presidenta	8 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Embora todas as entrevistadas ocupem algum tipo de posição de liderança (seja formal ou informal), a autopercepção desse papel não é homogênea. Três delas afirmaram não se reconhecerem como líderes, mesmo desempenhando funções centrais nas associações. Entre as

duas que atuam em cargos informais, apenas uma se identifica como líder, a outra reproduz a negação desse lugar. As demais seis entrevistadas se reconhecem como lideranças, formando uma maioria, mas ainda assim revelando nuances importantes. Conforme observado nos relatos, a liderança da associação é descrita quase como um evento externo, onde a “ficha não cai”, evidenciando que a transição para o protagonismo público não é imediata na percepção da mulher:

Entrevistada: Fui escolhida para ocupar o lugar de líder, né? Lá teve... Teve a reunião, aí eles podem me escolher, a gente vamos querer *Nome* como a presidente, aí eu parei e disse assim, eu? É você mesma. Porque, no momento assim, a ficha não caía. A ficha não caía como, assim, como se fosse assim, no caso, né? É, de um pão para um vinho, né? (Entrevistada 1).

Pesquisadora: - E você se enxerga como uma líder? Entrevistada: - Não tanto. Pesquisadora: - Por que não tanto? Entrevistada: - Porque para ser uma líder você tem que estar ali atuando, tem que estar ali... tem que desenvolver dentro da comunidade, projetos e por enquanto eu não estou, porque tem muitas dificuldades, tem muitos empecilhos para conseguir as coisas (Entrevistada 2).

Ao ser questionada se se enxerga como líder, a Entrevistada 2 responde com hesitação “Não tanto”, justificando que a liderança exige uma presença e uma capacidade de resolução de conflitos que ela ainda sente estar em desenvolvimento. Essa fala dialoga com o cansaço da manutenção do cargo: a mulher sente que, para ser líder, precisa estar ali o tempo todo, desenvolvendo a comunidade e superando entraves, o que torna a função um fardo de responsabilidade contínua.

Entrevistada: - Eu não me enxergo como líder. Pesquisadora: - Por quê? Entrevistada: Não. Uma líder não, uma pessoa aqui assim. Eles gostam muito que eu esteja sempre no meio, assim, numa reunião, porque tem pessoas que não abrem a boca para nada, né? E eu assim, eu gosto muito de conversar com eles (...) Mas assim, líder, líder não, né? Mas gosta de conversar e dialogar com os meninos, né? Se você vê uma coisa e você vê que você não gostou, você chega e gente, não vamos fazer assim, né? (Entrevistada 8).

A fala da Entrevistada 8 é o retrato fiel da naturalização do trabalho feminino como “ajuda”. Ao se definir como alguém que apenas “gosta muito de conversar e dialogar”, ela reduz seu papel a uma característica de personalidade ou sociabilidade. Essa ausência do reconhecimento do poder precisa ser problematizada a partir de uma perspectiva de gênero: a dificuldade de nomear-se como líder não emerge do acaso, mas dialoga com processos históricos de deslegitimação do protagonismo feminino, com a naturalização do trabalho das mulheres como “ajuda” e com a invisibilidade estrutural que marca sua presença nos espaços de decisão (Herrera, 2016).

Após isso, investigou-se se as entrevistadas já haviam ocupado cargos de liderança antes do atual. Quatro delas afirmaram que nunca haviam exercido funções de direção, enquanto cinco relataram ter experiências anteriores de liderança (Quadro 3).

Quadro 3. Experiências com lideranças anteriores.

Entrevistada	Liderança anterior	Qual?
Entrevistada 1	Não	
Entrevistada 2	Sim	Secretária
Entrevistada 3	Não	
Entrevistada 4	Sim	Movimento social (MST)
Entrevistada 5	Sim	Candidata a vereadora
Entrevistada 6	Sim	Presidenta e secretária
Entrevistada 7	Sim	Movimento social (MST)
Entrevistada 8	Não	
Entrevistada 9	Não	

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A ausência de experiências anteriores entre quase metade das entrevistadas pode estar relacionada aos processos estruturais que historicamente restringiram o acesso das mulheres aos espaços de poder no meio rural. Scott (1995) afirma que as relações de gênero operam como formas de poder que moldam oportunidades, reconhecimentos e trajetórias. No mesmo sentido, Sardenberg (2010) destaca que a socialização de mulheres em papéis tradicionalmente vinculados ao cuidado e ao privado tende a limitar sua circulação nas áreas de tomada de decisão. Por outro lado, o fato de cinco mulheres terem desempenhado papéis de liderança indica que a presença feminina nessas organizações pode fazer parte de um processo gradual de consolidação de sua atuação política.

Uma das mulheres relatou a participação como secretária anteriormente na associação, autoras como Kergoat (2009) e Hirata (2014) relatam a tendência de as mulheres serem direcionadas a funções de organização, registro e apoio, frequentemente vistas como “naturais” devido à associação histórica com competências de cuidado e gestão do cotidiano. Embora sejam funções essenciais para o funcionamento das associações, são frequentemente subvalorizadas e não reconhecidas como liderança plena, o que pode contribuir para a dificuldade que algumas entrevistadas ainda têm de se identificar como líderes.

Sob uma perspectiva crítica ao patriarcado, é possível inferir que a presença feminina em cargos de liderança é mais acentuada em associações do que em cooperativas devido à

natureza não lucrativa das associações. Em um sistema que associa poder ao acúmulo financeiro, o desinteresse masculino por organizações que não geram lucros diretos abre brechas para que o trabalho de gestão seja mais ocupado por mulheres. Assim, o associativismo acaba sendo socialmente lido como uma extensão do trabalho reprodutivo e comunitário, portanto, menos valorizado, enquanto os espaços de maior rentabilidade econômica permanecem sob domínio majoritariamente masculino.

Essa lógica contribui para que as entrevistadas tenham dificuldade em se identificar como líderes, pois sua atuação é vista como uma doação de tempo e zelo, e não como exercício de poder político. Em contrapartida, a participação de duas líderes no Movimento Sem Terra (MST) traz um contraponto a essa invisibilidade. O MST, com seu forte componente formativo, tem fortalecido o protagonismo feminino através da construção de coletivos e pautas específicas de gênero, oferecendo a essas mulheres ferramentas para romper com o silenciamento histórico e ressignificar sua atuação no campo.

Renata Gonçalves (2009) interpreta a trajetória das mulheres do MST como um exemplo expressivo de como os diferentes espaços de atuação permitem desconstruir e reconstruir as relações de gênero. O uso do conceito de gênero torna-se indispensável justamente pela forma como o debate emergiu dentro do Movimento: inicialmente articulado pelos coletivos de mulheres, que pautavam questões consideradas “específicas”, o tema foi se ampliando com a formação dos coletivos e, posteriormente, dos setores de gênero. Esse processo revela não apenas uma mudança de objetivos, mas também a intenção de expandir a discussão para além dos limites tradicionais atribuídos às mulheres, enfrentando as barreiras machistas que persistem no interior do MST.

A participação em espaços políticos das entrevistadas se amplia além dos movimentos sociais, tendo uma delas como candidata a vereadora. Biroli e Quintela (2020) discutem como a ocupação desses espaços desafia a divisão sexual na política. Afirmando que ainda que algumas mulheres possam atravessar as barreiras estruturais, institucionais e simbólicas, candidatando-se e elegendo-se, isso não significa que o façam em condições de igualdade com os homens ou que desloquem as relações de modo que suspende as desvantagens existentes para as mulheres como grupo, e para mulheres em posições sociais menos privilegiadas, dentro desse grupo. Com isso, reconhecer a ocupação de mulheres nos espaços do poder legislativo e judiciário é uma conquista importante, especialmente no que se refere à garantia de representação (Moreira, 2016).

Dessa forma, é importante destacar que ter protagonismo ou participação decisiva na gestão e na tomada de decisões nesses cargos é fundamental para que as mulheres sejam

valorizadas e que as desigualdades de gênero sejam superadas, tendo em vista que as mulheres desempenham um papel essencial na agricultura familiar (Paulilo, 2004).

A combinação entre entrevistadas com e sem experiências prévias de liderança traz, por um lado, a persistência das barreiras de gênero que historicamente limitam o acesso das mulheres a espaços de decisão e, por outro, a emergência de novas formas de protagonismo feminino no meio associativo rural. Para aprofundar essa compreensão, foi questionado se elas participavam no momento da entrevista de outras atividades coletivas além da associação analisada. Os dados mostram que quase todas as mulheres, com exceção de apenas uma, estão inseridas em algum tipo de coletivo (Quadro 4).

Quadro 4. Atividades coletivas desempenhadas pelas mulheres.

Entrevistada	Atividades coletivas	Qual?
Entrevistada 1	Sim	Escola
Entrevistada 2	Sim	Faculdade
Entrevistada 3	Sim	Jurei (cura com as mãos), igreja messiânica
Entrevistada 4	Sim	Conselho da educação
Entrevistada 5	Sim	Grupo religioso
Entrevistada 6	Sim	Grupo religioso
Entrevistada 7	Sim	Grupo mulheres sergipanas do Agro, Grupo Mulheres Camponesas
Entrevistada 8	Não	
Entrevistada 9	Sim	Agricultura

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise do Quadro 4 revela que a inserção das mulheres nas associações rurais não ocorre de forma isolada, mas está profundamente conectada a uma rede de participações em diversas esferas da vida comunitária. Das nove entrevistadas, oito mantêm atividades coletivas em outros espaços, como conselhos de educação, grupos religiosos, faculdades e movimentos de mulheres.

Essa presença múltipla permite concluir que a liderança feminina é, por natureza, uma liderança em rede. Ao ocuparem espaços como o Conselho de Educação ou grupos de “cura com as mãos”, essas mulheres transportam para a associação rural uma sensibilidade política e uma capacidade de mobilização que foram gestadas na base da comunidade. Para a mulher do campo, a liderança na associação é legitimada pela confiança que ela já inspira em outros coletivos, transformando a gestão associativa em um ponto de convergência de diferentes demandas sociais.

Sob o olhar crítico da divisão sexual do trabalho, essa atuação multifacetada reforça a ideia de que as mulheres são as principais mantenedoras do tecido social. Enquanto o patriarcado frequentemente prioriza espaços de liderança voltados ao acúmulo econômico, as mulheres ocupam e fortalecem as instituições para além dele. Essa presença múltipla retrata um acúmulo de tarefas, mas para além disso, se configura também como uma estratégia de sobrevivência e visibilidade: ao estarem em diferentes espaços, elas criam uma rede de apoio que sustenta sua própria permanência na posição de liderança, compensando a falta de suporte que muitas vezes enfrentam na esfera privada.

Dessa forma, os dados de caracterização revelam que o protagonismo à frente das associações rurais pesquisadas é exercido por um perfil de mulher madura, escolarizada e que desempenha múltiplas tarefas. Com isso, parte-se para uma análise mais subjetiva da entrevista, os desafios cotidianos e quais estratégias de superação articulam para lidar com o cargo de liderança. Ressaltando que não se pretende chegar a conclusões definitivas, mas contribuir para uma maior aproximação ao conhecimento da temática escassa e auxiliar futuros estudos que tratam desta mesma problemática.

6 O LABIRINTO DA GESTÃO: DESAFIOS NA LIDERANÇA FEMININA RURAL

O exercício da liderança no meio rural, historicamente território de domínio masculino, impõe às mulheres uma trajetória marcada por um constante “provar-se”. O labirinto de cristal é um conceito que retrata os obstáculos encontrados pelas mulheres, simplesmente por pertencerem à categoria “mulher” (Lima, 2013). O cristal, apesar de concreto, também é transparente, fazendo uma analogia com os desafios na liderança feminina rural: apesar de existirem, podem passar despercebidos pelas próprias mulheres.

Antes mesmo de lidar com as burocracias ou com a gestão produtiva das associações, a mulher líder precisa confrontar as barreiras invisíveis do preconceito e do silenciamento que tentam confinar sua atuação à esfera privada do lar. Nesse cenário, o desafio não se apresenta como um evento isolado, mas como uma condição estrutural que permeia desde o olhar desconfiado da comunidade até a ausência de suporte técnico e político para suas iniciativas.

É nessa realidade que a percepção de dificuldade se torna predominante, transformando o ato de liderar em um exercício diário de persistência e rompimento de barreiras que a sociedade muitas vezes finge não enxergar. Ao serem questionadas especificamente sobre o período de inserção na posição de liderança, a percepção de dificuldade foi predominante: das

nove entrevistadas, sete afirmaram categoricamente ter enfrentado desafios substanciais para assumir o cargo, enquanto apenas duas relataram não ter (Quadro 5).

Quadro 5. Desafios enfrentados na inserção da liderança.

Entrevistada	Inserção na liderança	Qual?
Entrevistada 1	Sim	Situação financeira
Entrevistada 2	Sim	Desânimo dos associados
Entrevistada 3	Não	
Entrevistada 4	Sim	Opinião dos associados
Entrevistada 5	Sim	Ausência de apoio, assistência técnica
Entrevistada 6	Sim	Conflitos pessoais
Entrevistada 7	Sim	Situação financeira
Entrevistada 8	Não	
Entrevistada 9	Sim	Diferentes jornadas de trabalho, trabalhar em grupo, falta de financiamento

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Como mostra acima, as barreiras iniciais, de inserção das mulheres em cargos de liderança em associações, variam desde a situação financeira precária das organizações e a ausência de apoio e assistência técnica, até questões subjetivas, como o desânimo e a resistência dos associados. Nota-se que, para essas mulheres, o desafio da liderança é multidimensional: exige lidar com a ausência de recursos financeiros, a superação de conflitos e a conciliação com as diferentes jornadas de trabalho. Algumas questões são apontadas nas falas das entrevistadas:

Quando eu entrei, parece que era... Quando eu entrei, era 40 e poucos, sabe? Porque aí tem muitos sócios, mas só que eles vão saindo. Eles estavam desistindo, sabe por quê? Não vem nada, ninguém corre atrás de nada e que associação é essa. Eu vou pagar a associação, não ganho nada e tal e tal. Aí fica assim (Entrevistada 4).

Tipo assim, porque nós somos da agricultura familiar, nossa associação é sem fins lucrativos, nós não temos muita ajuda. Entendeu? Nós não temos muita ajuda (...) Mas a gente tem dificuldade assim, a gente tem muita dificuldade financeira, tem muita dificuldade, tipo, ajuda assim, no governo, tanto no municipal como no estadual. Nessa época mesmo de inverno, a gente tem dificuldade contra todos que tem que esperar. Você sabe que tem o grande, que vai fazer o serviço do grande. O município vai fazer o serviço daquele pessoal, tudo isso gera dificuldade (Entrevistada 7).

Ao comparar com os obstáculos relatados após a inserção na liderança, pode-se notar a continuidade de alguns dos desafios, principalmente relacionados a questões burocráticas e financeiras. Porém, a permanência no cargo é acompanhada por um aumento na percepção de

barreiras, oito das nove entrevistadas afirmam ter obstáculos, agora voltados na excessiva burocratização dos processos e na falta de recursos e apoio financeiro (Quadro 6).

Quadro 6. Desafios enfrentados após inserção da liderança.

Entrevistadas	Após a liderança	Qual?
Entrevistada 1	Sim	Burocracias
Entrevistada 2	Sim	Desânimo dos associados, burocracia
Entrevistada 3	Sim	Falta de incentivo, apoio financeiro
Entrevistada 4	Sim	Desistência dos associados, falta de recursos
Entrevistada 5	Sim	Ausência de apoio, assistência técnica
Entrevistada 6	Sim	Oposição à cobrança dos associados, dificuldade financeira
Entrevistada 7	Sim	Situação financeira
Entrevistada 8	Não	
Entrevistada 9	Sim	Falta de incentivo, apoio financeiro

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Em estudo feito por Anjos et al. (2018) foi observado desafios que corroboram com os encontrados na pesquisa: precárias condições socioeconômicas dos associados, baixa capacitação gerencial entre o quadro social e incipiência das políticas públicas. Machado e Silva (2024) ressaltam os desafios que pequenos agricultores ainda enfrentam para ter acesso ao crédito, dificultando recursos necessários para propriedades e organizações. Santos, Martins e Cardoso (2022) evidenciam os desafios estruturais enfrentados pelas comunidades rurais trazidos também nas falas das líderes:

Desafio grande para trazer alguém de outro município do estado. Por isso que eu estou a dizer, os órgãos públicos, eles falham nisso aí. Entendeu? Não tem aquela pessoa para... aí a gente fica sem saber o que buscar (Entrevistada 5).

Eu peguei essa associação em um fracasso muito grande. Aí você acredita que até hoje a gente não tem uma sede? Aonde ficar? Aonde fazer nossas reuniões, eu não tenho. Tem 2 casas aqui no assentamento, mas elas estão caindo aos pedaços. Aí precisa de reforma, tá entendendo? Sim, precisa de reforma e associação. E a associação não tem condições (Entrevistada 4).

O cenário exposto evidencia um ponto crítico recorrente nas falas das lideranças entrevistadas: a ausência de recursos financeiros e de apoio institucional. Anjos et al. (2018) destacam a necessidade de uma análise criteriosa dos mecanismos de financiamento destinados às associações, de modo que estes sejam compatíveis com as condições concretas da agricultura familiar.

Inicialmente, as entrevistadas tendiam a enfatizar dificuldades de natureza técnica, financeira ou burocrática, tratando os obstáculos estruturais enfrentados pelas associações como

elementos neutros ou desprovidos de mediações sociais. As questões relacionadas ao gênero e às práticas de machismo não emergiram de forma espontânea ou explícita nos primeiros relatos, aparecendo de maneira indireta ou sendo silenciadas no discurso inicial das lideranças.

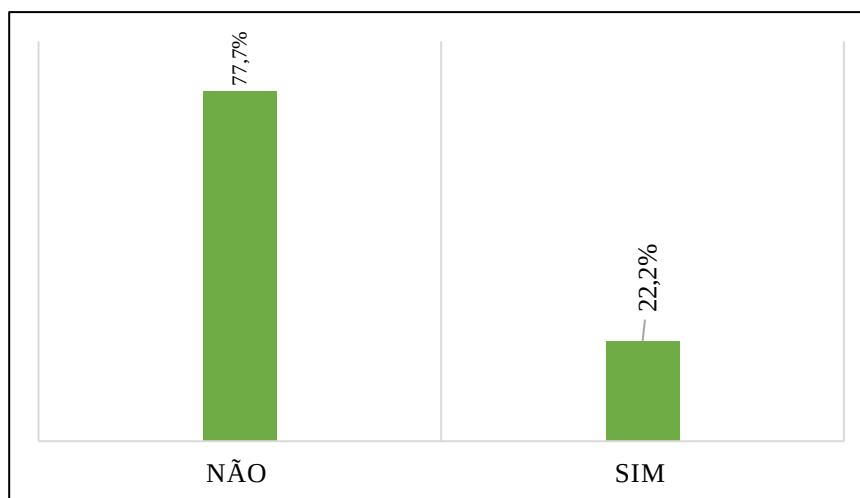
No entanto, ao aprofundar as entrevistas e instigar as falas por meio da escuta ativa, os marcadores de gênero começaram a se manifestar de maneira implícita e velada. Dessa forma, os principais desafios enfrentados pelas mulheres em sua trajetória como líder de associação estão representados na figura abaixo (Figura 16).

Figura 16. Principais desafios vivenciados pelas entrevistadas.



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

As categorias acima expostas se articulam entre as falas, revelando a complexidade das experiências vividas pelas entrevistadas. Quando questionadas diretamente sobre desafios ligados a ser mulher em uma posição de liderança na associação apenas duas entrevistadas afirmaram que sim e sete afirmaram que não (Figura 17).

Figura 17. Desafios relacionados a ser mulher.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

No entanto, este dado isolado não condiz com a profundidade das falas apresentadas pelas mulheres ao longo das entrevistas, que revelam como o preconceito de gênero ocorre de uma forma naturalizada. A fala abaixo demonstra um exemplo claro dessa percepção:

Não, nunca achei, sabe? Porque eu sempre trabalhei que nem homem. Então, no contexto do trabalho lá, eu nunca achei porque acaba porque eu sou mulher, não. Sempre me destaquei, graças a Deus, como mulher, mãe, mas eu nunca achei dificuldade nisso aí não. E até hoje não acho, entendeu? Porque às vezes eu sou mulher isso aqui não. E eu trabalhei muito no corte da cana, na planta, na cana, que é muito difícil, é na lama, entendeu? (Entrevistada 9).

Ao afirmar que não sentiu dificuldades por “sempre trabalhar que nem homem”, a entrevistada acaba por confirmar a existência do desafio de gênero que, num primeiro momento, tentou negar. Além disso, a fala reforça como o trabalho produtivo (no corte da cana) é associado ao homem (Kergoat, 2009). No meio rural, a consequência dessas desigualdades é ainda mais evidente, pelo forte perfil tradicional do campo (Dornela, Menezes, 2017). Com isso, a entrevistada traz o seu esforço de “trabalhar como um homem” como uma prova de competência pessoal, invisibilizando o peso que recai sobre a mulher que precisam provar sua força a todo instante. Dessa forma, observa-se que, enquanto o fenômeno do machismo é negado em uma abordagem direta, ele emerge de forma latente e subjetiva quando as líderes narram seu cotidiano, revelando-se nas entrelinhas.

A dupla jornada de trabalho constitui um dos desafios mais recorrentes nas falas das entrevistadas. No qual são relatados a sobreposição entre as responsabilidades domésticas, o trabalho produtivo no meio rural e a atuação política e comunitária nas associações, que é

revelado por uma das entrevistadas, quando relata a intensificação do trabalho como um dos motivos para não querer estar no cargo de liderança:

Pesquisadora: Por que você não queria o cargo? Entrevistada: - Porque devido muita correria, aos compromissos, às vezes eu não estou presente e ao mesmo tempo eu quero estar presente, porque eu quero desenvolver aqui (Entrevistada 2).

A participação feminina em cargos de liderança é um ponto positivo para o crescimento pessoal e do grupo como um todo, entretanto, é importante ressaltar que mesmo ocupando cargos de liderança, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com a família, sem que essas atribuições sejam redistribuídas de forma equitativa. Paralelamente, desempenham atividades produtivas, como o manejo de criações, o cultivo agrícola e a participação em cursos, reuniões e conselhos, frequentemente em diferentes municípios e até fora do estado. Como citado na fala de uma das entrevistadas:

Eu faço, eu cuido da casa, cuido das minhas coisas, eu crio galinha, eu crio porco, está entendendo? Aí eu luto e ainda viajo assim através da associação. Aí tem a gente vai para uma reunião, uns cursos, por exemplo, agora aqui saíram cisternas, aí antes dessa cisterna chegar aqui, a gente vai participar das reuniões, conversa como é que vai fazer coisa e tal, tá entendendo? Aí eu faço muito isso, viajo, até para Brasília eu já fui (Entrevistada 4).

Essa multiplicidade de funções gera sentimentos de cansaço, sobrecarga e, em alguns casos, leva à necessidade de reduzir ou interromper a participação associativa. Algumas entrevistadas relatam que recusaram cargos ou se afastaram temporariamente da associação devido à dificuldade de conciliar todas as demandas, especialmente quando associadas a outras etapas da vida, como o ingresso no ensino superior.

Antigamente eu participava mais, depois acabei saindo, porque depois que eu entrei na faculdade é muita coisa para poder administrar, gente. Primeiro vou fazer por partes depois aí, porque depois não adianta você entrar num monte de projeto e não fazer nada (Entrevistada 2).

Outro desafio amplamente mencionado refere-se à baixa participação e ao reduzido engajamento dos associados nas atividades das associações. As lideranças relatam frustração diante da dificuldade de mobilizar os associados para reuniões, cursos e projetos, mesmo quando há apoio técnico ou oferta de capacitações por órgãos como a EMDAGRO.

Porque tem muitas dificuldades, tem muitos empecilhos assim, às vezes, como eu sempre falo com o pessoal aqui, a EMDAGRO ela passa assim, quer participar muito aqui. Só que o pessoal que tem, alguns sócios que tem é parado, não quer fazer as coisas, aí não, isso aí não vai para a frente. É os primeiros a querer desistir, isso é, eu fico um pouco chateada com isso, porque eles querem que desenvolva, que esteja a associação, seja desenvolvida, tenha projeto, tenha cursos. E eles, mesmo quando a EMDAGRO quer investir, quer fazer capacitações. Eles mesmo são os primeiros a

não querer. Então, a desculpa de alguns, Ah, porque eu juntou idosa, Ah, eu não aguento mais fazer mais nada, Ah, eu não consigo, Ah, eu e aquilo. A mesma desculpinha. Aí sempre eu falo pra eles, vocês querem que desenvolvam as coisas, mas agora quando vem, é os primeiro não querer (Entrevistada 2).

Isso desestimula um pouco, mas às vezes, às vezes dá vontade de correr atrás e mostrar. Mostrar para eles que podem, eles podem. Tipo agora para ter um curso de criação de galinha caipira. Eu fui na casa de cada sócio, é... Ai vai ter o curso, vamos participar, e eles, vocês querem me ensinar a criar galinha? Eu, com 60 e poucos anos, vocês querem me ensinar a criar galinha agora? Sempre criei, agora preciso fazer curso para poder criar. Ah, eu fui tentar conversar, não é assim, tem novas técnicas. É agroecológico. Não, não quero saber não (Entrevistada 3).

As falas apontam que o envelhecimento do quadro associativo, aliado ao desânimo e à resistência a mudanças, contribui para a estagnação das iniciativas coletivas. Muitos associados demonstram descrença quanto à efetividade das ações propostas ou rejeitam processos formativos por considerarem que já detêm o conhecimento necessário, especialmente no que se refere às práticas agrícolas tradicionais.

Nesse contexto, as lideranças femininas assumem um papel ativo de mediação, incentivo e, por vezes, enfrentamento direto, buscando convencer os associados da importância da participação coletiva. Algumas entrevistadas relatam estratégias como visitas domiciliares e insistência pessoal para garantir a adesão mínima às atividades, o que reforça a sobrecarga já existente em suas rotinas. A ausência de engajamento aparece, portanto, como um fator que compromete o desenvolvimento das associações e impacta diretamente o exercício da liderança feminina, gerando desgaste emocional e sensação de isolamento. Mota, Santos e Alves (2025) trazem o perfil democrático como uma característica associada a liderança feminina. Traços como subjetividade e criatividade são valorizados no discurso organizacional por promoverem a coesão da equipe, porém, mulheres que adotam esse perfil ainda enfrentam fortes estereótipos de gênero.

Ao analisarmos a intersecção entre gênero e envelhecimento na comunidade rural, Heck et al. (2002), relata que as mulheres, na fase do envelhecimento, têm iniciativas e desenvolvem mais ações políticas no âmbito social, quando comparadas aos homens. Enquanto os homens podem perceber iniciativas de mobilização coletiva com desconfiança ou como ameaças ao poder individual, as mulheres demonstram maior coragem e articulação para pautar temas que perpassam a saúde, o bem-estar dos jovens e os problemas familiares em âmbito de grupo.

Dessa forma, a responsabilidade pelo “cuidar”, historicamente atribuída à mulher, é ressignificada na liderança associativa: ela deixa de ser apenas uma tarefa doméstica para se tornar uma estratégia de fortalecimento social da associação, consolidando uma gestão que é, essencialmente, voltada para manutenção dos laços comunitários. Como relatado por elas:

E o que eu puder fazer, vou fazer por eles, e o que tiver no alcance e que tiver, o que tiver disponível, para mim de portas abertas estarei ali debatendo, buscando projeto para minha comunidade, porque a comunidade ela merece muito (Entrevistada 3).

Eu hoje eu sou realizada, né? Através daquela... de ver o olhar de cada uma daquelas pessoas, buscando entendimento e trazer conhecimento para associação. Aonde hoje é a associação, eu peguei ela zero, hoje a associação da gente, estamos com um trator nas mãos, trabalha com todos os pequenos agricultores, não só da associação, como abrange as outras comunidades em geral. Eu me sinto realizada por esse trabalho que eu fui fazendo. Assim, eu não me destaco como uma presidente daquela comunidade, eu me destaco como uma líder comunitária, que é o trabalho que a gente tem que ser feito. É dessa forma, ajudando um ao outro (Entrevistada 1).

Na fala acima, a entrevistada se define como “líder comunitária” em vez de apenas “presidenta”, reforçando a dimensão política e social do papel representado, pautada na solidariedade e no auxílio mútuo. Com isso, sinaliza que sua autoridade não vem de uma hierarquia rígida ou de um título burocrático, mas sim da sua capacidade de mobilização e do serviço prestado à comunidade. Entretanto, é preciso evidenciar o peso dessa estratégia: para ser aceita e respeitada, a mulher se vê compelida a adotar um estilo de liderança permanentemente pautado no apoio e na participação, o que Robbins (2005) classifica como comportamentos apoiadores e participativos. Embora eficaz para a coesão do grupo, essa necessidade de “suavizar” a autoridade para evitar conflitos é, em si, um reflexo do desafio estrutural de gênero. A líder precisa realizar um esforço contínuo de negociação de sua imagem para que sua autoridade não seja lida como 'autoritarismo', um desgaste emocional e político que raramente é exigido de líderes homens na mesma posição.

Na prática cotidiana das mulheres rurais, o exercício da autoridade diretiva é frequentemente recebido com resistência, como mostra na fala abaixo:

Eu gosto de cobrar, eu gosto do certo, eu sou, eu sou enjoada, na verdade. Sou taxada como uma chata, como uma enjoada, mas é porque eu gosto que as coisas funcionem e que as coisas sejam feitas corretamente (Entrevistada 6).

Aqui reside uma barreira de gênero implícita: o que em um homem seria visto como algo positivo, “pulso firme”, na mulher é lido como uma característica de personalidade incômoda. Existe uma expectativa social de que a mulher líder mantenha sempre uma postura dócil e puramente assistencialista. A crítica às normas autoritárias deve partir de uma desconstrução do próprio conceito de autoridade, que é associado ao masculinizado (Scott, 1991). Quando a mulher rompe com esse estereótipo para exercer uma gestão eficiente, baseada em regras e cobranças de resultados, ela enfrenta o estigma da “chatice”. Além disso, existe o relato de cobrança excessiva com elas mesmas: *“Eu cobro não só dos outros, eu cobro de mim mesma. Todos os dias eu me cobro realmente querer me doar mais (Entrevistada 6)”*. Isso também pode estar relacionado a pressão por ser mulher, gerando autocobrança excessiva, causando frustração e sensação de incapacidade, desmerecimento (Rigo; Breitenbach; Brandão, 2025).

Interligado à autocobrança, surge o desafio do autorreconhecimento, manifestado na dificuldade de algumas entrevistadas em se perceberem como líderes, ocupando um espaço de tomada de decisões. Como uma das entrevistadas ressalta:

Assim, de querer assim lhe incentivar, né, a você participar cada vez mais. E abrir seus olhos cada vez mais. É uma coisa que você, que parece um sonho, não vou mentir. Quem era eu? Pra entrar em um órgão público? Quem era uma agricultora, né? Eu sou agricultora, entrar, chegar num órgão público desse e bater na porta e ser bem atendida. Não é verdade? E sou atendida, né? Quando eu quero as coisas por telefone mesmo, de casa, resolvo (Entrevistada 1).

No entanto, o próprio relato mostra a ruptura de uma barreira. Ao ocupar esse espaço que para ela era um “sonho”, representa um processo de empoderamento, onde portas se abrem para realizações. Bem como, evidencia um desafio subjetivo para essas mulheres, é necessário inicialmente vencer a ideia de que esses espaços não lhes pertencem. O não reconhecimento como líder trazido por algumas entrevistadas, é, portanto, um reflexo de uma construção social marcada pela divisão sexual das atividades, destinando a mulher o trabalho relativo aos cuidados domésticos (Herrera, 2015). Com isso, percebe-se a ocupação desse espaço como uma conquista que gera surpresa e admiração para a própria líder, aspecto trazido também por outra entrevistada, no qual ela aponta sua reação ao saber que seria uma liderança: *“Porque, no momento assim. a ficha não caia. A ficha não caía como, assim, como se fosse assim, no caso, né? É, de um pão para um vinho, né? (Entrevistada 1).”*

Dessa forma, a transição para a liderança exige não apenas a ocupação física dos espaços, mas a adoção de estratégias simbólicas para que essa autoridade seja legitimada por terceiros, como aponta a fala abaixo:

A “homarada” quer passar por cima também, né? E aí a gente tem que ser, um pouco meio... Eu digo a eles o seguinte, é quando eu vou conversar com meus produtores, eu sempre uso calça, bota e camisa polo, para que eles vejam que ali eu estou igual a eles, então **eles não podem me ver como mulher**, mulher, depois que passa a coisa aí está certa, é shortinho e tal. Mas a questão quando eu vou conversar com eles no setor, eu vou bem composta, então **eu me coloco como se eu fosse ele** e que eles se colocassem no meu lugar, **porque tem uns que se você não tiver jeito, vem para tirar a gracinha quer ameaçar, entendeu?** Então é de vez em quando, **tem que dar uma de homem para poder organizar**, mas é complicado. Ser mulher, o meu grupo é quase todo de mulher, tem bem poucos homens, a maioria é mulher (Entrevistada 3).

Nota-se que a masculinização da imagem e do comportamento é adotada como uma estratégia pela mulher para ganhar legitimidade frente ao público masculino. Entretanto, a masculinização sugere não apenas alterações no comportamento e na conduta das mulheres, mas na sua aparência: julga-se a quão feminina é uma mulher também pela exterioridade do seu corpo (Goellner, 1999, p. 42). Mesmo em um ambiente onde a maioria do grupo é composto por mulheres, a líder ainda tem essa necessidade para garantir aceitação e evitar “ameaças” ou “gracinhas”.

Entretanto, essa estratégia ao mesmo tempo se constitui como um desafio profundo, pois a naturalização da figura masculina como detentora da capacidade organizativa acaba reforçando estereótipos de gênero, exigindo das mulheres um comportamento “masculino” para que possam alcançar o mínimo de respeito profissional e pessoal e se perpetuam falas e atitudes que reforçam a todo tempo o rural como sendo um espaço a ser ocupado por homens (Paulilo, 2004), como trazido na fala da entrevistada: *“É como se o homem fosse mais capaz de desenvolver aquela atividade, principalmente na área rural, como se a mulher fosse frágil, não conseguisse desenvolver aquela atividade (Entrevistada 2).”*

Historicamente a mulher é considerada “sexo frágil”, colocando-a em uma posição culturalmente inferior, contribuindo para a construção limitadora da imagem de posição da mulher na sociedade, em que sua força é negligenciada (Pereira; Favaro, 2017). Essa é uma das formas como o machismo opera de forma estrutural, percebido também fora do ambiente

associativo/trabalho das mulheres, dentro de suas casas, algumas associadas deixam de comparecer em eventos por conta de atribuições domésticas, “cuidado” com os filhos/marido.

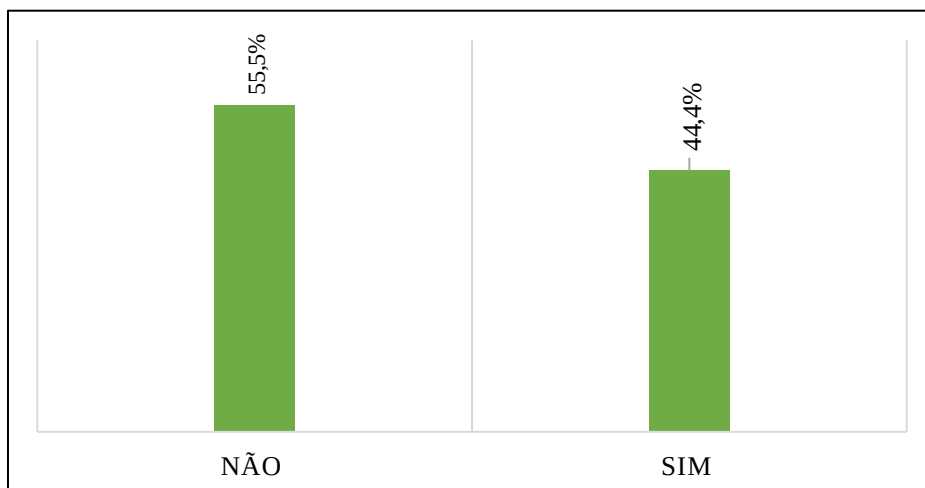
Não, não posso porque é dona de casa e bam bam bam e o marido não deixa. (...) não dá, porque vai passar 2 dias, 3 dias fora. Quer dizer, tem casa, tem filho, né? Tem marido, aí tem essa dificuldadezinha, mas se não fosse isso, eu acho que até elas iam, sabe? (...) Até que entendo isso do lado delas, porque às vezes eu passo por isso, né? cara, fica, Ah, só quer ta no mundo. So quer estar fazendo isso, caminhando... Eu entendo até elas, porque elas dizem assim, Ah, pois eu não posso ir, por esse motivo, isso, aquilo, eu até entendo (Entrevistada 4).

Esse depoimento traz novamente a dupla/tripla jornada de trabalho como um dos obstáculos mais persistentes à participação feminina. A fala evidencia que o deslocamento da mulher para eventos ou capacitações fora da propriedade é visto pelo companheiro como uma negligência aos deveres do lar ou como uma busca indevida por liberdade, retratado por ela como “estar no mundo”.

Nota-se que a líder é empática com essa dor por também vivenciá-la, o que demonstra que nem mesmo a posição de autoridade na associação está isenta das pressões domésticas. O termo “marido não deixa” sintetiza a persistência de um modelo de família patriarcal onde a presença feminina é condicionada à autorização masculina. Assim, a falta de engajamento dos associados, citada anteriormente como um desafio, ganha aqui um recorte de gênero: para as mulheres, o “desânimo” muitas vezes não é uma escolha, mas uma imposição do trabalho de cuidado doméstico.

Ademais, também foi questionado sobre a existência de um tratamento diferenciado antes e depois de ocuparem a posição de liderança, as opiniões dividiram-se: cinco líderes não perceberam mudanças, enquanto quatro afirmaram que o tratamento mudou (Figura 18).

Figura 18. Diferença de tratamento após o cargo de liderança.



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Para aquelas que ocupam um cargo de liderança formal foi percebido um olhar diferente dos associados e da comunidade externa.

Tratam. Assim, foi mais no início, depois quando a gente começou, porque às vezes é assim, às vezes fala uma coisa com você, mas eu não lhe conheço. Quando eu passo a lhe conhecer, aí é outra coisa. Aí a gente sabe quem é sabe, o convívio e o sufoco que passa, porque a gente passa junto também, entendeu? Então aí muda. Mas é, **as pessoas elas olham porque principalmente se a gente tem cargos de chefia, aí é que olham bem diferente**. Mas depois é de boa, tranquilo (Entrevistada 3).

Assim, não só dentro do povoado, mas fora. Como você falou, tipo uma líder mesmo, né? Assim... porque antes, assim, até uns dias desse. Ah, **porque assentada não tem muito valor, né?** Aí depois que passa a ver você no meio de pessoas diferentes, ver pessoas vindo diferente fazer reunião, ver você participando de outras reuniões fora, essas coisas, aí tudo já muda, né? Mudou muito, mudou muito, mudou muito. Eu nunca tive contato com público, nunca tive, mas depois da associação, aí mudou, mudou muita coisa (Entrevistada 7).

Essa mudança de patamar social é ainda mais evidente quando o cargo formal retira a mulher da invisibilidade associada à condição de “assentada”, realidade da entrevistada acima. Os assentados enfrentam um estigma social e são vistos como seres a margem da sociedade (Carvalho, 2016). Com isso, nota-se que a liderança atua como um mecanismo de inclusão social e política, transformando a percepção da comunidade que passa a enxergar a capacidade de articulação da mulher além dos limites do povoado.

Em contrapartida, uma líder que não ocupa um cargo formal afirmou que recebe tratamento melhor do que o presidente da associação.

Não sei por que, mas eu sou tratada melhor do que ele. Acho que é o meu jeito de me comunicar com todo mundo. Aprendi com todo mundo, falo com todo mundo e sempre estou presente. E ele é um pouquinho ausente (Entrevistada 2).

A fala reforça que a legitimidade feminina no campo também é construída pela proximidade e pelo diálogo. Esse dado dialoga com a literatura que aponta a liderança feminina como mais participativa e orientada para o relacionamento interpessoal (Carvalho, 2025), sugerindo que, por vezes, a competência comunicativa da mulher supera a autoridade formal do homem na visão dos associados.

Portanto, a ocupação do cargo formal funciona como um aspecto de respeito: o reconhecimento, que antes era negado, passa a ser concedido à medida que a líder demonstra competência na articulação e na ocupação de espaços públicos, como reuniões e eventos fora da comunidade. Essa mudança de percepção transforma a liderança em um poderoso mecanismo de inclusão social e política, permitindo que a capacidade de articulação da mulher

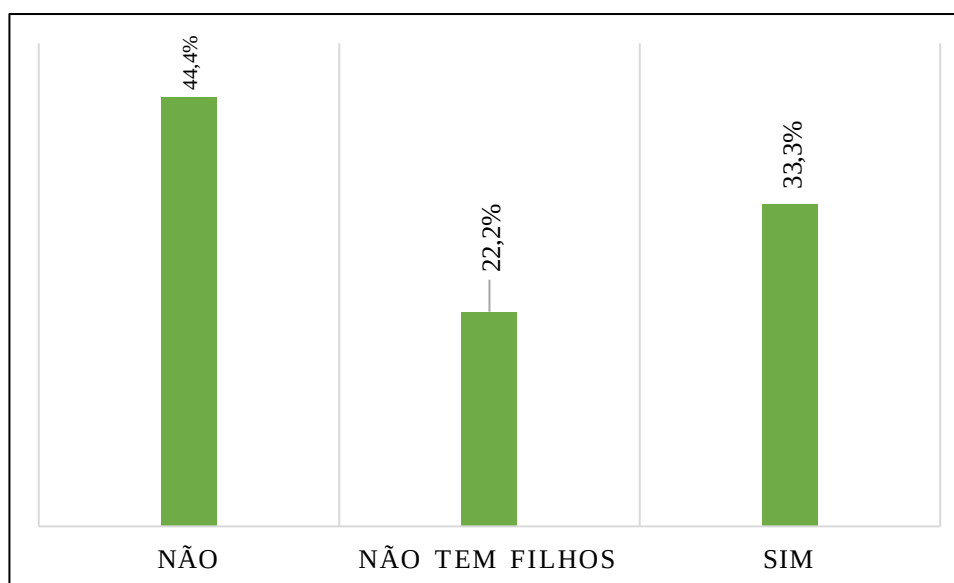
seja finalmente enxergada além dos limites da associação, consolidando sua autoridade através do serviço prestado e do trânsito institucional conquistado.

Complementarmente, entre as entrevistadas que não perceberam um tratamento diferenciado, a justificativa reside na crença de uma essência feminina pautada pela sensibilidade e pelo acolhimento.

É porque eu acho que a mulher é mais coração, ela tem um lado mais humano, de olhar o lado do outro, querer trazer outras mulheres pra perto, pra trabalhar do lado, orientando. Então eu acho que esse olhar mais de mãe, de mulher, faz a diferença (Entrevistada 6).

A associação do cuidado ao sexo feminino primeiro limitou a vida da mulher no espaço privado e, posteriormente, estabeleceu desvantagens na atuação econômica e social (Souza e Guedes, 2016). Dessa forma, é importante problematizar que essa visão, embora facilite a proximidade com o grupo, acaba por reforçar o estereótipo de que a liderança feminina só é aceitável se for exercida sob uma lógica de cuidado e afetividade. A sensibilidade na gestão funciona como uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que humaniza a associação e atrai outras mulheres, impõe à líder a carga invisível de ser o suporte emocional de todos, transformando a competência profissional em uma extensão do papel reprodutivo e de cuidado.

A compreensão da liderança como uma extensão do cuidado maternal não é apenas uma construção simbólica, mas possui raízes nas condições concretas de vida dessas mulheres. Ao serem questionadas sobre a influência da maternidade no exercício de suas funções na associação, os dados revelam que entre as sete que possuem filhos, quatro não percebem uma influência direta e três afirmam que a maternidade impacta sua atuação (Figura 19).

Figura 19. Influência da maternidade na posição de liderança.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Entre as entrevistadas com mais idade, a percepção predominante é de que a maternidade já não constitui uma influência direta, pois os filhos atingiram a vida adulta e a independência. Contudo, o cuidado com os netos aparece como uma nova demanda, como relatado por elas:

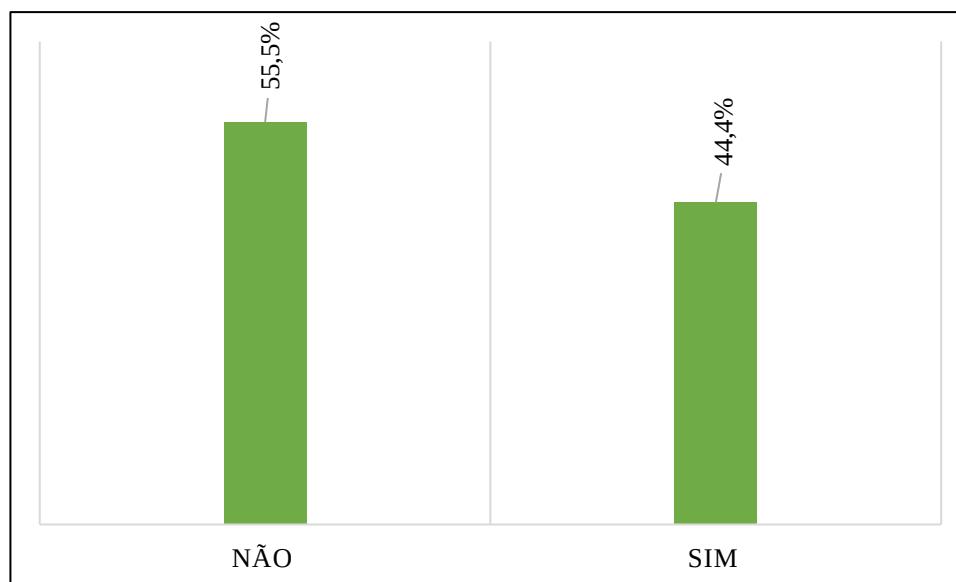
E hoje, assim, eu sou mãe de 2 homens, um casado, trabalha fora, um solteiro que mora comigo e terminou os estudos dele, mas com fé em Deus, muito em breve ele começará uma faculdade. Mas aí onde veio o netinho, né? É como um filho também. Eu me preocupo assim. Eu saía mais, entendeu muito mais. E com ele, às vezes eu me prendo um pouquinho, vou ficar, pra não deixar com alguém. Olha, o barulho que ele ta fazendo (sons de criança brincando) (Entrevistada 5).

Às vezes, porque às vezes você sabe, eu tenho que fazer uma coisa, aí às vezes, minha menina no caso a que é mãe, ela tem dois filhos, aí às vezes mãe, fique com o menino, ela vai fazer alguma coisa, aí demanda, mas não é dizer que é demanda tempo, é um tempo, né, mas não é dizer que me atrapalha lá se eu tiver de fazer alguma coisa, não minhas filhas me entendem se eu tiver de fazer tiver uma reunião fora eu vou não tem problema se elas tiverem de resolver comigo elas resolvem eu falo e não estando a me resolver com ela no diretor do telefone não isso aí eu não tenho nada não tenho nem dificuldade com a família minha família apoia e nem também com eles lá com os assentados lá graças a Deus não tenho (Entrevistada 7).

A importância de uma rede de apoio, seja ela familiar ou coletiva, revela-se como o fator determinante para a manutenção das mulheres em cargos de decisão. O suporte externo é trazido como uma estratégia de enfrentamento aos desafios impostos por uma sociedade que ainda vincula o cuidado doméstico e a criação dos filhos exclusivamente à figura materna.

A fragilidade dessa permanência e a dependência desse suporte ficam evidenciadas quando as líderes são questionadas sobre a intenção de abandonar seus cargos: as respostas dividiram-se de forma expressiva, revelando que, embora cinco líderes nunca tenham pensado em desistir, outras quatro já admitiram ter cogitado o afastamento da posição (Figura 20).

Figura 20. Mulheres que já pensaram em desistir da posição de liderança.



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Esse cenário revela que, para quase metade do grupo, desistir da posição de liderança já foi uma questão, sendo a escassez de recursos um dos principais motivos. A desistência, nesse contexto, pode ser lida como uma resposta ao acúmulo de barreiras estruturais que tornam a liderança um exercício desgastante. Por outro lado, a permanência das demais líderes indica a existência de fortes redes de apoio e de um compromisso com a comunidade que as motiva a seguir, apesar dos desafios. Essa divisão reforça a importância de analisarmos as estratégias de resistência que serão discutidas a seguir, as quais funcionam como os mecanismos que permitem a essas mulheres reverterem o pensamento de desistência em persistência na luta associativa.

7 PARA ALÉM DO LABIRINTO: ESTRATÉGIAS E FORTALECIMENTO DA LIDERANÇA FEMININA

Após a compreensão dos múltiplos desafios que permeiam o cotidiano das líderes femininas em associações rurais, esta seção dedica-se a analisar as estratégias de resistência desenvolvidas por elas para enfrentar tais obstáculos. Ao serem questionadas, a maioria das entrevistadas afirmou articular métodos específicos para garantir ultrapassar esses desafios (Quadro 7).

Quadro 7. Estratégias desenvolvidas pelas líderes da associação.

Entrevista	Possui estratégias	Qual?
Entrevistada 1	Sim	Autoconfiança, rodas de conversa
Entrevistada 2	Sim	Se afastar
Entrevistada 3	Sim	Analisar e estudar mais com calma
Entrevistada 4	Não	
Entrevistada 5	Não	
Entrevistada 6	Sim	Conversa, discute e busca melhorias
Entrevistada 7	Sim	Correr atrás
Entrevistada 8	Não	
Entrevistada 9	Sim	Divulgação, parceria

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A construção da autoconfiança nas lideranças femininas rurais não emerge como um fenômeno isolado, mas como um resultado direto de estratégias coletivas de formação. Ao serem questionadas sobre como lidariam com os desafios da expressão pública, as entrevistadas destacaram as rodas de conversa como um espaço fundamental de mobilização.

Essa parte assim, de saber como é que eu ia lidar, eu mesmo, eu mesmo me perguntava a mim mesma. Será como é que eu vou lidar com as coisas, como é que eu vou chegar muitos lugares e me expressar. Mas para isso a gente temos, temos a conversa de rodas de mulheres para poder você saber a se expressar. A se expressar nos lugares. Para poder, você saber é... discutir. E buscar algo pra essas pessoas. Se você não souber se expressar, se você não souber... a falar, né? E, assim, e não ficar calada, buscar os seus direitos (Entrevistada 1).

Busco o apoio com as rodas de conversas, né? E se reunimos todas para poder discutir o que... O que tem de ser feito naquela comunidade (Entrevistada 1).

É no caso, eu só conversando com elas. Assim, quando eu estou conversando aqui é um grupo de queimada, eu também faço parte. Eu também vou brincar, vou brincar, mas delas e nas vezes assim é, eu converso, mas assim eu estou sentindo que eu tenho que fazer algo mais e trazer e fazer tipo uma reunião só com as mulheres (Entrevistada 5).

A roda de conversa também é utilizada em pesquisas com mulheres, método escolhido por incentivar uma comunicação espontânea e horizontalizada, com opiniões e relatos da comunidade (Reis e Gonçalves, 2024). Os resultados desse tipo de intervenção revelam situações vivenciadas pelas mulheres que muitas vezes o grupo não tem conhecimento, fatores que podem impedir as mulheres de comparecerem em reuniões, como relatado por uma das líderes:

Inclusive, num tempo desse sempre tem também o pessoal da ação social vem em pedra mole, veio ali na reunião. E eu com as idosas com o grupo que tem e eu acabei indo lá. É bem eu nunca tinha ido e fui. **Inclusive, conseguiu saber**

que tinha uma que estava com ansiedade. Ela contou um pouco da vida, ainda chorou um pouco e é minha amiga. Ela falou, morava na outra rua. Eu conversei com ela, depois eu disse a ela que eu que ela também podia me procurar. Mas que ela procurasse ajuda médica, que aquilo ali não é normal. Ela se trancou dentro de casa e não quer sair, entendeu? Então assim, é um monte de coisinhas que você tem que bater. Eu vejo que é difícil. Mas nada impossível (Entrevistada 5).

O relato da Entrevistada 5 evidencia uma dimensão mais profunda e sensível dessa estratégia: a identificação de sofrimentos psicossociais, como a ansiedade e o isolamento, que muitas vezes impedem a mulher rural de participar da vida comunitária. Ao relatar o caso de uma associada, a líder demonstra que seu papel envolve também a escuta e o encaminhamento para redes de saúde, combatendo a invisibilidade das questões de saúde mental no campo. Neto e Dimenstein (2017) relatam que as populações rurais sofrem historicamente efeitos do modelo socioeconômico pautado no latifúndio e exploração do trabalho, assim, impactando negativamente na saúde mental. Dessa forma, a atenção primária entre trabalhadores e moradores do campo, a partir da articulação de saberes e tecnologias funciona como estratégia para superação dessas barreiras.

Foi questionado as entrevistadas se elas incentivavam a participação feminina dentro da associação e 100% afirmaram que sim, consolidando o incentivo como estratégia (Quadro 8).

Quadro 8. Incentivo das líderes a participação feminina.

Entrevista	Incentiva outras mulheres	Como?
Entrevistada 1	Sim	Convidando para reuniões, incluindo em grupos
Entrevistada 2	Sim	Através de conversas
Entrevistada 3	Sim	Levando as mulheres para eventos, pra casa de farinha e feira do município
Entrevistada 4	Sim	Através de conversas, chamando pra participar
Entrevistada 5	Sim	Conversando, levando brincadeiras como queimada, reunião só com mulheres
Entrevistada 6	Sim	Conversa, convida para participar de projetos, leva em feiras
Entrevistada 7	Sim	Participando de grupos, marcando reuniões, conversando
Entrevistada 8	Sim	Troca de conhecimento, participando de grupos
Entrevistada 9	Sim	Convidando para as atividades

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Existem alguns fatores positivos que podem ser abordados em práticas em grupos, como a criação de um ambiente empático para o compartilhamento e troca dos problemas, informações, experiências, sentimentos e/ou outra pauta. Além disso, ouvir o relato de cada mulher possibilita entender as particularidades vivenciadas por cada uma (Portes et al., 2024). A importância da rede de apoio, seja ela familiar ou coletiva dentro da própria organização, revela-se como o fator determinante para a continuidade da liderança feminina. Esse suporte é um ponto essencial para continuidade da gestão. Essa estratégia manifesta-se de diversas formas: no incentivo ao engajamento das outras mulheres; no estímulo ao trabalho coletivo, buscando reverter o desinteresse de alguns membros; e na busca por incentivos externos, através de parcerias, como podemos ver nas falas a seguir.

Que elas nunca deixem de ir na reunião, porque é importante que a gente também vai despertar nelas também o mesmo que despertou em mim, né? Que é o movimento que vem fazendo. Eu também levo elas para ir para fazer parte dos conselhos. E dessa vez foram 2 mulheres e um homem. Da próxima vez eu quero que elas vão despertando também e que possa participar, né? Desses movimentos lá fora, é muito importante (Entrevistada 1).

Mostrar o quanto elas são capazes de desenvolver, tem muitas mulheres aqui que sabe fazer um artesanato, cozinha super bem, sabe? Fazer um doce, um bom e não querem, achando que não tem o potencial. Se você tem a capacidade de fazer para vender, para ter sua renda. E tendo os discursos, capacitação, eu tento. Eu tento um pouco atrás desse discurso, dessas capacitações, para mostrar para elas o potencial que elas têm. Fazem palestras, fazem palestras. Aqui sempre estava tendo palestra, dia das mulheres, Internacional das mulheres. Dia do meio ambiente. Dia da Consciência Negra, sempre estava tendo, só que agora, devido à pandemia. Aí deu uma paradinha. Eu vou retomar, vou buscar, vou atrás (Entrevistada 2).

Na fala acima pode-se identificar a importância de palestras e capacitações para essas mulheres, existem eventos voltados as mulheres no rural que são fundamentais para fortalecer o protagonismo feminino. A partir desses eventos é notável a criação de espaços de aprendizado, troca de experiências e construção de redes de apoio, que são fundamentais para superar desafios históricos relacionados à desigualdade de gênero (Tavares et al., 2025). Assim, o incentivo funciona como uma forma de resistência, onde a líder atua como mediadora que transforma obstáculos estruturais em motivação para a continuidade da associação.

Nós buscando os nossos entendimentos. Mulher não é feita para estar atrás do fogão, mulher não foi feita para estar numa cozinha não, temos que estar onde a gente quiser estar. Liderar onde a gente puder liderar. Nós mulheres vamos sim liderar, temos chance, temos! (Entrevistada 1).

A fala da entrevistada evidencia que o incentivo à participação feminina constitui uma estratégia construída a partir da ressignificação dos papéis de gênero tradicionalmente atribuídos às mulheres no meio rural. Ao mencionar a cozinha como um espaço historicamente associado ao feminino, a liderança não nega esse lugar, mas questiona sua naturalização como destino exclusivo, reafirmando o direito das mulheres de ocuparem múltiplos espaços, inclusive os de liderança.

Nesse sentido, a estratégia não se fundamenta na negação das atividades domésticas, mas na ampliação das possibilidades de atuação feminina, reconhecendo que a mulher pode transitar entre diferentes esferas sem que uma invalide a outra. O discurso mobilizado pelas lideranças atua, assim, como um instrumento de conscientização e encorajamento, ao afirmar que as mulheres têm capacidade e legitimidade para liderar associações e participar ativamente dos processos decisórios. Outra forma mencionada por elas para auxiliar nesse incentivo são as redes sociais, como afirma uma das entrevistadas:

Eu ligo, eu vou visitar, eu converso, eu mando mensagem no WhatsApp. Sempre que eu passo, que tem um projeto, olha, vai ter um projeto aqui. Eu vou, ligo, vou na casa delas, converso com elas, vou na feira, vou na igreja, onde eu encontro, sempre estou falando dos projetos, das buscas e isso faz com que elas se aproximem também (Entrevistada 6).

Hoje tem reunião, eu coloco lá no grupo. Criei um grupo, viu? Grupo de WhatsApp, hein? Coloco lá, tudo que se passa eu coloco lá no WhatsApp. Hoje tem reunião. Elas poderiam muito bem convidar um ou outro para poder participar (Entrevistada 1).

Nesse contexto, é possível notar que a expansão das redes sociais é uma ferramenta que auxilia esse processo. Outra entrevistada relatou que o celular auxilia ela a conciliar os afazeres com as atribuições da associação: *“se eu tiver de fazer tiver uma reunião fora eu vou não tem problema e não estando eu resolvo no telefone, isso aí eu não tenho dificuldade* (Entrevistada 7)”.*”*

Ademais, o apoio também foi percebido para solucionar os desafios da maternidade, conforme relatado pela líder na fala a seguir:

Tem uma das meninas que na época tava grávida, mas a gente fez o que pôde pra ajudar ela, pra poder ela tá ali com a gente. A gente fez e depois que a menina dela nasceu a gente deu todo o apoio. Tivemos uma reunião, a gente teve uma reunião outro dia e ela levou a menininha, ela sempre ali, tanto que é nosso mascotezinho. Tanto tá ela, a menina, “mais a gente”, todos nós, era mãe da menina na época, né? Todos falavam dela e não era um obstáculo, um pretexto, porque ela tinha a menininha, não podia não, a gente dá o maior apoio. Tinha outra menina também que na época ela não engravidou, mas depois ela engravidou, mas já era transformado na época que a gente estava todo

trabalhando e sempre teve um jeito, se hoje acontecer será do mesmo jeito (Entrevistada 9).

Assim, evidenciando a construção de um ambiente associativo acolhedor, onde a maternidade é incorporada à dinâmica das atividades coletivas, rompendo com a lógica que historicamente associa o cuidado com os filhos à exclusão das mulheres dos espaços públicos.

Além do incentivo à participação feminina nos espaços associativos, observou-se, nas falas das entrevistadas, o estímulo à adoção de práticas agrícolas de base orgânica como estratégia de fortalecimento das associações. À medida que as lideranças femininas buscam alternativas de produção mais sustentáveis e socialmente justas, passam a enfrentar não apenas desafios de ordem técnica e produtiva, mas também a questionar modelos hegemônicos de agricultura e suas implicações socioeconômicas e ambientais. Conforme apontam Backes, Giongo e Cúnico (2023), essas iniciativas tensionam as lógicas dominantes do sistema agroalimentar, ao propor formas de produção orientadas pela sustentabilidade, pela autonomia e pela valorização dos saberes locais.

Incentivando, lá na faculdade que eu estudo, só tem só na minha turma só sou eu de mulher e mais 2. Aí tem uma, que ela faz parte do assentamento. Aí tem vezes ela está cabisbaixa Ai, porque lá na minha comunidade, com o assentamento, o pessoal só quer trabalhar com veneno. Acho isso uma besteira. Isso e aquilo. Ai, você tem capacidade, eles têm capacidade de desenvolver também (Entrevistada 2).

Isso. É melhor, saudável. Eu sempre gostei, eu nunca gostei de produzir com veneno. Sempre fui contra. Meu pai usava, sempre fui contra. Antigamente ele era assim. Ele plantava tomate, pimentão e ele usava os 2. Ele usava tanto o veneno, como o adubo orgânico. Ah, eu fui, e falei bem assim: por que não usar só um? (Entrevistada 2).

As falas das entrevistadas evidenciam que o incentivo à adoção de práticas orgânicas é construído, também, por meio do encorajamento mútuo entre mulheres, especialmente em espaços formativos e comunitários. O relato de uma liderança que vivencia um ambiente acadêmico majoritariamente masculino revela não apenas a sub-representação feminina nesses espaços, mas também a circulação de discursos críticos ao modelo convencional de produção agrícola baseado no uso intensivo de insumos químicos. Pacheco (2009) anuncia o fortalecimento do diálogo entre o movimento agroecológico e o movimento feminista.

Ao relatar o diálogo com outra mulher do assentamento, a entrevistada demonstra como o incentivo se materializa na valorização da capacidade técnica e política das mulheres para questionar práticas produtivas naturalizadas em suas comunidades. A crítica ao uso de “veneno” não aparece de forma isolada, mas associada à crença na possibilidade de transformação a partir

do reconhecimento das próprias capacidades, configurando-se como uma estratégia de fortalecimento individual e coletivo.

A segunda fala reforça essa dimensão ao evidenciar uma trajetória de resistência às práticas convencionais de produção, construída a partir da experiência familiar e da reflexão crítica sobre o uso de insumos químicos. Ao questionar a coexistência entre o cultivo orgânico e o uso de agrotóxicos, a líder tem um processo de tomada de consciência que se traduz em posicionamento político e produtivo, orientando suas escolhas e influenciando outras mulheres. As pesquisas de Emma Siliprandi (2015) corroboram com essa realidade, trazendo as mulheres rurais como principais promotoras da produção de base agroecológica no âmbito local e comunitário, ao mesmo tempo em que pressionam por mudanças políticas mais gerais.

Os projetos vieram para o município, foi importante. E as pessoas ganharam seu dinheiro, né? Mas para investir, para continuar, aquilo ali precisa de alguém. Eu vejo assim, inclusive no meu povoado (Entrevistada 5).

Dessa forma, identifica-se a importância do papel da mulher para a sustentabilidade econômica, social, ambiental e alimentar, o que favorece o protagonismo dessas agentes na construção da sua própria categoria política e social (Siliprandi, 2013). Com a fala acima é possível entender a crítica feita pela líder, trazendo os projetos como uma estratégia para continuidade das atividades, mas com falta de acompanhamento para uma mudança efetiva.

Tavares et al. (2025) reforça a importância de programas de incentivo à liderança feminina da agricultura, incluindo editais específicos para mulheres, linhas de crédito diferenciadas e ações de capacitação continuada. O que é reforçado na fala da líder *“Porque só fazer não está sendo suficiente, porque depois, quando é para continuar, elas têm essa dificuldade (Entrevistada 5).”*

A partir de 2003, foram implementadas políticas de desenvolvimento rural, novas propostas surgiram para incentivar a geração de renda nas áreas rurais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o fortalecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com uma linha específica para mulheres (Pronaf Mulher). Essas políticas visam promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável (Machado; Silva, 2024).

Nesse contexto, os programas e projetos voltados ao meio rural configuram-se como estratégias fundamentais para a permanência das mulheres no campo e para o fortalecimento de suas trajetórias produtivas e associativas. Embora seja necessário um acompanhamento contínuo dessas atividades, atendendo plenamente a demanda das mulheres.

Além das estratégias institucionais, os quintais produtivos emergem como uma ferramenta fundamental de resistência e permanência das mulheres nos espaços associativos. Os quintais produtivos se caracterizam como produções urbanas e rurais realizadas ao redor das residências para consumo próprio ou comercialização (Santos et al., 2013). Diferente de uma produção comercial de larga escala, o quintal representa um espaço de domínio feminino onde a sustentabilidade alimentar se une à geração de renda própria. Como destaca a Entrevistada 7, o incentivo para que a mulher tenha sua própria horta e sua renda é o que permite romper com a figura do marido como único “chefe” e provedor da casa.

Como a gente somos mulheres às vezes, tem um marido, o marido é o chefe, tudo que faz ele, a mulher fica pra trás. Não. Agora não, o grupo incentiva a mulher trabalhar, a mulher ter a sua renda. Tudo que a mulher produz, se ela quiser vender, o que ela quiser ela pode fazer. Sim. **Inclusive agora lá no assentamento, a gente faz uns quintais produtivo**, aí já tem duas pessoas lá que tá plantando na horta, a horta orgânica (...) nós temos uma dificuldade grande, a água, nós não temos água, agora no inverno nós temos tudo tá tanque cheio e sistema cheio mas no verão nós temos muita dificuldade, mas graças a Deus a gente tá dando aí ajuda muito o grupo ajuda demais, o primeiro foi das mulheres do agro eu entrei nas mulheres do Agro, aí teve uma reunião em Aracaju. Foi do grupo da Asa, não sei se você sabe, a Asa foi comunicada a construir a cisterna (Entrevistada 7).

A figura do marido como “chefe”, revela uma configuração tradicional de poder, na qual o trabalho feminino tende a ser subordinado ou invisibilizado (Brumer; Anjos, 2008). Contudo, essa realidade passa a ser modificada a partir da participação em grupos que incentivam a autonomia produtiva e financeira das mulheres.

Essa autonomia produtiva é, portanto, uma estratégia de gênero: ao garantir que a mulher decida sobre o destino de sua produção e tenha seus próprios rendimentos, o quintal produtivo diminui as tensões domésticas que muitas vezes inviabilizam a participação política feminina. Em um cenário onde a falta de apoio é um dos principais motivos de desistência, os quintais produtivos representam um fortalecimento. Assim, a manutenção desses espaços não é apenas uma questão agrária, mas, permite que a mulher se reconheça como sujeita produtiva e capaz de gerir não apenas o seu quintal, mas também a sua associação.

O incentivo à geração de renda própria aparece como um elemento central nesse processo, ao possibilitar que as mulheres decidam sobre a destinação de sua produção e de seus rendimentos. Nesse sentido, os quintais produtivos emergem como uma estratégia concreta de fortalecimento da autonomia feminina, articulando produção agroecológica, segurança alimentar e comercialização local. Com isso, a autonomia dos povos tem como ferramenta a agroecologia (Costa et al., 2021).

A experiência relatada demonstra que esses espaços produtivos não se restringem às mulheres, mas reverberam no conjunto da comunidade, envolvendo também outros moradores do assentamento e ampliando os impactos econômicos e sociais da iniciativa. Além disso, outra estratégia trazida na fala foi a experiência com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)⁵, a construção da cisterna permite maior autonomia para a vida das mulheres. Ao ter água na cisterna, perto de suas casas, as mulheres não precisam mais percorrer longas distâncias para buscá-la, em muitas situações, correndo o risco de sofrer violência. Como afirma uma agricultora familiar do semiárido: “Digo à minha filha: graças a Deus, você não terá que carregar lata d’água pesada na cabeça, debaixo um sol quente, como eu fazia quando era criança, junto com sua avó!” (Galindo, 2023).

Desse modo, os resultados indicam que a articulação entre grupos de mulheres, quintais produtivos e tecnologias sociais promovidas pela ASA constitui uma estratégia integrada de fortalecimento das mulheres rurais. Essa estratégia atua simultaneamente na ampliação da autonomia econômica feminina, na reconfiguração das relações de gênero no espaço doméstico e na construção de alternativas produtivas sustentáveis no meio rural.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liderança feminina em associações rurais representa uma contribuição fundamental para a equidade de gênero, transformação social e fortalecimento das comunidades. Existem desafios estruturais enfrentados pelas mulheres, entretanto, através da organização coletiva e acesso a recursos, impulsionam mudanças no meio em que estão inseridas.

Inicialmente, a pesquisa bibliométrica realizada com o intuito de delimitar a produção científica, no período de 2015-2024, possibilitou identificar um crescimento recente envolvendo a temática de gênero, embora exista uma ausência de estudos que abordem a liderança feminina, especificamente em associações rurais. A maior parte dos estudos contextualizados aborda as mulheres no campo, abordando questões sobre o acesso a recursos produtivos e desigualdades de gênero no campo. Dessa forma, a ausência de pesquisas com esta temática impossibilita um estudo aprofundado.

Assim, evidenciando nos estudos discutidos, o impacto da liderança das mulheres, não somente no campo econômico, mas também no social, político e cultural. Com a criação de

⁵ Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por mais de 3 mil organizações da sociedade civil que promovem a convivência com o Semiárido. Surgiu nos anos 1990, focada na mobilização social e na defesa do direito à água. A ASA atua na formulação de políticas públicas e no fortalecimento da sociedade civil (ASA, 2026).

redes de solidariedade, luta por direitos e desenvolvimento de estratégias coletivas em defesa que são necessárias para expandir o espaço em que elas efetivamente participam. Com isso, nota-se a complexidade do tema e a necessidade de pesquisas futuras para um maior aprofundamento.

Em relação ao campo empírico, a caracterização das entrevistadas revela um perfil de protagonismo marcado pela maturidade e pela experiência acumulada. No que tange à etnia, a autodeclaração majoritária como pardas reflete a composição histórica da população rural brasileira. Quanto à escolaridade, embora a maioria possua o ensino médio completo e algumas tenham alcançado o nível superior, a presença de uma participante idosa com ensino fundamental incompleto ilustra as limitações estruturais históricas de acesso à educação no meio rural. No âmbito da atuação política, a maioria ocupa cargos formais de presidência ou vice-presidência, sendo que mais da metade já possui um histórico prévio em lideranças, o que demonstra uma trajetória consolidada de participação em diversas esferas organizativas, como conselhos escolares, grupos religiosos e coletivos de mulheres.

Dessa forma, o segundo capítulo de resultados retrata uma realidade determinante: todas as entrevistadas desempenham múltiplas atividades dentro e fora da associação, o que reforça o persistente desafio da dupla jornada de trabalho. Em suma, o perfil identificado nesta pesquisa é o de uma mulher madura, escolarizada e multifacetada, cuja liderança é construída no equilíbrio entre a gestão coletiva e as demandas históricas de cuidado e produção no campo.

A compreensão dos desafios enfrentados pelas lideranças revela, inicialmente, uma predominância de barreiras de ordem burocrática e financeira, caracterizadas pela escassez de recursos e pela fragilidade da assistência técnica estatal, um dado que sinaliza a urgência do fortalecimento de políticas públicas voltadas a essas organizações. Contudo, o cerne desta análise residiu nos desafios de gênero, que apresentaram uma instigante dissonância: embora a maioria das mulheres tenha negado sofrer preconceitos em abordagens diretas, a análise qualitativa revelou que tais obstáculos operam de forma naturalizada e velada.

Conclui-se que o machismo no âmbito associativo rural não se manifesta apenas como um evento isolado, mas como uma questão que atravessa todos os outros problemas. Os relatos evidenciam que a dupla jornada de trabalho e o peso do cuidado doméstico são os maiores entraves à participação política, muitas vezes traduzidos pelo controle conjugal, dificultando a participação em eventos e reuniões. Além disso, a ausência de autorreconhecimento surge como uma barreira subjetiva profunda, na qual a líder precisa vencer a ideia de que espaços públicos não lhe pertencem, muitas vezes recorrendo à masculinização de sua imagem e comportamento para legitimidade de espaço e ganhar credibilidade dos associados. Assim, o que emerge das

falas é um cenário de resistência, onde as mulheres líderes desempenham diversas atividades para além da associação.

No que tange às estratégias de resistência, a pesquisa demonstrou que a maioria das líderes desenvolve táticas ativas para subverter os desafios impostos. A construção da autoconfiança e a promoção de rodas de conversa emergem como ferramentas políticas fundamentais, criando um ambiente de empatia onde o compartilhamento de problemas comuns fortalece o vínculo coletivo e mitiga o desinteresse dos associados. Observa-se que o uso estratégico de tecnologias, como grupos de WhatsApp e reuniões remotas, atua como um facilitador do deslocamento e da comunicação, permitindo que a gestão se adapte à realidade geográfica e social dessas mulheres.

Além disso, o espaço associativo foi trazido por elas como um local de acolhimento. Ao integrar as experiências da maternidade à dinâmica da associação, as líderes rompem com a lógica histórica que condiciona o cuidado dos filhos à exclusão da mulher do espaço público. Além dessa dimensão social, a adoção de práticas agrícolas de base orgânica e a busca por parcerias externas consolidam a associação como um espaço de inovação e fortalecimento sustentável e econômico. Conclui-se, portanto, que o protagonismo feminino é um pilar essencial para a sustentabilidade multidimensional do campo, garantindo não apenas a viabilidade econômica das famílias, mas a soberania alimentar e a coesão social da agricultura familiar.

Em síntese, os dados revelam que a liderança feminina nas associações rurais pesquisadas é um fenômeno complexo e multifacetado. A caracterização das entrevistadas desenha um perfil de mulheres maduras e experientes, que trazem consigo um histórico de participação social, mas que ainda enfrentam o peso invisível de uma divisão sexual do trabalho desigual. Ficou evidente que, embora os desafios burocráticos e financeiros sejam os mais citados inicialmente, as barreiras de gênero operam de forma silenciosa e estrutural, manifestando-se especialmente na dupla jornada e na necessidade de legitimação constante perante o grupo.

Entretanto, a pesquisa demonstra que essas mulheres articulam estratégias de resistência potentes, transformando o espaço associativo em um local de acolhimento e suporte coletivo que rompe com a lógica patriarcal. Ao utilizarem o diálogo, o incentivo e a busca por parcerias, elas não apenas garantem a sobrevivência das organizações, mas ressignificam o papel da mulher no campo como agente de sustentabilidade social, ambiental e econômica. Conclui-se, portanto, que fortalecer essas lideranças é fundamental não apenas para a equidade de gênero, mas para o próprio futuro e vigor do associativismo na agricultura familiar.

Apesar das contribuições alcançadas, este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. No que tange à limitação territorial e amostral, o recorte geográfico concentrou-se no Agreste Central de Sergipe com um grupo de nove lideranças, o que impossibilita a generalização dos achados para outras realidades rurais com dinâmicas socioeconômicas distintas. Além disso,, embora o gênero tenha sido a categoria central, o estudo não aprofundou recortes interseccionais de raça e etnia, elementos fundamentais para compreender as camadas de vulnerabilidade dessas mulheres. Tais restrições, contudo, não invalidam a pesquisa; ao contrário, conferem maturidade científica ao delimitar o alcance das análises e pavimentar o caminho para investigações complementares.

A partir dessas limitações, vislumbra-se que futuros trabalhos podem superar o recorte amostral e territorial aqui adotado, aprofundando o debate sobre o protagonismo feminino. É importante analisar a efetividade das políticas públicas com recortes de gênero, verificando barreiras que dificultam o acesso real dessas associações a recursos e editais. Paralelamente, torna-se necessário investigar o papel das tecnologias no cotidiano das associações, avaliando o uso de ferramentas digitais como um facilitador da autonomia ou intensificador da carga mental e a jornada de trabalho dessas líderes. Por fim, aponta-se a relevância de estudos sobre a sucessão rural sob a ótica feminina, buscando entender se as novas gerações de mulheres estão sendo incentivadas a ocupar esses espaços de poder e como a transição geracional pode ressignificar as estratégias de resistência e permanência no campo.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maira. Dicionário crítico do feminismo. **Cadernos Pagu**, n. 36, p. 405–415, jan. 2011.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 261–295-261–295, 2016.

ALBUQUERQUE, Else.; MENEZES, Marilda. O Valor Material e Simbólico da Renda Renascença. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 461, 2007. DOI: 10.1590/S0104-026X2007000200013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200013>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ALMEIDA, Adalberto Marques Aredes Teixeira; PEIXOTO, Aline Rigelo; PESSOA, Ana Helena De Oliveira. MARCADORES DE DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA E O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. **SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ECONOMIA DO IDP**, 2023. Disponível em: <https://portalgt.idp.emnuvens.com.br/seminarioadmpublica/article/view/569>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ALMEIDA, Fernanda. **Brasil é o 11º país em ranking de presença feminina na liderança; veja top 10**. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2024/03/brasil-e-o-11o-pais-em-ranking-de-presenca-feminina-na-lideranca-veja-top-10/>. Acesso em: 4 jul. 2024.

ALMEIDA, Josiane Patrícia Fritz; SPANEVELLO, Rosani Marisa. A participação feminina na agricultura familiar e as políticas públicas de crédito frente à proposta da igualdade de gênero prevista no ODS 2030. **V COLÓQUIO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS**, 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/569/2023/03/participacao-feminina-na-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2025.

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, p. 271-289, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/8nTGWjJrv7MsqfCmLvZhvvL/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ALVES, EMILLY KAROLINE DOS SANTOS et al.. UM RETRATO SOCIOECONÔMICO DOS AGRICULTORES NEGROS DO ESTADO DE SERGIPE.. In: Anais do 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Piracicaba(SP) ESALQ/USP, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2023/624275-UM-RETRATO-SOCIOECONOMICO-DOS-AGRICULTORES-NEGROS-DO-ESTADO-DE-SERGIPE>

ALVES, Giovana Sitó; SELL, Léia Beatriz; CASTRO, Amanda Motta. O trabalho da mulher no campo e suas invisibilidades. **Revista Sures**, n. 11, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/909>. Acesso em: 10 maio 2024.

ALVES, Nicole Fossile et al. **Ressignificação dos papéis sociais de mulheres na agricultura familiar de base agroecológica**. 2016. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. 138 f.

ANDREWS, Mercia. A case study of the Southern African Rural Women's Assembly: "We can bend the stick". **Agenda**, v. 33, n. 1, p. 48-58, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10130950.2019.1598275>. Acesso em: 14 fev. 2025.

ANJOS, Eliene et al. As demandas das associações comunitárias que contribuem para o desenvolvimento rural. *Colóquio-revista do desenvolvimento regional*, v. 15, n. 2, p. 59-76, 2018. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/799>. Acesso em: 05 jan. 2026.

AQUINO, Estela; VIEGAS, Luisa Maria Diele; PILECCO, Flávia Bulegon; REIS, Ana Paula; MENEZES, Greice Maria de Souza. Mulheres das ciências médicas e da saúde e publicações brasileiras sobre Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 60-72, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/fGKtgFZxzhVwG7BbXXDhXL/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de agronegócio São Paulo: Atlas, 2003.

BACKES, Raquel Meyer Fagundes; GIONGO, Carmem Regina; CÚNICO, Sabrina Daiana. "Somos a Terra Lutando para Sobreviver": Histórias de Vida de Mulheres Agroecologistas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e263959, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/vxzfbGcpVKV57RXdd57pDPD/>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BALBO, Susana. Es hora de visibilizar a las mujeres rurales. In: OTERO, Manuel (ed.). **Luchadoras: mujeres rurales en el mundo**. San José, C.R: IICA, 2019, p. 15 – 20.

Bardin L. L'Analyse de contenu. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BENOIT, Lelita Oliveira. Feminismo, gênero e revolução. **Crítica marxista**, Unicamp, n. 11, 2000. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/05lelita.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024.

BERGAMIN, José; RESENDE, Amanda Martinho. Aspectos regionais, raciais e de gênero da desigualdade entre agricultura familiar e não familiar. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made/ USP), 2025. (Nota de Política Econômica, n.65). Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2025/02/npe65-agriculturafamiliar.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BESERRA, Maria dos Remédios. Associativismo Rural: estratégia de participação dos agricultores familiares para afirmação e defesa dos seus direitos no mercado. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, v. 20, 2013.

BEZERRA, M. dos R. Associativismo Rural: estratégia de participação dos agricultores familiares para afirmação e defesa dos seus direitos no mercado. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, v. 20, 2013.

BEZERRA, Marina Franca Lelis. Os conflitos que envolvem as comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros: a dinâmica das catadoras de Mangaba. 2015. 125 f. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4205>. Acesso em: 29 mar. 2026.

BILAR, Alessandro Bezerra Correia; TAVARES, Cícero Halefsom Tenório; BEZERRA, Jéssyca Karen Guerra da Silva; BRASIL, Jhemilyn Michelle Silva; SANTANA, Lucinaldo Nogueira; FEITOSA, Maria José da Silva; SILVA, Natália Rocha da; PIMENTEL, Rejane Magalhães de Mendonça; FERREIRA, Renan Silva; SILVA, Talita Aiala Paiva. Desenvolvimento sustentável em publicações científicas brasileiras: uma revisão sistemática. **Journal of Environmental Analysis and Progress**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 051–059, 2021. DOI: 10.24221/jeap.6.1.2021.4092.051-059. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/JEAP/article/view/4092>. Acesso em: 5 jul. 2024.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Revista Dados*, v. 59, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?lang=pt>. Acesso em: 7 jun. 2024.

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. **Revista de Ciências Sociais**, v. 53, p. 98-115, 2020.

BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almira Ferraz. A AMOSTRAGEM EM SNOWBALL (BOLA DE NEVE) EM UMA PESQUISA QUALITATIVA NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2021. DOI: 10.25110/receu.v22i1.8346. Disponível em: <https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/empresarial/article/view/8346>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BOURDIEU, Pierre. ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO E MODOS DE DOMINAÇÃO. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 17, n. 33, p. 21–36, 24 Jan 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/13298>. Acesso em: 31 jan 2025.

BRANDÃO, Tatiana Frey Biehl; BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, p. e249024, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/54kYJ9T7shQnwJQbnsbgxgw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Censo Demográfico 2010: características urbanísticas do entorno dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

BRASIL. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em 22 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205–227, jan. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HN95Kj5QQkqFCR/>. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. GÊNERO E REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 12, p. 6–17, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i12.1396. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>. Acesso em: 18 mai. 2024.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 23, p. 331-353, 2006.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Family agriculture and the new rural world. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-47, jul./dez. 2003.

CABRAL, Patricia Martins Fagundes; LOPES, Heloisa Helena; LONDERO, Paola Richter. EDITORIAL - Liderança Feminina no Cooperativismo: desafios e perspectivas. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*. Vol. 21 No. 1 (2024): Jan/Mar. DOI: <https://doi.org/10.4013/base.2024.201.08>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/27545>. Acesso em: 31 jan. 2025.

CALCAGNI, Mariana. Peasant struggles in times of crises: The political role of rural and indigenous women in Chile today. **Studies in Social Justice**, v. 17, n. 2, p. 160-184, 2023. Disponível: <https://journals.library.brocku.ca/index.php/SSJ/article/view/3420>. Acesso: 08 abr. 2025.

CAMPOS, Juliana Loureiro Almeida; FERREIRA, Madalena Izabel Sousa. PESQUISADORA, ETNOBIÓLOGA, LÍDER COMUNITÁRIA, GERAIZEIRA: REFLEXÕES SOBRE AS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR DUAS MULHERES EM SUAS ATUAÇÕES EM CAMPO. **Ethnoscintia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 6, n. 2, p. 89-99, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscintia/article/view/10366>. Acesso em: 31 jan. 2025.

CANABARRO, Janaína Raquel dos Santos; SALVAGNI, Julice. Mulheres líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 88–110, 2015. DOI: 10.7769/gesec.v6i2.347. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/347>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARDOSO, Univaldo-Coelho. Associação. Brasília: Sebrae. 2014. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Arquivos/ebook_sebrae_cooperativa-serie-empresendimentos-coletivos.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.

CARNEIRO, María José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1994. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21>. Acesso em: 06 jun. 2024.

CARNEIRO, Ranna Botelho; VILLWOCK, Ana Paula Schervinski; MATTE, Alessandra. Inserção e atuação profissional das engenheiras agrônomas: desafios e estratégias. **Mundo Agrário**, [S. l.], v. 23, n. 53, p. e194, 2022. DOI: 10.24215/15155994e194. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/mae194>. Acesso em: 5 feb. 2025.

CARVALHO, Joana Maria Maia de. **Liderança feminina: características da liderança protagonizada por mulheres**. 2025. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/23ec4fde-7511-424a-be27-56002ff7327a>. Acesso em: 23 jan. 2026.

CARVALHO, Raphael Otávio Marques. A dimensão humana em assentamentos rurais: percepções e vivências. 2016. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/545/11/MONOGRAFIA_Dimens%c3%a3oHumanaAssentamentos.pdf. Acesso em: 23 jan. 2026.

CASTILHO, Adriana Silva. Associativismo. IFGoiano Campus Ceres. 2015. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/associativismo-aula-i-ifgoiano-campus-ceres/51499395>. Acesso em: 02 fev. 2025.

CHAYANOV, Alexander. A teoria das cooperativas camponesas. **Porto Alegre: Editora da UFRGS**, 2017.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**, v. 1, p. 169-88, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281842243>. Acesso em: 01 fev. 2025.

CICONELLO, Ganança. Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Orientadora: Lucia Mercês de Avelar. 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política. Distrito Federal. 2006. Disponível em: <http://bdae.org.br/handle/123456789/307>. Acesso em: 03 set. 2024.

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 11–34, 2014. DOI: 10.5902/2236672517033. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/17033>. Acesso em: 24 mar. 2025.

CORDEIRO, Rosineide de LM; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 419-423, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/kWy8LnRHSzxYKSvxDGWGFrq/>. Acesso em: 14 mai. 2024.

COSTA, Aelton Dias; SANTOS, Jorge Sales dos; OLIVEIRA, Rita Denize de; FOLHES, Ricardo Theophilo. A ATUAÇÃO DOS QUINTAIS PRODUTIVOS COMO R-EXISTÊNCIAS TERRITORIAIS: Experiências agroecológicas na ilha de Caratateua em Belém/PA. **Revista Tocantinense de Geografia**, [S. l.], v. 10, n. 22, p. 181–201, 2021. DOI: 10.20873/rtg.v10n22p181-201. Disponível em:

<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/13349>. Acesso em: 24 jan. 2026.

COSTA, M. C. DA .; DIMENSTEIN, M.. Cuidado Psicossocial em Saúde Mental em Contextos Rurais. **Trends in Psychology**, v. 25, n. 4, p. 1653–1664, out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2017.4-09Pt>. Acesso em: 06 fev. 2026.

COSTA, Tamiris Maria Moreira. **A atuação feminina na agricultura familiar**: Uma análise sobre as transformações no bairro rural Mandassaia em Alfenas-MG, 2018.

CRUZ, Suely Ferreira da; ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. Contribuições de três organizações para a comercialização da agricultura familiar no PNAE, no território sul litorâneo do Espírito Santo. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 3, p. 737-752, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/qTpyHHF9DVGxzf8zqZJT6NK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2025.

DANIEL, Camila. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **O social em questão**, n. 25/26, p. 323-344, 2011.

DE OLIVEIRA PEIXOTO PORTES, Mileny; RESENDE SILVA, Júlia; ALVES MACHADO, Virna Gabriela; CASTRO DE ALMEIDA, Aline; GONÇALVES MARTINS, Lizandra; MIE TAKESHITA, Isabela; SIQUEIRA COSTA SCHRECK, Rafaela; DAS GRAÇAS DE AZEVEDO, Mônica. AS EXPERIÊNCIAS DE VULNERABILIDADES DAS MULHERES: RODAS DE CONVERSA COMO ESTRATÉGIA DE REFLEXÃO CRÍTICA. **REVISTA DE EXTENSÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE CIÊNCIAS MÉDICAS**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 5–18, 2024. Disponível em: <https://revista.fcmmg.br/index.php/REES/article/view/336>. Acesso em: 24 jan. 2026.

DE SIQUEIRA TAVARES, Brena Maíza et al. MULHERES NO AGRO: AVANÇOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DE INICIATIVAS ACADÊMICAS E CULTURAIS MUJERES EN EL AGRO: AVANCES Y PERSPECTIVAS A PARTIR DE INICIATIVAS ACADÉMICAS Y CULTURALES WOMEN IN AGRIBUSINESS: ADVANCES AND PERSPECTIVES FROM. Disponível em: <https://doi.org/10.31692/2526-7701.XCOINTERPDVAgro.0218>. Acesso em: 24 jan. 2026.

DelGrossi, Mauro Eduardo; Balsadi, Otavio Valentim. Mercado de trabalho e agricultura no Brasil contemporâneo. In: Vieira Filho, José Eustáquio Ribeiro; Gasques, José Garcia (orgs.). Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: Ipea, 2020. p. 205-218. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0/cap14>. Acesso em: 19 nov. 2025.

DORNELA, Fernanda J.; MENEZES, Raquel S. S. Mulheres na Cafeicultura do Cerrado Mineiro: desafios e possibilidades. In: ARZABE, Cristina. et al. **Mulheres dos cafés no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2017. p 93-113. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/mulheres-dos-cafes-no-brasil-convertido-vf.pdf. Acesso em: 24 Jul. 2024.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, p. 139-154, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2024.

ESTEVE, E. V. O negócio da comida: Quem controla nossa alimentação? Editora Expressão Popular, 1º ed, São Paulo, 2017.

EVANS, Alice. How cities erode gender inequality: A new theory and evidence from Cambodia. **Gender & Society**, v. 33, n. 6, p. 961-984, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0891243219865510>. Acesso em: 14 fev. 2025.

FAGOTTI, Licia Nara. O'fazer-se'associativo: associativismo e agricultura familiar no interior paulista. 2017.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, UFSC, nº 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>. Acesso em 04 jul. 2024.

FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA**, p. 11-28, 2009. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Economia-feminista-e-agenda-de-luta-das-mulheres-no-meio-rural-Nalu.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FLEURY, M. T. L. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Global, 1983.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan, 2008.

FONZAR, Juliana Firmino; ALMEIDA, Ana Carolina Pedroso de. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE MULHERES NO CAMPO: REFLEXÕES SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO. In: **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**. 2019. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/2960>. Acesso em: 01 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.(1995). Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 1978.

FRANTZ, Walter; ANDREOLLI, Antônio Inácio. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação. **Simpósio Internacional de Gestão Pública, Desenvolvimento e Cidadania**. Ijuí/RS, 2002. Disponível em:

<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/server/api/core/bitstreams/8efc3074-8a12-4e04-9e3f-0cc7783f2e60/content>. Acesso em: 09 jan. 2025.

GALINDO, Eryka. ÁGUA, NOSSO PRIMEIRO ALIMENTO: O CASO DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). Disponível em: <https://redesrurais.org.br/artigos/artigo-1f13d529eaca9449b78d032113758e2e3ecf6c94-arquivo.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2026.

GANANÇA, Alexandre Ciconello; AVELAR, Lucia Mercedes de. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política. Disponível em: <https://icts.unb.br/jspui/handle/10482/6650>. Acesso em: 14 mai. 2024.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais, **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

GOELLNER, Silvana. V. Imperativos do Ser Mulher. São Paulo: Revista Motriz, v. 5. n.1, p. 40-42, junho de 1999.

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198–216, 2009. DOI: 10.5433/2176-6665.2009v14n2p198. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4514>. Acesso em: 20 nov. 2025.

GRANT, Melita et al. Rural piped-water enterprises in Cambodia: A pathway to women's empowerment?. **Water**, v. 11, n. 12, p. 2541, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-4441/11/12/2541>. Acesso em: 14 fev. 2025.

GROSSI, Patricia Krieger; CLOS, Michelle Bertolio; DUARTE, Joana das Flores; COUTINHO, Ana Rita Costa; GASPAROTTO, Geovana Prante. O Enfrentamento da Violência contra a Mulher Rural: Desafios para as Políticas Públicas. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas-Para Além da Crise Global: experiências e antecipações concretas**, 2015, Brasil., 2015.

HECK, Rita Maria; LANGDON, Esther Jean Matteson. Envelhecimento, relações de gênero e o papel das mulheres na organização da vida em uma comunidade rural. **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 129-151, 2002. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/d2frp/pdf/minayo-9788575413043-08.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208–233–233, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208>. Acesso em: 24 mar. 2025.

HERRERA, Karolyna Marin. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**,

v. 10, 2013. Disponível em:

https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQ_UIVO_ArtigoFazendogenerofinal.pdf. Acesso em: 26 jan. 2025.

HIRATA, Helena Sumiko. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista tecnologia e sociedade**, v. 6, n. 11, p. 1-7, 2010.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP* 26, v. 26, n. 1, p. 61–73, 2014.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. As mulheres no censo agropecuário 2017. **Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA): Friedrich Ebert Stiftung**, 2021.

HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA, Maria Amorim. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 3, p. 331–344, jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/Wwqj4gNdm8k8jcGRjCFxvqm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 mai. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). **Estatísticas de Gênero: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>. Acesso em: 3 jul. 2024.

IICA - INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. Seminário Internacional: "Gênero no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais". Documento Síntese. Natal, RN, 2003.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

JESUS, Patrícia Santos de. Tessituras, tramas e territorialidades das catadoras de mangaba na Barra dos Coqueiros-SE. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6746>. Acesso em: 29 mar. 2026.

JOIA, Fernanda da Silveira; ORFÃO, Laura Helena. O PAPEL DA MULHER EM CARGOS DE LIDERANÇA NO AGRONEGÓCIO. **Revista Estudo & Debate**, [S. l.], v. 30, n. 4, 2023. DOI: 10.22410/issn.1983-036X.v30i4a2023.3428. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/3428>. Acesso em: 5 fev. 2025.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 303/302, 2004.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas, p. 55-63, 2003.

KERGOAT, Prisca. Ofício. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Franloise (org). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2011.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; BANDEIRA, Lourdes M.; ALMEIDA, Tânia Mara C. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do CEAM**, v. 3, n. 1, p. 63-81, 2015. Disponível em: https://core.ac.uk/outputs/231255931/?utm_source=pdf&utm_medium=banner&utm_campaign=pdf-decoration-v1. Acesso em: 24 mar. 2025.

KUMAR, Santosh; PRAKASH, Nishith. Effect of political decentralization and female leadership on institutional births and child mortality in rural Bihar, India. **Social Science & Medicine**, v. 185, p. 171-178, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277953617302368>. Acesso em: 14 fev. 2025.

LAGARDE, Marcela. **Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia**. Madrid: Horas & Horas, 1996.

LEITE, Maria Laís Dos Santos; LEITE, Jáder Ferreira. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 3, p. 528–538, set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/698n8Mxc9nM7ghB4TSd5bPm/>. Acesso em: 01 fev. 2025.

LEITE, Sergio Pereira. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, p. 227-254, fev. 2020. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-1_10_ruralidades. Acesso em: 01 fev. 2025.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 03, p. 883-903, 2013.

LISBOA, Acssuel de Sousa; DE ALCANTARA, Fernanda Viana. O ASSOCIATIVISMO RURAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 17–28, 2019. DOI: 10.22456/1982-0003.90807. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/90807>. Acesso em: 9 fev. 2026.

LITRE, Gabriela; MATTE, Alessandra; COURDIN, Virginia; RIBEIRO, Claudio Marques. **Mulheres, Sustentabilidade e Pecuária de Corte: gerando visibilidade no Pampa do Brasil, Uruguai e Argentina**. Bagé, RS. Innova Media Comunicação e Serviços Empresariais, 2023. Disponível em: <https://odisseia.unb.br/2023/12/12/novo-livro-mulheres-sustentabilidade-e-pecuaria-de-corte/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

LITRE, Gabriela; MATTE, Alessandra; COURDIN, Virginia; RIBEIRO, Claudio Marques. **Mulheres, Sustentabilidade e Pecuária**. 2023. Disponível em: <https://univ-montpellier3-paul-valery.hal.science/hal-04992786/>. Acesso em: 06 fev. 2026.

LOVATTO, Patrícia Braga. UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. **A percepção de agricultores familiares acerca da preservação e utilização de recursos naturais em propriedades rurais do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil**, v. 262, 2007.

MACHADO, I. T. B.; SILVA, M. da. O papel da agricultura familiar frente as possibilidades para o desenvolvimento territorial rural. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, [S. l.], v. 22, n. 7, p. e5573, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n7-022. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/5573>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MAIA, Zildenice Matias Guedes; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto. 11925-O papel das mulheres na reconstrução do conceito de ruralidade: uma experiência de trabalho feminino da Associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs do Município de Grossos-RN. **Cadernos de Agroecologia [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)]**, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revista.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/11925>. Acesso em: 11 jan. 2025.

MAIRESSE, Letícia; BIONDO, Elaine. MULHERES RURAIS E SUA ATUAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES DO VALE DO TAQUARI, RS. **Revista Estudo & Debate**, [S. l.], v. 29, n. 3, 2022. DOI: 10.22410/issn.1983-036X.v29i3a2022.3179. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/3179>. Acesso em: 1 fev. 2025.

MARTINS, Heloisa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 02, p. 289-300, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MARTINS, Mary Lourdes Santana. **Rios, estuários e mangues: a mulher na pesca artenasal**. 2013. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4271>. Acesso em: 29 mar. 2026.

MEDEIROS, Rosa Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/247>. Acesso em: 07 maio. 2024.

METZ, Eduardo Silva. Gestão feminina: a presença das mulheres na liderança de empresas. **Ágora : revista de divulgação científica**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 169–178, 2015. DOI: 10.24302/agora.v19i2.667. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/667>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu.. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 21, p. 9-29, 1994. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004.

MOREIRA, Laís de Araújo. Direito e gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re)democratização brasileiro. *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito*, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 217-255, 2016.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do. XVI Encontro Regional de História da ANPUH**, 2014.

MOTA, SOFIA MENESES; SANTOS, Maria Eduarda Lisboa; ALVES, EMILLY KAROLINE DOS SANTOS. LIDERANÇA FEMININA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE DOCENTES DAS CIÊNCIA AGRÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.. In: Anais do 63º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Passo Fundo(RS) UPF, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2025/1100931-LIDERANCA-FEMININA--DESAFIOS-E-ESTRATEGIAS-DE-DOCENTES-DAS-CIENCIA-AGRARIA-NA-UNIVERSIDADE-FEDERAL-DE-SERGIPE>. Acesso em: 05/02/2026.

MOURA, Amanda Santos. MARISQUEIRAS DE AREIA BRANCA: RESISTÊNCIAS SOCIOECOLÓGICAS EM MEIO AO PROCESSO HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO DA ANTIGA ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU/SE, DESDE 1982 A 2025. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

MUTONE-SMITH, Danielle. Promover as mulheres no agronegócio é a chave para o crescimento econômico. **TRADWINDS–USAID West Africa Trade Hub**, 2011.

NASCIMENTO, Aline Cristina; ROCHA, Rosimary Gomes; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. MOVIMENTOS CONTRA-HEGEMÔNICOS: o papel da mulher na agricultura campestre. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, n. 10, p. 214–233, 5 Jan 2018 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaço/article/view/8172>. Acesso em: 10 mai 2024.

NASCIMENTO, Marileide Alves do. GESTÃO FEMININA: A LIDERANÇA FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS. **Ideias e Inovação - Lato Sensu**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 57, 2018. Disponível em: <https://periodicosgrupotiradentes.emnuvens.com.br/ideiaseinovacao/article/view/5608>. Acesso em: 1 fev. 2025.

NETO, Manoel Bastos Gomes; SILVEIRA, Emmanuele Araújo da; FERREIRA, Tiago Henrique; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa; GRANGEIRO, Rebeca da Rocha. Os Desafios de Gênero no Exercício da Liderança Feminina em Empreendimentos na Economia Solidária. **Revista Gestão & Conexões**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 5–27, 2024. DOI: 10.47456/regec.2317-5087.2024.13.1.40830.5-27. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/40830>. Acesso em: 31 jan. 2025.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. **Niterói: Alternativa**, 2013. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf. Acesso em: 03 jul. 2024.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, Marília, SP, v. 3, n. 2, p. 59–62, 2010. DOI: [10.36311/1982-8004.2010.v3n2.1231](https://doi.org/10.36311/1982-8004.2010.v3n2.1231). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1231>. Acesso em: 8 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. FAO: Mulheres rurais são essenciais para a garantia da segurança alimentar. **FAO**, Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1063661/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

ORTEGA, Antonio César. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Editora Alínea, 2008.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. GT Gênero–Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs. Recife: Gênero e Cidadania, p. 153, 2002.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, p. 4-8, 2009.

PADOVAN, Milton Parron. Agroecologia, agricultura familiar e o desenvolvimento local e regional sustentável. 2022. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1151155>. Acesso em: 01 fev. 2025.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2019.

PATIAS, Naiana Dapieve; HOHENDORFF, Jean Von. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. **Psicologia em estudo**, v. 24, p. e43536, 2019.

PATNAIK, Pratyusna. Politics is not just a man's game: women in democratic local governance of Odisha. **Social Change**, v. 44, n. 1, p. 131-153, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0049085713514830>. Acesso em: 14 fev. 2025.

PAULILO, Maria Ignez S.. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 229-252, abr. 2004. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 nov. 2025.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Editora da UFSC, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf. Acesso em: 31 jan. 2025.

PELEGRI, Djalma Ferreira; SHIKI, Simone de Faria Narciso; SHIKI, Shigeo. Uma abordagem teórica sobre cooperativismo e associativismo no Brasil. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 12, n. 19, p. 70-85, 2015.

PEREIRA, Ana Cristina F.; FAVARO, Neide A. L. G. História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. In: IV Seminário Internacional de Representações sociais, Subjetividade e Educação, 2017.

PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia. Terceiro setor: dilemas e polêmicas. **São Paulo: Saraiva**, p. 137-162, 2006.

PIMENTEL, Eliade da Silva; SUASSUNA, Cláudia Medeiros. Feira Nordestina da Agricultura Familiar e Economia Solidária: relato de uma experiência exitosa de comunicação com base na gestão integrada. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/7564>. Acesso em: 01 fev. 2025.

QUARESMA, Amanda Paiva. **Mulheres e quintais agroflorestais**: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. Coletânea sobre estudos rurais e gênero, Prêmio Margarida Alves, 4ª ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

QUEIROZ, Jamerson Viegas; GONÇALVES, L. A.; KRUGER, G. N. **Análise do grau de escolaridade das mulheres no Brasil**. **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, 2017.

QUINTO, Luísa Brock; MARCHI, Janaina; SOARES, Aline Paim. AGRICULTURA FAMILIAR, ECONOMIA CIRCULAR E EMPREENDEDORISMO RURAL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2021. **Revista Estudo & Debate**, [S. l.], v. 29, n. 3, 2022. DOI: 10.22410/issn.1983-036X.v29i3a2022.3121. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/3121>. Acesso em: 1 fev. 2025.

RAMOS, Érica Basílio Tavares; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Desenvolvimento regional da agricultura familiar: Cooperativismo e associativismo. **Revista Brasileira de Economia**, v. 77, p. e052023, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbe/a/rKXVc7gfQrWYHBs6ZVRPnLq/?lang=pt&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 01 fev. 2025.

REIS, Tatiana Nazaré Amaral Ferreira; GONÇALVES, Marcela Vecchione. MULHERES E COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA: A EXPERIÊNCIA DO TERRITÓRIO AGROEXTRATIVISTA PIROCABA (PA). **Movendo Ideias**, v. 29, n. 2, 2024. Disponível em: <https://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/article/view/3445>. Acesso em: 23 jan. 2026.

RIBEIRO, Matheus. A divisão global do trabalho intelectual em revistas internacionais de teoria social (2000–2016). **Revista de Ciências Sociais** — Fortaleza, v. 52, n. 2, jul./out., 2021, p. 209–249. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60820>. Acesso em: 24 mar. 2025.

RIGO, Vitória; BREITENBACH, Raquel; BRANDÃO, Janaína Balk. Pode ser mulher? Desafios no mercado de trabalho do agronegócio. **Mundo Agrário**, v. 26, n. 61, 2025. Disponível em:

https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.19081/pr.19081.pdf. Acesso em: 19 jan. 2026.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**, 11ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ROSSINI, Rosa Ester. O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnificada e capitalizada – São Paulo – Brasil, In: LEMOS, Amalia. I. G.; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. América Latina: cidade, campo e turismo, São Paulo: CLACSO, 2006. p.225 – 241.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 437-443, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zxBLWVLxQwRGT8zgC6fGqdF/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SANGALLI, Adriana Rira; SILVA, Heloiza Cristina Holgado da; SILVA, Ivânia Freire da; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO NO ASSENTAMENTO RURAL LAGOA GRANDE, EM DOURADOS (MS), BRASIL. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/994>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SANTANA, Angra de Souza; SILVA, José Kennedy Lopes; PESSOA, Emerson Roberto de Araújo. Lugar de mulher é onde ela quiser: a atuação das dirigentes das associações rurais em Chupinguaia e Vilhena, Rondônia. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**–v, v. 7, n. 2, p. 272-310, 2020. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/248>. Acesso em: 01 jan. 2025.

SANTANA, Dauane Conceição Santos de. Protagonismo feminino e Agenda 2030/ONU: estratégias para a gestão urbana sustentável na ocupação Beatriz Nascimento em Aracaju/SE. 2022. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17501>. Acesso em: 29 mar. 2026.

SANTOS, Amaury da S. dos et al. Caracterização e desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos na comunidade Mem de Sá, Itaporanga d’Ajuda-Sergipe. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 100-111, 2013.

SANTOS, Eliane Silva. **O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: AS ASSOCIAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE RANCHARIA SP**. Orientador: Felício, Munir Jorge. 2013. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/tede/handle/tede/484>. Acesso em: 03 set. 2024.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor, SANTOS, Reginaldo Souza, BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/issue/view/14>. Acesso em: 03 jun. 2024.

SANTOS, Eline Almeida; SOUZA, ROSEMERI MELO E. Territorialidade das catadoras de mangaba no litoral sul de Sergipe. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 6, n. 3, p. 629-642, 2015.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálisis**, v. 13, p. 11-19, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzXPJkDYSCHsb94hP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SANTOS, Simone Matos dos; PEREIRA, Isa Cristina Alves; PEREIRA, Fransergio Bucar. ASSOCIATIVISMO: ABORDAGEM TEÓRICA E SEUS PRINCÍPIOS. In: **8ª JICE-JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO**. 2017.

SANTOS, Thaís Moura dos; FILHO, Eraldo da Silva Ramos. Guardiãs de Sementes Crioulas do Alto Sertão de Sergipe: mulheres que produzem soberania alimentar. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6328>. Acesso em: 08 abr. 2025.

SANTOS, V. S.; MARTINS, M. E.; CARDOSO, P. O. Associativismo e Desenvolvimento no Contexto Rural: Desafios e Aproximações. (2022). *Cadernos Macambira*, 7 (especial), 76-87. Disponível em: <https://doi.org/10.59033/cm.v7iespecial.685>. Acesso em 23 jan. 2026.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, Ivã; SCHEFLER, Maria de Lourdes; VAZQUEZ, PetildaSérva; AQUINO, Silvia de (orgs). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010, p. 37-73.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. 1999. p. 95-95.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade na agricultura familiar. **Editora UFRGS**. 2003

SCHNEIDER, Sergio. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS (Campinas, Online)**, v. 4, n. 1, 2010.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99**, 1995.

SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Associações rurais: práticas associativas, características e formalização. **Coleção SENAR**; Brasília, 2011.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**. 2013. Disponível em: http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024, p. 1-14.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5591>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5591>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SILVA, Eliton Almeida; ALMEIDA, Suzana Stefanini Campos. Mulher e trabalho no mundo contemporâneo: a conquista do espaço e as implicações para o processo saúde-doença. **História e Cultura**, Franca, v. 6, n.3, dez-mar, 2017, p. 306-324.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da. Mulheres e o mundo do trabalho: a infindável dupla jornada feminina. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 120-131, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/9171>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, Roberto Marinho Alves, NUNES, Emanuel Márcio. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, p. e252661, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/3CXmrG4vsSBBDdRkmHYLw4n/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SILVA, Romaro Antonio; BAPTISTA PALHARES, Pedro Manuel; LINHARES DE MATTOS, José Roberto. Ethnomathematics Approach as a Tool for Cultural Valuation and Social Representativity: Possibilities in a Quilombola Community in the State of Amapá-Brazil. **The Mathematics Enthusiast**, v. 19, n. 2, p. 370-393, 2022. Disponível em: <https://scholarworks.umt.edu/tme/vol19/iss2/4/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SILVA, Victor Nathan Fontes. A educação ambiental crítica no Brasil: as questões de gênero e da diversidade sexual, entre (in)visibilidade e dialogia. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/10452>. Acesso em: 29 mar. 2026.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, p. 123-139, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SOUZA, Fábio Batista de. **ASSOCIATIVISMO RURAL: uma análise da Associação Comunitária Barra da Espingarda em Caicó/RN**. 2016. 73 f. Monografia (Graduação)

- Curso de Bacharelado em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó/RN, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/42821>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SPERRY, Suzana. **Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais**. Embrapa Cerrados, 2003.

SUZART, Emanuele Maria Leite. Entre a terra firme e a terra molhada: reprodução social das marisqueiras/catadoras de mangaba do povoado Pontal, SE. 2015. 122 f. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4210>. Acesso em: 29 mar. 2026.

TAVARES, Beatriz Carvalho; MINUZZO, Daniela; DOS SANTOS, Annah Bárbara Pinheiro. Protagonismo feminino e divisão sexual do trabalho no ambiente rural: articulação do grupo de mulheres residentes e produtoras de café da comunidade Fazenda Alegria, Caparaó - ES. Raízes: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 97–113, 2021. DOI: 10.37370/raizes.2021.v41.696. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/696>. Acesso em: 3 set. 2024.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

TEDESCO, João Carlos. **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo-Pós-anos 90**. Universidade de Paso Fundo, Editora Universitária, 2006.

THOMAS, Susan et al. ‘We are the bridge’: an implementation research study of SEWA Shakti Kendras to improve community engagement in publicly funded health insurance in Gujarat, India. **BMJ Global Health**, v. 7, n. Suppl 6, p. e008888, 2022. Disponível em: https://gh.bmj.com/content/7/suppl_6/e008888.abstract. Acesso em: 14 fev. 2025.

VIEIRA, Keyla Kemilhi Galanti; SANTOS, Katy Lavigne Bebiano; SOUZA, Pablo Meireles de; PEREIRA JÚNIOR, Márcio Correia; ROTOKOSKI, Rayssa Thuana Rodrigues; GERMANO, Victor Hugo. Os desafios na comercialização da agricultura familiar. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Curso Técnico em Agronegócio) - Escola Técnica Estadual Prof. Ídio Zucchi - Bebedouro, SP, 2023. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/20377>. Acesso em: 01 fev. 2025.

VILLELA, Mario Hamilton. A importância do associativismo para a pequena propriedade rural. **AGROLINK**. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/a-importancia-do-associativismo-para-a-pequena-propriedade-rural_384510.html. Acesso em: 10 jan. 2025.

VILLWOCK, Ana Paula Schervinski; GERMANI, Alessandra Regina Muller; RONCATO, Patrícia Eveline dos Santos. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. **Alamedas**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2016. DOI: 10.48075/ra.v4i1.13526. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/13526>. Acesso em: 31 jan. 2025.

WAISBORD, Silvio. Como enfrentar as desigualdades da academia global nos estudos de comunicação?: colaborações, críticas e curiosidades. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 3, p. 295–315, 2023. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v17i3p295-315. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/217027>. Acesso em: 24 mar. 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária, Campinas**, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999.

XU, Hongwei; LUKE, Nancy; SHORT, Susan E. Women's political leadership and adult health: Evidence from rural and urban China. **Journal of health and social behavior**, v. 62, n. 1, p. 100-118, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022146520987810>. Acesso em: 14 fev. 2025.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Fundo para Igualdade de Gênero/Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, 2002.

ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. 2007.

ZAVALA, Rafael. O papel da mulher na segurança alimentar. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/artigo-2013-o-papel-da-mulher-na-seguranca-alimentar>. Acesso em: 03 mai. 2024.

ZULATO-BARBOSA, Patrícia; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 577-587, 2012.

APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE (PRODEMA)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA ATUAÇÃO DE MULHERES EM CARGOS DE LIDERANÇA EM ASSOCIAÇÕES RURAIS DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO

Pesquisadora Responsável: Maria Eduarda Lisboa Santos

Local onde será realizada a pesquisa: Local a definir com a entrevistada. Poderá ser realizada online ou no município do Agreste Central de Sergipe que ela residir (Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos, São Miguel do Aleixo)

Você está sendo convidada a participar como voluntária desta pesquisa porque é uma líder de associação rural, a sua participação garante que as informações coletadas reflitam diretamente a vivência e a perspectiva de quem ocupa posições de comando e toma decisões importantes dentro das associações. Sua contribuição é muito importante, mas não deve participar contra a sua vontade.

Esta pesquisa será realizada porque a representatividade feminina em cargos de liderança tem sido objeto de crescente atenção e discussão em todo mundo. Ao longo dos anos, as mulheres têm conquistado posições importantes no mercado de trabalho. No entanto, as desigualdades de gênero ainda são evidentes, especialmente quando se trata de cargos de liderança. Quando analisamos o meio rural, observa-se que participação e liderança feminina na gestão de estabelecimentos, associações e cooperativas rurais é ainda mais escassa. Então, com o intuito de conhecer as narrativas de mulheres que atuam em cargos de liderança em associações rurais em Sergipe, esta pesquisa propõe a refletir sobre trajetórias dessas mulheres, dando visibilidade às suas narrativas sobre os caminhos percorridos, aos papéis desempenhados e as relações de gênero que perpassaram (e perpassam) a história dessas mulheres e seus reflexos na sua inserção e na atuação dentro de espaços de poder.

Os objetivos dessa pesquisa são identificar e analisar os principais desafios enfrentados na atuação de mulheres em posição de liderança em associações rurais do Agreste Central, bem como, as estratégias de enfrentamento frente às dificuldades.

Os participantes da pesquisa são um grupo único: composto pelas líderes dos assentamentos rurais, sendo uma representante de cada município da região do Agreste Central Sergipano. São 14 municípios que integram essa região, sendo eles: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo. Assim, totalizando 14 entrevistadas.

Antes de decidir, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos nesta pesquisa.

A qualquer momento, antes, durante e depois da pesquisa, você poderá solicitar mais esclarecimentos, recusar-se ou desistir de participar sem ser prejudicado, penalizado ou

responsabilizado de nenhuma forma. Caso você já esteja em tratamento e não queira participar, você não será penalizado por isso.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Maria Eduarda Lisboa Santos, nos telefones **(79)3194-6793**, celular **(75)99251-5819**, endereço institucional: **Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Avenida Marcelo Deda Chagas, s/n, Bairro: Rosa Elze - São Cristóvão/SE CEP: 49.107-230** e e-mail **eduardalisboacademico@gmail.com**

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. “O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2).

Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa das Áreas de Humanidades (CEP Humanidades) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Avenida Marcelo Deda Chagas, s/n, Bairro: Rosa Elze - São Cristóvão/SE CEP: 49.107-230. Contato por e-mail: cepchs@academico.ufs.br. Telefone: (79) 3194-7057 e horários para contato – Segunda a Sexta-feira das 08h às 12h.

Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente nós, o pesquisador responsável e/ou equipe de pesquisa, teremos conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Caso você concorde e aceite participar desta pesquisa, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página, nas duas vias. Eu, o pesquisador responsável, farei a mesma coisa, ou seja, rubricarei todas as páginas e assinarei a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

DE QUE FORMA VOCÊ VAI PARTICIPAR DESTA PESQUISA:

A aplicação das entrevistas em campo será realizada de maneira a respeitar ao máximo a disponibilidade e o conforto das participantes. As entrevistas serão agendadas presencialmente em horário a combinar com entrevistadora e entrevistada, podendo ser presencial ou online. A participante irá realizar uma entrevista com apenas um encontro onde a entrevistadora irá te explicar sobre a pesquisa, com duração de aproximadamente 40 minutos, abordará questões relacionadas às suas experiências e desafios na liderança dos assentamentos. O roteiro terá cinco blocos de questões: o primeiro sobre informações da participante; o segundo

acerca da relação da entrevistada com a associação; o terceiro abordará sobre os desafios enfrentados por elas acerca da questão de gênero; o quarto tratará sobre as estratégias desenvolvidas por elas e por fim sobre suas perspectivas futuras em relação a atuação de mulheres líderes em associações rurais.

RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:

Cansaço ou dispersão ao responder a entrevista;

Ocupação do tempo ao responder a entrevista;

Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado

BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:

Amplia o conhecimento sobre liderança feminina em contextos rurais, especialmente em assentamentos;

Dialoga com áreas como desenvolvimento rural, gênero, sociologia e políticas públicas;

Evidencia os desafios de gênero e pode pautar debates sobre políticas de igualdade no meio rural;

Visibilidade às mulheres líderes nos assentamentos rurais, reconhecendo suas experiências, desafios e contribuições

PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:

Os participantes da pesquisa terão garantia quanto ao respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes. Será garantido o acesso a produção de conhecimento resultante da pesquisa, em formato acessível, a população pesquisada. Os participantes serão esclarecidos sobre o sentido e implicações da pesquisa, para que possam consentir a participação. Haverá confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, bem como, as informações obtidas em pesquisa não serão utilizadas em prejuízo dos participantes.

ACESSO A RESULTADOS DA PESQUISA:

Os participantes da pesquisa têm o direito de solicitar acesso aos resultados obtidos neste estudo, caso tenham interesse. Esses resultados serão disponibilizados de forma clara e acessível, garantindo a confidencialidade e o respeito às informações pessoais coletadas.

CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:

A participação nesta pesquisa não acarretará custos para você. Ressaltamos que a pesquisa não prevê compensações financeiras, ou seja, não haverá pagamento pela sua participação.

DANOS E INDENIZAÇÕES:

Se lhe ocorrer qualquer problema ou dano pessoal durante a pesquisa, lhe será garantido o direito à assistência médica imediata, integral e gratuita, às custas do pesquisador responsável, com possibilidade de indenização caso o dano for decorrente da pesquisa (através de vias judiciais Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954).

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário(a). Fui informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas.

Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada.

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome da
participante: _____

Assinatura: _____

local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador Responsável:

Assinatura: _____

Local/data: _____

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha quando aplicável:

Assinatura: _____

Local/data: _____



Assinatura Datiloscópica (quando não alfabetizado)

APÊNDICE II – Roteiro da Entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE Mestranda responsável: Maria Eduarda Lisboa Santos Orientadora: Prof ^a . Dra. Ana Paula Villwock	Questionário Nº _____ Data da entrevista: _____
---	--

Questionário para pesquisa de mestrado:

DINÂMICA, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA ATUAÇÃO DE MULHERES EM CARGOS DE LIDERANÇA EM ASSOCIAÇÕES RURAIS

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome:
Idade:
Contato:
Gênero: () Cisgênero () Não binário () Transgênero () Outros, qual?
Etnia: () Branca; () Preta; () Parda; () Amarela; () Indígena; () Outra.
Estado civil: () Solteira; () Casada; () Viúva; () Divorciada; () Outra.
Filhos: () Sim; () Não. Se sim quantos? 2 filhas
Escolaridade: () Nenhuma escolaridade; () Ensino fundamental incompleto; () Ensino fundamental completo; () Ensino médio incompleto; () Ensino médio completo; () Ensino superior incompleto; () Ensino superior completo.
Graduação:
Além da associação, que outras atividades realizam? () Dentro de casa () Fora de casa. Com o que? _____

Qual o nome da associação?
Associação: () Produção; () Comercialização; () Produção e comercialização; () Outras, qual?
Município da associação:

II. RELAÇÃO DA ENTREVISTADA COM A ASSOCIAÇÃO

1. Há quanto tempo você participa de associações?
2. Qual o cargo ocupado nessa associação?
3. O cargo ocupado é formalizado ou você é uma liderança informal?
4. Você se enxerga como líder? Está em algum cargo de liderança?
5. Já ocupou uma posição de liderança antes?
() Sim () Não. Se sim, qual e onde?
6. Você está envolvida em outras atividades coletivas?
() Sim () Não. Se sim, qual?
7. Como foi para você se envolver com isso? Conte um pouco sua história, reuniões, eventos...
8. Alguém ou algo te influenciou a ocupar esse papel de líder na associação?

III. DESAFIOS

1. Você passou por algum desafio para se inserir nessa posição de liderança na associação rural?
() Sim () Não. Qual(is)?
2. Após estar na liderança, você enfrenta desafios para atuar nessa posição?
() Sim () Não. Qual(is)?
3. Diante dos desafios expostos, algum deles está mais ligado a ser mulher em posição de liderança na associação?
() Sim () Não. Se sim, quais?
4. O fato de você ser mulher impacta e/ou influencia a forma em que você realiza seu trabalho dentro da associação?
() Sim () Não. Se sim, de que forma?
5. Você acha que quem ocupa os cargos das associações são realmente líderes?

6. Na sua percepção, os membros da associação tratam diferente os líderes homens das líderes mulheres? Se sim, poderia descrever?
7. Alguma situação relacionada ao fato de ser mulher líder ao longo da sua trajetória fez com que você se questionasse entre seguir na posição ou não?
() Sim () Não. Se sim, descreva.
8. A maternidade influencia ou influenciou a ocupar a posição de liderança na associação? Se sim, de que forma?
9. Na sua percepção, houve diferença no tratamento das pessoas após assumir a posição de liderança? Se sim, como?

IV. ESTRÁTEGIAS

1. Você possui alguma estratégia para lidar com os desafios relacionados a ser mulher líder? Se sim, quais?
2. Você busca apoio de outras mulheres ou líderes para enfrentar os desafios?
3. Você tem alguma mulher como inspiração para ser líder?
4. Você adota alguma postura/estratégia para conquistar respeito e reconhecimento como líder?
5. Você já utilizou da sua influência como líder para incentivar ou empoderar outras mulheres a participarem das atividades da associação?
() Sim () Não. Se sim, de que forma?
6. Você acha que a existência de grupos, como o “Mulheres Sergipanas no Agro” contribui para o fortalecimento de líderes mulheres nas associações rurais? Se sim, de que forma?

V. PERSPECTIVAS FUTURAS

1. Quais mudanças você acredita que são necessárias para melhorar a presença e atuação das mulheres na liderança das associações rurais?
2. Como você enxerga o futuro da participação das mulheres em cargos de liderança nas associações rurais?
3. Há algo mais que gostaria de acrescentar sobre sua experiência como mulher líder em uma associação rural?